

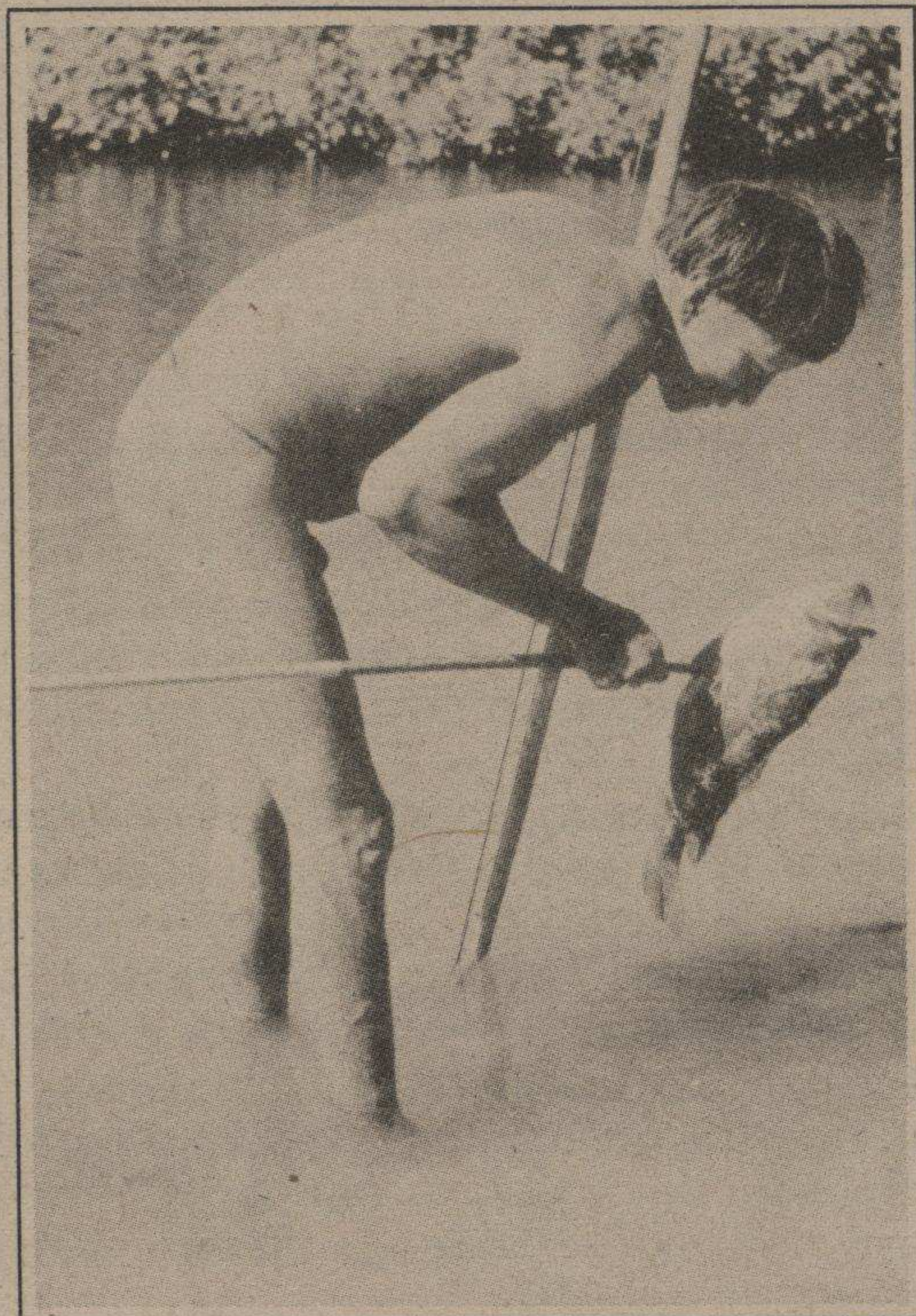
COOJORNAL

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

Reportagem

**NASCE UMA
USINA NA
EX-AMAZÔNIA**

**QUEM DIRIA,
A ARENA ENTROU
EM PARAFUSO!**



**UMA AULA
SOBRE A QUESTÃO
DO ÍNDIO**

*O professor é Darcy Ribeiro,
que dá uma repassada
em quatro séculos de equívocos,
da descoberta até hoje*

EXCLUSIVO

**SENSACIONAL
ENTREVISTA
COM
FREI BETTO**

O povo na roça de Deus — O que são e como funcionam as 800 mil comunidades de base — A Igreja lendo Marx — O suplício e a morte de Frei Tito



**Pesquisa:
Quem é você,
leitor?**

Este jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira Cooperativa de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 310 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembléia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembléia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e a qualidade de suas publicações próprias e de 15 outras publicações que faz para terceiros.

Editor
Elmar Bones da Costa
Secretário
Osmar Trindade

Redação
Baru Derquin, Elaine Lerner, Jorge Gallina, José Antônio Vieira, Lenora Vargas, Lillian Bem David, Marco Antonio Schuster, Maria Angélica de Moraes, Marina Wodke, Maurecy Santos, Najari Tubino, Rafael Guimarães, Rosvita Saueressig, Sílvia Correa, Tânia Kruttscka, Tomás Pereira, Valdoar Teixeira (repórteres, fotógrafos e editores), Edgar Vasques, Juvenal da Luz, Luiz Carlos Ferré, Sérgio Batsow (Arte), Luiz Recena Grassi (Brasília), Gilberto Pauletti (Rio), Geraldo Hassé, Jorge Escosteguy (São Paulo), Gleizer Neves (Belo Horizonte), José Maria de Andrade (Recife), Paolo Marconi (Salvador), Luiz Lanzetta (Florianópolis), Zélia Leal (França), Eva Dürr (Alemanha), Moema Bauer (México), Licínio Azevedo (Moçambique), Caco Barcelos (Nova Iorque).

Gerência Administrativa
Francisco Alba

Industrial
Argel A. Larroza (Gerente) Edson Ubiratan Trindade, Maria de L. B. Lima, Sílvia Berni, Fernando Schattschneider (Revisão) Carlos Milton Rios (Provação) Atil Vinetom, Júlio Ferrari, José Luiz dos Santos (Fotolito) Paulo Sá, Ivan Carlos Franco, Hélio Pinho, Júlio César Martins (Fotocomposição) Luiz Augusto de Oliveira, Luiz Gustavo Machado, João C. P. Meirelles (Montagem)

Comercial
Enio Lindenbaum, Francisco Kleber Bressani

Circulação e Assinaturas
Renan Carvalho Rodrigues

Números atrasados
A venda somente a partir da edição nº 13. Custo de cada exemplar: preço da última edição na banca. Pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor, em cheque ou vale postal em nome de COOJORNAL

Endereço
Rua Comendador Coruja, 372
CEP 90.000 — Porto Alegre — RS
Fones: 33.5099, 33.5990 e 33.5743 — Telex (051) 1605
Registro nº 33170/Livro A 1
Impressão: Diário de Notícias

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA. ASSOCIADOS: José Antônio Vieira da Cunha (Presidente), Tomás Pereira (Vice-Presidente), Rosvita Saueressig (Secretária), Afonso Ritter, João Souza, Jorge Polydoro, Osmar Trindade, Pedro Maciel, Baru Derquin, Jorge Gallina, José Emanuel de Mattos, Ricardo Chaves e Sérgio Batsow (Conselheiros de Administração), Antônio Oliveira, Agnese Schifano, Danilo Ucha, Hermelindo Macedo, Luiz Vitello e Regina Vasques (Conselheiros Fiscais), Assis Hoffmann, Elmar Bones, Hélio Gama, João Aveline, Luiz Carlos Merten, Carlos Bastos, Jorge Olavo Leite, Guaraci Fraga, Luiz Cláudio Cunha e Paulo Burd (Conselheiros de Edição), Adélia Porto da Silva, Ademir Vargas, Ângela Beatriz Riccardi, Antônio Britto, Antônio Dreon, Arthur Monteiro, Carlos Alberto Koleczka, Carlos Urbim, Carlos Mosmann, Celso Rosa, Cláiton Selistre, Clarice Aquistapace, Cláudio Barcelos, Delmar Marques, Fernando Albrecht, Edgar Vasques, Erní Quaresma, Euclides Torres, Floriano Soares, Gládis Ybarra, Imara Stallbaum, Jandira César, José Antônio Ribeiro, José Félix Valente, Julieta Pereira, Leo Tavejnhansky, Licínio de Azevedo, Luiz Terra Júnior, Luiz Fonseca, Maria Angélica de Moraes, Marina Wodtke, Olvy Zavaschi, Marques Leonam, Nirce Levin, Otacílio Grivot, Paulo de Tarsis Riccardi, Paulo Gerson de Oliveira, Renato Pinto da Silva, Sérgio Moita, Silmar Müller, Walter Molina, Clóvis Malta, Omar de Barros Fº, João Carlos F. da Silva, Lenora Vargas, Leonid Streliaev, Divino Fonseca, João B. Scalco, Eva Caparelli, Maristela Bairos, Telmo Zanini, Iara Bendati, Afonso Licks, Carlos Rodrigues, Victor Hugo Sperb, Jaime Klintowitz, Sílvia Ferreira, Ana Amélia de Lemos, José Onofre, Alberto André, Alberto Blum, Flávio Dutra, Jorge Freitas, Renan de Oliveira, Antônio Gonzalez, Mário Villas-Boas da Rocha, Dorival Pacheco, José Lauro Dieckmann, Gerson Schirmer, Rejane Baeta, Fernando Goulart, Gonçalo Schilling, Geraldo Hassé, Gilberto Pauletti, Jorge Escosteguy, Luiz Oscar Matzenbacher, Olvy Zavaschi, Ademir Fontoura, Flávio Porcello, Virson Holderbaum, Carlos Fehlberg, Jussara Pereira Coelho, Paulo Maciel, Luiz Afonso Franz, André Pereira, Eugênio Bortolon, Mário Madureira, Roberto Manera Cláudio Levitan, José Antônio Simch, Maria da Graça Guindani, Sérgio Caparelli, Luiz Antonio Quadros, Marcelo Oscar Lopes, Maria Inês Burger, José A. Pinheiro Machado, Olivio Lamas, Sílvia Costa, Judith Martins Costa, Sérgio Tonello, José Abu-Jamra, Sérgio Becker, Francisco Dias Lopes, Lillian Bem David, Nilson Figueiredo, Roberto Alves D'Azevedo, José Frasco, Nascentes, Beatriz Polydoro, Hipólito Pereira, Fernando Bueno, Edgar Sboza, Antônio Carlos Mafalda, Carlos Karnas, Valdir Paz, Sérgio Arnaud, Ivan Pinheiro Machado, Maroni João da Silva, Vera Regina Monteiro, Amauri Melo, Paulo Macedo, Marco Antônio Schuster, Neusa Tasca, Otília Goulart, Roberto Appel, Ivo Egon Stigger, Elaine Lerner, Alda Souza, Carla Irigaray, Tânia Barros, Tânia Faillace, Paulo Denis Pereira, Ayrton Kanitz, Pedro Macedo, Terezinha Figueiredo, Jaraporan Müller, Zélia Leal, Luiz Arceche, Neusa Ribeiro, Marcos Antônio Baggio, Edna Della Nina, Armindo Antônio Ranzolin, Vilmo Medeiros, Paulo Poli, André Jockyman, Jayme Copstein, Raul Rubenich, Citina Leal, Leonardo Dourado, Edson Gomes Chaves, João Paulo Lacerda, Luiz Fernando Lima da Silva, Veraine Silveira, Adroaldo Correa, Vera Daisy Barcelos, Maria da Graça Seligman, Humberto Andreata, Ronaldo Westermann, Luiz Carlos Mello, Afonso Abraham, Wladimir Ungaretti, Danilo Miralles, Gabriel Mattos, José Luiz Chiarelli, Fernando Dibe Pinto, Floriano Correa, Milton Saldanha Machado, Miriam Tereza Moura, Paulo Fogaça, Severino Goes, Fernando Guedes, Neltair Abreu, Maria da Graça Silva, Walmaro Paz, Milton Fernando Wels, Maria Helena Brancher, Maria Luísa Teixeira, Júlio Sortica, Ana Maria Lopes de Almeida, Edson Luiz Kozminski, Najari Tubino, Marise Fetter, Luiz Antônio Kozminski, Jurandir Silveira, Alfredo Fedrizzi, Carlos Dorneles, Ricardo Schmitt, Carmen Laviaguerra Silveira, Nelson Baibich, Francisco Daniel Silva, Orlando Carlos Brasil, Vera Costa, Juarez Fonseca, Maria Elor da Silveira, Renato Kern, Vera Kern, Valmório Oliveira Rios, Evaldo José Gonçalves, Helton Ricardo Barreto, Higinio Barros, José Eneid Francisco, José Roberto Garcez, Valdir da Silva, Cândido Cruz, Luiz Carlos Felizardo, Francisco Juska, Carlos Rafael Guimarães Fº, Carlos Frederico Menz, Eduardo San Martin, Ilza Girardi, Eugênio Neves, Carlos Eduardo Athanazio, Renato Canini, Wilmar Marques, Acari Amorim, Waldoar Teixeira, José A. Pinto Netto, Pedro Sosa Pereira, Ennio Nugent da Rocha, Ana Maria Smidt, Eduardo Soares Guimarães, Alberto Filgueiras, Antônio Carlos Rosito, Iara Terezinha Schilling, Fernando Lindote, Fernando Saes, Miriam Costa Correa, Nestor Fedrizzi, Odilon Abreu, Laerte Martins, Sílvia Correa, Luis Carlos Ferreira, Anibal Bendatti, Arthur Oliveira Fº, Carlos Roberto Silveira, Carlos Alfredo Simch, Olides Canton, Roberto Augusto Thomé, Rogério Ruschel, Luis Fernando Veríssimo, José Luiz Prévidi, Maria Elaine Borges, Eduardo Bueno, Marco Túlio de Rose, Mauro César Silveira, Mauro Toralles, Luiz Lanzetta, Alice Urbim, Ana Maria Barros, Lotário Neuberger, Ubirajara Silva Prate, Antônio Canabarro Trois, Bernadete Viana, Eloisa Beatriz Enck, Carlos Alexandre Castro, Cristina Baptista Pereira, Jane Peters, José Ribeiro Fontes, Mário Nascimento, Paulo Antônio Barros, Riomar Trindade, Rômulo Krafta, Vera Maria Bosak, Patrício Davila Bentes, Raul Quevedo, Ricardo Bolsoni, Mirta Vieira Coelho, Juvenal da Luz Neto, Juan Carlos Gómez, Luiz Recena Grassi, Ariosto Paz Teixeira, Ayrton Centeno, Celso Schroeder, Milton Ribeiro da Silva, José Antônio Severo, Lucila Camargo, Paolo Marconi, Armênio Abascal, Maurecy Santos, Hélcio Ferreira, Luis Humberto, Valter Firme, Manuel Joaquim Martins, Jorge Meditsch, Pedro Flores e Zeka Araújo.

Associado à
AJUCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Caro leitor

Há quatro anos, quando assumiu a presidência do Inkra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Lourenço Vieira da Silva ouviu de Campos Melo, diretor da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), uma sugestão inesperada. Campos Melo sugeriu a Lourenço Vieira que estudasse a possibilidade de as cooperativas deixarem de ser fiscalizadas e orientadas pelo Inkra, como manda a lei atual, e constituírem um organismo próprio, desatrelado do Governo Federal.

Lourenço Vieira nem quis falar no assunto, dizendo alguma coisa como "você está louco? E o que o Inkra fará depois?". Pois no começo deste ano ele mesmo procurou o diretor da OCB para dizer-lhe: "Você estava com a razão. As cooperativas deveriam ter sido desmembradas do Inkra".

Pois agora, com nova administração, sob a presidência de Paulo Yokota, o Inkra está examinando sigilosamente o assunto. Porém, de uma maneira totalmente equivocada. O Inkra está pretendendo efetivamente desmembrar as cooperativas, mas de uma forma que só interessa ao próprio órgão federal: pelo plano, ficariam no Inkra apenas as cooperativas de produção agrícola, consideradas o filé mignon do Cooperativismo brasileiro.

As demais, como as de consumo, prestação de serviços, trabalho, ficariam subordinadas a outros órgãos, de acordo com suas características: as de médicos, por exemplo, ficariam subordinadas ao Ministério da Saúde ou da Previdência, as de trabalho ao Ministério do Trabalho, e assim por diante.

Ora, no momento em que o Cooperativismo brasileiro carece fundamentalmente de uma melhor organização e identificação, tal pulverização só contribuiria para enfraquecer o movimento. Os melhores exemplos disto são os ramos de cooperativas que já estão sob a orientação de outros órgãos.

É o caso das cooperativas de habitação, orientadas e fiscalizadas pelo BNH, que de cooperativas só conservam o nome. São organizações efêmeras, constituídas apenas para atender interesses imediatos — que muitas vezes nem são os de pessoas físicas, mas de grandes construtoras.

As cooperativas de crédito, por sua vez fiscalizadas pelo Banco Central, também enfrentam uma série de problemas — muitos deles causados pelo próprio Banco Central, que nos últimos anos esmerou-se em tolher as atividades destas cooperativas, sufocando-as a ponto de torná-las inexpressivas.

O que as cooperativas brasileiras necessitam, hoje, é ganhar exatamente uma autonomia maior. Não há sentido nenhum em estarem subordinadas e atreladas a organismos federais, quando se tratam de movimentos inspirados na iniciativa privada.

O paradoxo é tão grande que a Organização das Cooperativas Brasileiras, entidade que seria de representação política do movimento, é um órgão definido pela própria lei como "de assessoramento ao Governo Federal". Nestas circunstâncias, como poderia a OCB lutar mais criticamente por posições do Cooperativismo que entrem em choque com planos oficiais? Somente quando estiverem efetivamente unidas, e com uma forte expressão política, aliada à força econômica de alguns de seus ramos, é que as cooperativas poderão encontrar seu melhor caminho. E como as coisas estão postas, planos como este que prevê a pulverização do movimento e está sendo arquitetado nos gabinetes do Inkra em Brasília só interessam aos que querem ver o Cooperativismo vegetar, e não crescer.

J.A. Vieira da Cunha

Tiragem desta Edição: 40 mil exemplares

NESTA EDIÇÃO

10

O Chile em 40 países. Entrevista de La Tencha, a viúva de Allende

20

Frei Betto, em entrevista exclusiva, fala da ação da Igreja na América Latina

12

Um balanço da greve dos jornalistas de São Paulo: 200 demissões

21

Qual o futuro da Petrobrás se o Brasil não tem Petróleo?

15

Construindo a ex-Amazônia, uma reportagem sobre a Usina de Tucuruí

27

Uma conversa, complexa e delicada, com o professor Darcy Ribeiro

Contra Rocky e a filha de Mourão

Depois de ler tantas ótimas matérias publicadas neste jornal, lamento algumas que foram publicadas nos últimos meses.

Uma entrevista e crítica de uma obra de José Carlos de Oliveira, um mistificador ridículo, foi uma delas. Outra foi um artigo de Sérgio Buarque, que qualifica o regime da União Soviética de desumano. Será desumano um regime que tem a menor jornada de trabalho do mundo, para dar um exemplo? Ou será porque ele se preocupa muito com armamentos, o que é lógico, haja visto os documentos liberados recentemente pela Inglaterra que revelam a intenção de Churchill de lançar uma bomba atômica sobre a Rússia, logo após a II Guerra?

Como se não bastasse, surgiu em um único número uma entrevista com a filha do general Mourão e uma reportagem sobre um caso amoroso de Rockefeller.

Sei perfeitamente que todo sistema tem suas forças reacionárias, que agem através de preconceitos impostos. Mas não admito que um jornal formador de opinião, independente, alternativo como o *Coojornal*, edite matérias sobre uma ninfomaníaca decadente e sobre os mistérios amorosos de Rocky.

Geraldo Silva Reis, Porto Alegre, RS

Pequena janela por onde entra ar puro

De há muito sou leitor do *Coojornal*. Certamente que, em cada número, pesado o positivo e o negativo, o que aquele representava mais do que este era tão grande que até vivia esperando, com ansiedade, o número seguinte.

Depois, veio a edição de dezembro, de triste memória. O que me parece criticável neste número, ao ponto de perder o conceito alto deste jornal, é, principalmente, aquela entrevista repugnante com José Carlos Oliveira. É certo que existem afirmações controvertidas e provocadoras na entrevista com o ex-coronel Jefferson e o ex-sargento Alberi, as quais visam, segundo me parece, jogar mais lenha na fogueira, e completamente fora de tempo.

Pareceu-me, contudo, que esta última entrevista, muito detalhada e esclarecedora, só peca pelo açodamento de sua publicação. Mas isso é até compreensível: todo jornalista gosta de dar "furos", não permite ser ultrapassado por outros. Isso é válido para os próprios jornais: donos de uma notícia sensacional, que amanhã pode não ser mais exclusividade sua, tratam de publicá-la logo. Não faço restrições à entrevista, faço-o, contudo, a partes dela e, principalmente, à sua inoportunidade.

Mas o que não posso perdoar, o que me causa desencanto, o que me levou a uma atitude de repúdio ao jornal foi a entrevista noventa das páginas 31 e 32. Essa encheu as medidas e não pude atinar até agora como um jornal em que confiava tanto, de uma hora para outra desse uma tal mancada. Minha primeira reação foi: "Está tudo perdido não leio mais o *Coojornal*".

Mas a saudade foi demais e veio o número de janeiro, o de fevereiro, ambos bons, este com uma entrevista feita em Buenos Aires que é uma das melhores coisa que já li, e acabo de ler o de março, que está impecável e vem evidenciar que essa imprensa alternativa — pequena janela aberta, por onde penetra o ar puro — merece todo apoio dos homens que amam sua pátria e conservam em si uma chama de esperança.

Silas Moraes, Itaquí, RS

Pasqualini

Não sou jornalista nem coisa parecida. Simplesmente um leitor que gosta de guardar as matérias de seu interesse. E assim gosto das coisas práticas e ajeitadas.

Por isto, não gostei de ver as quatro páginas dedicadas a Pasqualini não terem ocupado as folhas centrais da edição do *Coojornal*. Entendo que o material merecia isto, e, apesar da dificuldade, vou inseri-lo no meu arquivo de bases e sugestões para uma política social.

Milton Dutra, Santiago, RS

A violência que a tevê não mostra

Temos assistido pela Rede Globo de Televisão uma série de programas relacionados com problemas brasileiros, através do Fantástico, como tóxicos, alcoolismo, violência.

Percebemos que quase todas as opiniões e pessoal escolhido para dar depoimentos o fazem de uma maneira míope na televisão, tendenciosa. Não apontam as verdadeiras causas e nem inserem a violência dentro do contexto atual. A violência tem aparecido num contexto determinado, através dos marginalizados — marginais e trombadinhas; nas manifestações e comportamentos de massa, nos campos e platéias de futebol; nas greves de trabalhadores; nas manifestações políticas; ou no trânsito urbano e rodoviário.

Para termos a verdadeira imagem do problema a gente tem que se perguntar: qual a verdadeira causa da violência? Aumentar a polícia resolveria os problemas, conteria a violência generalizada? Campanhas de fraternidade? Colocar o exército na rua? Melhorar a polícia? São as respostas da televisão.

Mas os remédios apontados pelo Fantástico não atacam as causas e sim os efeitos. As causas permanecem bem ao gosto deles. Tocar nas causas é tocar na ferida deles: o sistema capitalista liberal dependente e repressivo. Atacaria a fonte do capital que os sustenta.

O comportamento do homem se assemelha muito ao do animal, quando se trata de satisfazer os seus instintos primários de alimentação, de relação sexual, autodefesa, etc. Continuamente o homem brasileiro está sendo exigido a repetir ações em busca de sobrevivência — uma longa história de trabalho, luta, sofrimento e privações. A recompensa e a gratificação naturais e buscadas seriam o pão para comer, e o dinheiro para moradia, vestuário, educação e saúde.

A recompensa está vindo sob forma de frustrações: arrocho salarial, aumento do custo de vida, proibição de greves, repressão policial, censura, concentração de renda. O povo está tenso e faminto, cheio de ansiedade, acuado, reprimido.

A primeira causa, pois, chama-se modelo político e econômico, determinando uma certa estrutura social. A segunda causa chama-se AI-5. As violências praticadas com este Ato estão recebendo as respostas do medo, da tensão, da ansiedade e da revolta. Semearam e plantaram violência, através da repressão policial e militar. Agora, viceja a violência e estamos sendo obrigados a colher a violência.

Outra causa: acostumamo-nos a conviver com a violência mundial, através da Imprensa, Rádio e Televisão. Acompanhamos irrefletidamente todas as guerras, revoluções e conflitos, seqüestros e crises do mundo, dia-a-dia, como se estivéssemos envolvidos nestas ações muito naturalmente. Quem planta violência, colhe violência. Não há de colher outra coisa. É inevitável.

As causas me parecem que são estas. O que fazer? É a pergunta que fica para cada um de nós.

Abraços e vamos em frente, porque essa é a luta de todos os brasileiros que sofreram e que sofrem as conseqüências da violência.

Aldo Pena Filho, São Paulo, SP

Sem endereço

Encareço a especial fineza de informar-me o endereço postal da Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro, a fim de que possa contatar diretamente com o sr. José Roberto F. Cintra. Meu endereço é caixa postal 409, Niterói, RJ.

Souza Leão Netto, Niterói, RJ

Nota da Redação: Infelizmente, na correspondência enviada pela Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro, não consta o endereço.



Injustiça para os policiais?

O policial prende os mais perigosos criminosos, desvenda os mais misteriosos crimes, e, no entanto, tudo aparece na Justiça como por encanto, pois o policial não presta depoimento em juízo sobre este importante trabalho.

A Justiça somente faz questão de tomar o depoimento do policial como indiciado, nunca como testemunha, embora o policial, devido às funções que desempenha, seja das pessoas mais bem informadas sobre a vida de quem delinque.

Tal procedimento se constitui num grande desestímulo aos policiais, chegando a ser o maior responsável pelos maus serviços prestados pelas polícias deste Brasil, pois os policiais nunca vêem seus serviços reconhecidos.

Que a Justiça passe a dar mais valor ao trabalho do policial, ouvindo-o em juízo sobre o seu dia-a-dia, onde o policial aparece como o grande herói, para que, com esta medida, tenhamos uma polícia mais eficiente.

Sérgio José Tonioli, Porto Alegre, RS

A televisão chega aos Tucuns

Não faz muito, quando voltei do interior do Ceará, onde fui com o intuito de conhecer melhor o sertão cearense, aquele povo pai d'égua, trouxe comigo vivências curiosas, coisas vistas e vividas no alto da serra da Ibiapaba, divisa do Ceará com o Piauí.

No lugarejo dos Tucuns, a mais de 500 quilômetros de Fortaleza, já estava para chegar a televisão... A prefeita de Cratêus havia mandado erigir um pedestal para o televisor à bateria, que estava sendo esperado com entusiasmo pelos moradores da pequena comunidade (300 pessoas) dos Tucuns. A cidadezinha, cuja maior glória é o clima, sem luz, sem água encanada, longe de tudo, mas bem perto da paz, seria abalada nas suas estruturas pela televisão, fantasma que os tucunenses só conheciam de nome ou durante alguma visita a Cratêus.

A televisão chegava para mudar hábitos, impor situações, tirar o povo simples de Tucuns de sua vida. Sem nenhuma identidade com o meio puramente rural dos Tucuns — de onde vem a melhor farinha pra Cratêus — as mensagens geradas pela vênus platinada já causavam transtornos. Um velho de 80 anos me dizia: "Quando chegá a televisão vô vê tudinho. Vô ficar perto daquele negócio do cão o tempinho inteirinho". Esse senhor, por certo, deixará a conversa fiada, os hábitos antigos de ir

conversar no bar da esquina, a convivência, para ligar-se à televisão, cuja arte de separar as pessoas, embora as mantenha próximas no espaço, é notável.

Os ídolos que, um dia, povoaram a imaginação simplória dos sertanejos dos Tucuns serão substituídos pelos ídolos de pano de nossas telenovelas, por imagens geradas do Sul, longe da verdadeira situação dos homens dos carascais, do sertão, gente fácil de ser enganada. O nosso povo, que tristeza, é enganado de todas as maneiras. A ele é imposta uma cultura de cima para baixo. Seus valores são destruídos para que ele consuma valores alheios. Leva-se a imagem de uma sociedade conflitada, tirando-lhes o que de mais profundo existe no seu meio. Conflita-se o homem, porque na sua simplicidade é incapaz de analisar quão perniciosa é, amiúde, a mensagem que tentam impingir-lhe.

Jorge Baleeiro de Lacerda, Francisco Beltrão, PR

"Qual é a guerra que não é suja?"

Na página 27 do Coojornal de março deparei com um trabalho do jornalista Júlio José Chiavenato sobre o título "A Terrível Aliança", referente à guerra Brasil, Argentina e Chile contra o Paraguai. Em certo trecho o jornalista Chiavenato diz: "Foi uma guerra infame". E eu pergunto: qual é a guerra que não é suja?! Existe até um dito popular, sábio como todo dito popular: "Guerra é guerra". Não é assim? Só quem esteve em uma guerra pode avaliar quanto uma guerra é suja. Porém, me pergunto, por que rememorar as misérias cometidas em uma guerra, se as grandezas superam as misérias?

Em 1943, assistindo a uma solenidade militar, vendo a Bandeira brasileira tremular ao vento, a canção do soldado cantada com emoção, o Hino Nacional ouvido com respeito, num impulso, sendo 2º tenente da reserva do Exército, me alistei voluntariamente na Força Expedicionária Brasileira (FEB). Fui para a guerra porque quis, pensando em provar meu antifascismo.

Hoje, vejo chamarem-me de fascista, vendido ao capital estrangeiro e outros impropérios, ao me manifestar sobre determinados assuntos. Mas o que vejo é que sujeitos que em 1943 eram jovens como eu e que, quando convocados (eu me alistei voluntariamente) para a FEB pegaram-se como Deus e o Diabo para não serem incorporados, pertencem hoje à esquerda festiva. Eu sou um verdadeiro democrata. E vi o que é uma guerra.

O jornalista Júlio José Chiavenato, em sua paixão socialista, não vacila em denegrir o Brasil. E diz em certo trecho: "O Duque de Caxias mandou jogar ca-

dáveres coléricos no Rio Paraná, para levar contágio ao inimigo...". Mas o documento, carta, ou o que seja, em que Caxias confessa este crime, será verdadeiro? O jornalista Chiavenato acha que sim. Eu prefiro investigar melhor.

Em vez de levantar misérias como estas, a imprensa poderia lembrar atos heróicos acontecidos na II Guerra, como o de um médico brasileiro, cujo nome não recordo, que evacuou um hospital infantil repleto de crianças italianas (e os italianos eram nossos inimigos) sem a perda de uma vida sequer.

João José Cardoso da Silva, Rio de Janeiro, RJ

Pergunta aos burocratas federais

Centenas — talvez milhares — de jornalistas estão legalmente impedidos de exercer a profissão, devido ao decreto 83.284, de 13 de março de 1979, que estabelece, entre outras coisas, em seu artigo 4º, a obrigatoriedade da apresentação do diploma de curso superior de Jornalismo, para requerer-se o registro no órgão regional do Ministério do Trabalho, sem o qual é impossível ao jornalista exercer sua função.

Parece, portanto, que o ex-presidente Geisel, autor do decreto, esqueceu-se de que, no Brasil, após a cerimônia de formatura, os formandos são obrigados a esperar pelo diploma por seis meses, um, dois ou mais anos, dada a lentidão com que operam as delegacias regionais de ensino e os órgãos do MEC encarregados do registro do diploma.

Nós, vítimas deste decreto, exigimos a rápida solução de Brasília, pois não é justo sermos marginalizados dessa forma. Poder-se-ia escrever páginas sobre os absurdos da medida, mas eles são tão óbvios que dispensam comentários. Pergunto apenas aos burocratas de Brasília: se não podemos trabalhar em nossa profissão, o que devemos fazer para manter nossas famílias, para pagar o crédito educativo, etc.?

Marcelo Nunes, São Paulo, SP

Alerta contra ação multinacional

Sendo leitores assíduos do Coojornal, órgão de imprensa francamente voltado aos problemas sociais e econômicos, e sendo testemunhas de um trauma social sem precedentes, julgamo-nos no direito e dever de alertá-los para o rumoroso caso que acontece na fronteira cidade de Rosário do Sul. Ali a companhia Swift-Armour do Brasil, frigorífico multinacional que absorve a maior parte da mão-de-obra local (aproximadamente três mil pessoas) suspendeu suas operações na presente safra, provocando desemprego em massa.

Os acontecimentos derivados desta situação são fáceis de imaginar. A miséria manifesta-se de todas as maneiras, já que essa pobre gente perdeu a única fonte de renda disponível.

Como rosarienses, gostaríamos que o assunto fosse divulgado a nível nacional, para que surjam soluções e para que esta situação sirva de exemplo a todos os municípios que dependam de um capital estrangeiro.

Carlos Riella e Mauro Araújo, Rosário do Sul, RS

As cartas para a redação devem conter nome e endereço completo do remetente para que sejam publicadas. Remeter para Rua Comendador Coruja, nº 372, Porto Alegre.

O novo telefone da Coojornal:

PABX 33.5099

COOJORNAL® Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS

TV inglesa mostra o fim do milagre

A ITV, canal de televisão independente da Inglaterra, acaba de mostrar o documentário *As Crianças do Milagre* (o terceiro, de uma série de três, sobre a América Latina). O tema é a miséria, o cenário é São Paulo e o astro convidado é o governador biônico Paulo Salim Maluf.

O filme começa mostrando algumas favelas da capital paulista, passando em seguida para os grandes arranha-céus e retornando à favela. A câmera entra num barraco, sem privada, sem água, sem luz e daí corta para a mansão do Sr. Paulo Salim Maluf que, orgulhoso, mostra ao repórter seu fabuloso tesouro em peças raras (cerâmica, prataria, pintura, etc.) acumulado durante anos. O contraste é bastante chocante para os padrões de uma Europa austera, mas quando Maluf começa a falar a coisa se torna grotesca:

Maluf — Este é o *hobby* da minha mulher (Sílvia Lutfalla Maluf) durante os nossos 22 anos de casados. Ela gosta de colecionar quadros e objetos de prata e porcelana... Muitos deles nós compramos durante nossas visitas a Londres. Devo dizer que adoro (I love) visitar Londres...

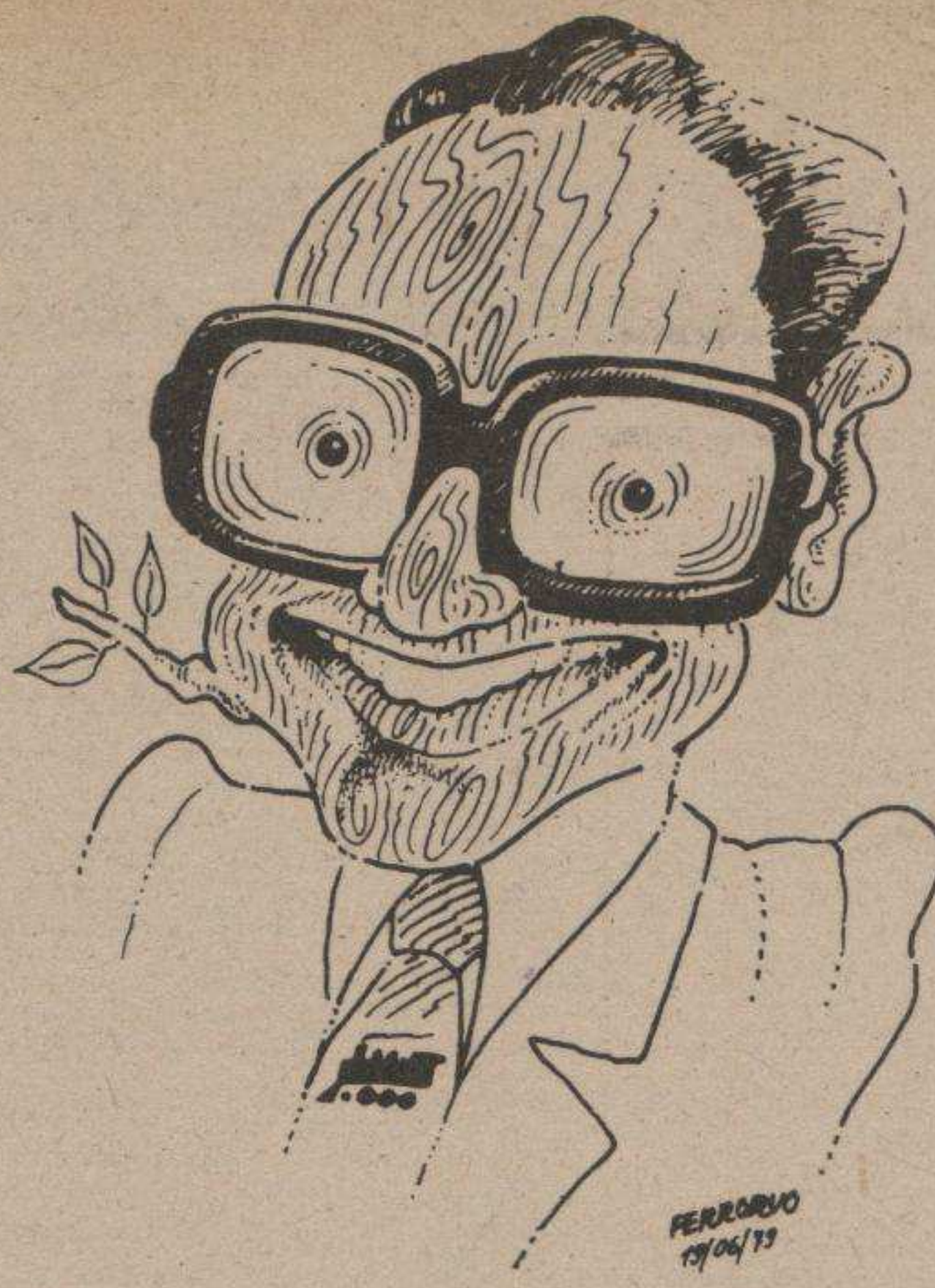
Repórter — Se o senhor não se importa, poderia nos dizer o valor aproximado de sua coleção?

Maluf — Bem, para nós não tem valor, porque nós não vamos vender, mas eu penso que durante esses 22 anos nós compramos mais de um milhão de dólares.

Repórter — E sua casa quanto vale?

Maluf — Hoje em dia, para construir, pelo menos um milhão e meio de dólares (sorri vaidoso)... Mas em qualquer outro país você encontra ricos e pobres. Na Europa, é assim também. Lá, em 10 anos, qualquer rico pode ficar pobre e qualquer pobre pode ficar rico. Aqui também.

O repórter complementa: "Hoje o trabalhador brasileiro precisa trabalhar o dobro de horas para ganhar o mesmo salário real de 15 anos atrás". E a câmera passa a mostrar as valas comuns de um cemitério de São Paulo. "Nessas valas —



diz o apresentador — 40 crianças são enterradas diariamente. São 1.500 por ano. O índice de mortalidade infantil é de 80 para cada mil crianças, 30% a mais do que quando os militares tomaram o poder, em 1964. Das valas comuns, um corte para a casa de Maluf:

Maluf — ... É claro que aqui morrem crianças. Nós temos isso em Nova Iorque e na maior parte das grandes cidades da Europa. Isso é típico de grandes cidades, não é monopólio de São Paulo.

Num hospital de São Paulo a câmera mostra bebês que são puro osso. "Das 150 mil crianças registradas no Serviço de Saúde local — diz o apresentador — 30 mil sofriam de desnutrição e 20 mil de doenças agudas, atribuídas diretamente à miséria em que vivem". Corte para Maluf:

Maluf — O Brasil, hoje, economicamente, é o oitavo país do mundo. Antes da Segunda Guerra estava entre o trigésimo e quadragésimo. Eu tenho absoluta certeza de que no final deste século ou no começo do outro ele será o quarto, só ficando atrás dos Estados Unidos, da Rússia e do Japão.

A câmera focaliza um dos 60 mil menores abandonados de São Paulo (15 milhões em todo o Brasil). E as imagens se sucedem: miséria, miséria e mais miséria. De repente, o luxo de Guarujá. Em seguida a zona de prostituição da capital, a Boca do Lixo, onde as meninas que nasceram há 15 ou 20 anos se vendem por Cr\$ 200,00. E o repórter chega à conclusão óbvia: "Para as crianças de São Paulo, o milagre é sobreviver".

Renovação no Cooperativismo

Em qualquer sistema político, seja de regime autoritário de partido único ou regime liberal de múltiplos partidos, as lideranças que conduzem a sociedade são mais ou menos estáveis e manobram as instituições e os organismos públicos durante muitos anos.

É um grupo, cujos integrantes se substituem, se revezam, se indicam, se afastam e se aproximam, sem uma participação ativa do resto da sociedade.

Estas normas se aplicam ao movimento cooperativista, que também possui seu grupo de líderes que chegaram às instituições de cúpula, através de influências pessoais e grupais.

O Cooperativismo nacional se prepara para as próximas eleições, de caráter democrático, para ocupação dos cargos da Organização das Cooperativas Brasileiras da recém-criada Fundação Brasileira de Cooperativismo — Brascoop.

Destas eleições participam, na prática, os presidentes de Organizações Estaduais de Cooperativas que, por sua vez, foram eleitas em assembléia publicamente convocada e da qual podem participar todas as cooperativas de um estado.

Esses homens, com raras exceções, têm influência apenas estadual e regional, como é o caso de presidentes de grandes centrais ou federações mais expressivas. Poucos deles, porém, representam uma influência sobre o sistema cooperativista nacional, se não por outros motivos, pela simples razão de suas atividades locais e pela extensão e peculiaridades do país.

Aglutinam-se, então, os líderes cooperativistas por áreas geográficas e, nestes espaços, cada qual se projeta na sombra do poder econômico e da influência social das cooperativas que representa.

Outros critérios também são utilizados, conscientemente ou por azar das coincidências, para eleger os representantes do movimento. Esses últimos anos têm sido definidos como o ciclo do leite na OCB, embora as cooperativas de maior expressão estejam nos produtos hortigranjeiros, grãos e cacau. E a região do centro do país tem praticamente conduzido a OCB nesses últimos períodos.

As coligações que conduzem os preparativos pré-eleitorais têm obedecido, e não há indícios de que venha a se

modificar esse quadro para as eleições de 27 de junho, critérios de áreas geográficas; acomodando-se o produto à expressão de maior ou menor influência do nome indicado.

Indicação desses critérios foi revelada recentemente na distribuição e rateio de cargos para o BNCC, que coube ao Rio Grande do Sul; da OCB, para estados do centro; e da Brascoop, para Minas Gerais. Ainda não se chegou a definir outras modalidades de representação que contemplassem preocupações programáticas ao invés das regionais.

Na verdade, além das definições legais e estatutárias que orientam as atividades desses órgãos em torno dos quais se tece a política representativa do movimento, não se propôs uma representação baseada num programa de ação que considere interesses comuns, de caráter regional mas consolidados numa liderança nacional.

Esses três órgãos do movimento, representando, ao mesmo tempo, o crédito, a tecnologia empresarial e a manifestação política, poderiam se apoiar mutuamente e conduzir coesamente a ideologia do movimento.

As cooperativas brasileiras representam hoje um milhão e 200 mil associados, com um faturamento superior a 110 bilhões de cruzeiros e uma equipe técnica de administradores nada inferior a qualquer outro segmento da sociedade econômica. Poderiam se manifestar com maior desenvoltura se estivessem congregados em torno de algum programa explícito para seu próprio desenvolvimento.

Temas como o crédito cooperativo, através de cooperativas de crédito e seções de crédito, a integração econômica de cooperativas do mesmo segmento econômico, formas de participação do associado nas decisões da organização cooperativa poderiam figurar num programa a ser executado por todos os órgãos, cada um em sua área de ação.

O processo de envolvimento democrático de todo o sistema provavelmente se expandiria e novos líderes poderiam florescer. As refregas eleitorais assumiriam uma estatura de maior projeção representativa do que as acomodações e a distribuição regional de cargos, mesmo que legitimadas, depois, em votação aparente.

Eugênio Giovenardi

O RIO GRANDE DO SUL VAI MOSTRAR SUA FORÇA.

Já está quase pronto o anuário econômico da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre — COOJORNAL — única publicação gaúcha no gênero a fazer um apanhado completo sobre a economia do Rio Grande do Sul.

O momento é este. Mostre sua empresa ou seu produto no ANO ECONÔMICO e tire bons proveitos de uma publicação especializada cuja abrangência e circulação já garantem o seu sucesso.

Obtenha maiores informações telefonando para 33-5099 ou, ainda, pelo Telex (051) 1605.



Uma publicação da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre — COOJORNAL
Rua Comendador Coruja, 372 —
90000 — Porto Alegre, RS
Fechamento: 30/06
Circulação: 31/07

Quem é você, caro leitor?

Nosso jornal cresceu, multiplicaram-se os leitores e as exigências. Precisamos saber com quem estamos falando, para melhorar cada vez mais. Em dez minutos você nos diz quem é. Basta preencher o questionário, colocar no envelope encartado nesta edição e mandar pelo correio.

ATENÇÃO: ESTE QUESTIONÁRIO DEVE SER PREENCHIDO PELA PESSOA QUE COMPROU OU ASSINOU O COOJORNAL

Esta pesquisa é desenvolvida sob a responsabilidade técnica de Eduardo Dutra Aydos & pesquisadores associados.

1. CIDADE ONDE MORA _____	3. ESTADO: _____	5. LUGAR EM QUE VIVEU A MAIOR PARTE DA SUA VIDA ATÉ OS 18 ANOS <input type="checkbox"/> zona rural <input type="checkbox"/> zona urbana menor (com até 50 mil habitantes) <input type="checkbox"/> zona urbana maior (com mais de 50 mil habitantes)	7. ENTRE AS SEGUINTES ALTERNATIVAS, QUAL A QUE MAIS O MOTIVOU A COMPRAR O COOJORNAL: <input type="checkbox"/> gosta da sua linha editorial como um todo <input type="checkbox"/> tinha algum interesse específico em alguma matéria/secção	8. ASSINALE TODOS OS MEIOS PELOS QUAIS VOCÊ FICOU SABENDO DA EXISTÊNCIA DO COOJORNAL QUANDO COMEÇOU A COMPRÁ-LO: <input type="checkbox"/> anúncio em rádio <input type="checkbox"/> anúncio em TV <input type="checkbox"/> anúncio em outro jornal <input type="checkbox"/> viu o COOJORNAL nas bancas <input type="checkbox"/> viu cartazes nas bancas <input type="checkbox"/> viu folhetos de propaganda <input type="checkbox"/> por indicação de amigos <input type="checkbox"/> ouviu falar em conversas com terceiros <input type="checkbox"/> viu faixas de propaganda
2. ZONA: <input type="checkbox"/> URBANA <input type="checkbox"/> RURAL	4. NUMERO DE ANOS QUE RESIDE NA CIDADE <input type="text"/> <input type="text"/>	6. LUGAR ONDE ADQUIRIU SEU EXEMPLAR DO COOJORNAL QUE CONTÉM ESTE QUESTIONÁRIO: <input type="checkbox"/> nas bancas <input type="checkbox"/> na universidade <input type="checkbox"/> por assinatura	NESTE CASO, QUAL FOI ESSA MATÉRIA? _____ _____	
9. RECENTEMENTE VOCÊ TERIA ALGUMA VEZ PROCURADO O COOJORNAL NAS BANCAS E NÃO O ENCONTRADO POR SE TER ESGOTADO A EDIÇÃO DESEJADA? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	11. RECENTEMENTE VOCÊ TERIA ALGUMA VEZ PROCURADO O COOJORNAL NAS BANCAS ANTES QUE TIVESSE SAÍDO A EDIÇÃO DESEJADA? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	12. COMO VOCÊ AVALIA O COOJORNAL ENTRE AS PUBLICAÇÕES CONGÊNERES (Semanários e jornais mensais da chamada Imprensa Alternativa) <input type="checkbox"/> NÍVEL SUPERIOR <input type="checkbox"/> MESMO NÍVEL <input type="checkbox"/> NÍVEL INFERIOR		

10. HÁ QUANTOS MESES VOCÊ LÊ O COOJORNAL

14. VOCÊ TERIA SUGESTÕES A NOS OFERECER PARA O APROVEITAMENTO DE NOSSAS LINHAS EDITORIAIS? (Sugira três temas que julga merecedores de uma reportagem ou análise pelo COOJORNAL; cite três pessoas que, no seu entender, deveriam ser entrevistados ou publicadas pelo COOJORNAL).

TEMAS SUGERIDOS:

PESSOAS A ENTREVISTAR (PUBLICAR):

13. QUAIS AS PRINCIPAIS RAZÕES QUE O LEVAM A FAZER A AVALIAÇÃO DO ITEM 12:

15. APROVEITE O ESPAÇO EM BRANCO ABAIXO PARA DESENVOLVER LIVREMENTE QUALQUER CONSIDERAÇÃO QUE POSSA CONTRIBUIR PARA QUE O COOJORNAL MELHOR CORRESPONDA ÀS SUAS EXPECTATIVAS - (Seja a favor ou contra - sua crítica nos interessa e será levada em consideração)

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE A RESIDÊNCIA DO COMPRADOR OU ASSINANTE DO COOJORNAL:

TOTAL DE PESSOAS QUE MORAM NO LOCAL

TOTAL DE CRIANÇAS MENORES DE DEZ ANOS

TOTAL DE PESSOAS QUE LÊEM O SEU EXEMPLAR DO COOJORNAL

TOTAL DE PESSOAS QUE FUMAM EM SUA RESIDÊNCIA

A RESIDÊNCIA POSSUI:

Televisão Preto e Branco

- sim, uma
 sim, mais de uma
 não

Televisão a Cores

- sim, uma
 sim, mais de uma
 não

EMPREGADA:

- sim, uma
 sim, mais de uma
 não

- Geladeira
 Liquidificador
 Máquina de Lavar
 Batedeira Elétrica
 Apirador de Pó
 Ar Condicionado
 Telefone

AUTOMÓVEL:

Marca:

Modelo:

Ano:

CAMIONETA/CAMINHÃO:

Marca:

Modelo:

Ano:

MOTO:

Marca:

Modelo:

Ano:

TIPO DE RESIDÊNCIA:

- Casa
 Apartamento
 Pensão/Hotel
 Pensionato
 Seminário
 Caserna

A RESIDÊNCIA É:

- Própria
 Em aquisição
 Alugada
 Cedida/Emprestada
 Usufruto

EM SUA RESIDÊNCIA OU AUTOMÓVEL DE SUA FAMÍLIA TEM:

- Rádio comum
 Rádio FM
 Toca-Fitas ou Gravador
 Toca-Discos

RENDA TOTAL FAMILIAR

Cr\$

CORTE E PREENCHA



CÓDIGOS DE RESPOSTA PARA OS DADOS OCUPACIONAIS

RAMO DE ATIVIDADE:

1. Agricultura
2. Indústria
3. Serviços Públicos
4. Serviços - Setor Privado
5. Profissões Liberais

CARGO OU FUNÇÃO:

- 01) Nunca trabalhou
- 02) Magistério Superior
- 03) Magistério de 1º e 2º grau
- 04) Profissional Liberal
- 05) Profissões Técnicas de nível médio: topógrafo, desenhista, técnico contábil, secretariado, etc.

Empresas Industriais, Comerciais, Bancários, Financeiras ou prestação de serviços (Empresas Privadas, de Economia Mista ou Públicas - Autarquias)

- 06) Propriedade de Empresas
- 07) Propriedade e Gerência de Empresas
- 08) Superintendência ou gerência de empresas
- 09) Chefe de Seção em empresas
- 10) Ocupações não manuais de rotina, em empresas grandes, médias ou pequenas (escriturários, comerciantes, etc.)
- 11) Ocupações no setor de vendas: EMPREGADOS (vendedores ou viajantes)
- 12) Ocupações no setor de vendas: AUTÔNOMOS (vendedores ou viajantes)
- 13) Ocupações manuais não especializadas (guarda-noturno, pescador, cobrador de ônibus, motorista, etc.)
- 14) Ocupações manuais especializadas: EMPREGADOS (marceneiro, mecânico, encanador, eletricitista, costureira, etc.)
- 15) Ocupações manuais especializadas: AUTÔNOMOS (marceneiro mecânico, encanador, eletricitista, costureira, etc.)

- 16) Ocupações manuais especializadas: Donos de oficinas ou supervisores (mestre, empreiteiro, etc.)

Empresas Agrícolas

- 17) Propriedade de fazenda/sítio
- 18) Propriedade e administração de fazenda/sítio
- 19) Administração de fazenda
- 20) Arrendatário (setor agrícola)
- 21) Mecânico (setor agrícola)
- 22) Salfista (setor agrícola)
- 23) Diarista (setor agrícola)
- 24) Empregado (roceiro, colono, etc.)

Forças Armadas

- 25) Oficiais superiores: Marechal, General, Coronel, Tenente-Coronel e equivalentes nas demais armas
- 26) Oficiais: Major, Capitão, Tenente e equivalentes nas demais armas
- 27) Suboficial, Sargento, Cabo e equivalentes nas demais armas
- 28) Soldado ou Marinheiro

Administração Pública Direta

- 29) Posições ou cargos políticos e administrativos de alto nível (Deputado, Desembargador, Governador, Ministro, Secretário de Estado, etc.)
- 30) Posições ou cargos médios (Prefeito, Vereador, Secretário Municipal, etc.)
- 31) Posições de chefia ou cargos de nível equivalente
- 32) Posições ou cargos de nível médio (escriturário, etc.)
- 33) Posições ou cargos públicos não enquadrados nas categorias acima (serventes, motoristas, etc.)
- 34) Outra ocupação não enquadrada nas categorias acima: (Especificar no questionário ao lado da resposta)

VOCE COSTUMA ASSISTIR TELEVISÃO

- Diariamente Quantas horas
- De vez em quando
- Nunca

OUVIR RÁDIO

- Diariamente Quantas horas
- De vez em quando
- Nunca

EM SUA RESIDÊNCIA AS PESSOAS COSTUMAM:

- Diariamente Quantas horas
- De vez em quando
- Nunca

OUVIR RÁDIO:

- Diariamente Quantas horas
- De vez em quando
- Nunca

QUAIS SÃO AS REVISTAS QUE VOCÊ LÊ E QUAIS AS QUE, PELO MENOS ALGUMA DAS PESSOAS QUE RESIDEM COM VOCÊ, COSTUMAM LER:

NOME DA REVISTA	ASSINALE A QUE VOCÊ LÊ	ASSINALE AS QUE AS OUTRAS PESSOAS LÊM

QUAIS SÃO OS JORNAIS QUE VOCÊ LÊ, ALÉM DO COOJORNAL, E QUAIS OS QUE, PELO MENOS ALGUMA DAS PESSOAS QUE RESIDEM COM VOCÊ COSTUMAM LER?

NOME DOS JORNAIS	ASSINALE OS QUE VOCÊ LÊ	ASSINALE OS QUE AS OUTRAS PESSOAS LÊM

PREENCHER OS DADOS DESTA QUADRO PARA TODAS AS PESSOAS QUE LÊM O

PESSOAS QUE LÊM O COOJORNAL NA RESIDÊNCIA (pai, mãe, filho, amigo, etc.)	ASSINALE QUEM COMPROU ESTE EXEMPLAR DO COOJORNAL	SEXO		IDADE	ESTADO CIVIL	TRABALHA		DADOS OCUPACIONAIS <small>Utilize os códigos acima</small>	ESTUDA		NÍVEL DE ESCOLARIDADE <small>(informe se são analfabetos, sabem ler, ou se chegaram até - ou se completaram o 1º grau, 2º grau ou curso superior)</small>	CURSO QUE FREQUENTA <small>(ou frequentou) e UNIVERSIDADE (ou faculdade isolada) para os de nível superior (indicar até dois cursos por pessoas)</small>	LE O COOJORNAL		FAIXA DE RENDA (média mensal) 0. não tem renda 1. até Cr\$ 1500 2. Cr\$ 1501-4500 3. Cr\$ 4501-9000 4. Cr\$ 9001-15000 5. Cr\$ 15001-30000 6. mais de Cr\$ 30000	NÚMERO DE VIAGENS AÉREAS REALIZADAS NOS ÚLTIMOS ANOS	
		M	F			Sim	Não		Sim	Não			No País	Ao Exterior		Turismo	Negócios

irmão	MODEIXO			20	Solteiro	Sim	Não	Utilize os códigos acima	Sim	Não	Superior	Filosofia	Modelo	Modelo	Uma		

COOJORNAL NA RESIDÊNCIA CONFORME O EXEMPLO (NA PRIMEIRA LINHA)

PESSOAS QUE LÊM O COOJORNAL NA RESIDÊNCIA (pai, mãe, filho, amigo, etc.)	ASSINALE QUEM COMPROU ESTE EXEMPLAR DO COOJORNAL	SEXO		IDADE	ESTADO CIVIL	TRABALHA		DADOS OCUPACIONAIS <small>Utilize os códigos acima</small>	ESTUDA		NÍVEL DE ESCOLARIDADE <small>(informe se são analfabetos, sabem ler, ou se chegaram até - ou se completaram o 1º grau, 2º grau ou curso superior)</small>	CURSO QUE FREQUENTA <small>(ou frequentou) e UNIVERSIDADE (ou faculdade isolada) para os de nível superior (indicar até dois cursos por pessoas)</small>	LE O COOJORNAL		FAIXA DE RENDA (média mensal) 0. não tem renda 1. até Cr\$ 1500 2. Cr\$ 1501-4500 3. Cr\$ 4501-9000 4. Cr\$ 9001-15000 5. Cr\$ 15001-30000 6. mais de Cr\$ 30000	NÚMERO DE VIAGENS AÉREAS REALIZADAS NOS ÚLTIMOS ANOS	
		M	F			Sim	Não		Sim	Não			No País	Ao Exterior		Turismo	Negócios

irmão	MODEIXO			20	Solteiro	Sim	Não	Utilize os códigos acima	Sim	Não	Superior	Filosofia	Modelo	Modelo	Uma		

CORTE E PREENCHA

No mercado, as duplicatas voadoras

Desde o pacote financeiro de abril, que tornou impraticável a tomada de empréstimos no exterior, desenvolveu-se no Brasil um mercado paralelo de duplicatas que tem sido um maná para os agiotas.

Segundo um desses banqueiros clandestinos, com banca de agiotagem estabelecida em Minas Gerais, o tal comércio de duplicatas vem proporcionando uma rentabilidade mínima de 8% ao mês aos capitalistas que, nesta transação, substituem o tradicional desconto bancário, colocando-se entre pequenos fornecedores apertados e grandes firmas folgadas.

Para entender como surgiu o mercado das duplicatas, convém lembrar que os empréstimos externos "congelados" pelo pacote de abril vinham sendo usados principalmente por multinacionais e empresas estatais. Sem essa fonte externa de financiamento, empresas como a Fiat, General Motors, Manesmann, Vale do Rio Doce e outras passaram a recorrer aos bancos nacionais, que, naturalmente, lhes dão preferência, em detrimento de empresas menores (como se sabe, os bancos emprestam aos que menos precisam). Assim, na partilha dos empréstimos bancários, as pequenas e médias empresas ficaram numa situação cada vez pior.

O desconto de duplicatas está sendo feito, atualmente, a taxas nominais de 3% a 3,3% ao mês, pelos bancos comerciais. A taxa real, no entanto, chega a 4%, 5% ou 6%, em virtude de exigências como o saldo médio — tanto maior quanto menor for a empresa, beneficiada pelo desconto.



Maç as duplicatas emitidas pelas grandes empresas, em favor dos seus pequenos fornecedores, com prazos de pagamento em 30,60 ou 90 dias, formam tal volume que os recursos bancários têm sido insuficientes para atender a todo mundo. E acabam sobrando duplicatas exatamente nas mãos das empresas mais fracas. Apertadas, elas acabam repassando as duplicatas para os agiotas, que por tal cortesia ganham pelo menos 8% ao mês. O risco é praticamente nulo, pois as duplicatas partem geralmente de firmas poderosas.

Segundo os agiotas, que estão vislumbando grandes perspectivas de investimentos lucrativos em terras e culturas agrícolas, a situação econômica, do País é francamente animadora para os bancos e as grandes empresas. Quanto às pequenas e médias empresas, pressionadas por todos os lados, restam-lhes algumas alternativas como a fusão, a incorporação, a concordata ou a falência. Alter-

nativas, aliás, previstas e asseguradas pela legislação.

J. Ramalho

Será por causa do nome?

Image Bank, uma empresa norte-americana que comercializa apenas fotografias para publicidade, encontra, pela primeira vez, e no Brasil, reações a seu trabalho.

"Será por causa do nome em inglês?" Pergunta-se Jean Claude Lozouet, representante da agência fotográfica no Brasil, que encontra resistências tanto por parte de clientes como por muitos fotógrafos brasileiros. "O objetivo do Image Bank ao se instalar no Brasil é promover o fotógrafo brasileiro, proporcionando-lhe condições de ampliar seu mercado a nível mundial", diz Jean Claude. Mas não é esta a opinião da maioria dos mais importantes fotógrafos brasileiros.

The Image Bank é uma organização fundada há cinco anos em Nova Iorque por dois fotógrafos americanos, Stanley McKanney e Larry Fried. Hoje têm quatro escritórios nos Estados Unidos e outros 20 espalhados pelo mundo. No Brasil há três agências, no Rio, São Paulo e Porto Alegre, faturando, segundo Jean Claude, uma média mensal de 30 mil dólares.

Para participar da agência, o fotógrafo precisa entregar um arquivo mínimo de cinco mil slides, de boa qualidade e devidamente identificados. O contrato prevê, ainda, uma renovação anual de duas mil fotos.

Entre os benefícios que a organização acena ao contratado estão, além do seu lançamento no mercado internacional, um bem montado esquema de promoção, colocação de trabalhos em capas de revistas fotográficas e contratação eventual, a níveis de remuneração do mercado americano, para realizar trabalhos específicos no Brasil.

Fernando Bueno, representante em Porto Alegre, cita ainda como vantagens o intercâmbio de informações técnicas entre os participantes da agência e o bom nível de preços conseguido, bem acima do normal. Um slide de 35 milímetros, único formato negociado pelo Image Bank, é cedido ao cliente por um valor entre 8 e 15 mil dólares, dependendo da utilização prevista.

E o alto preço não vem prejudicando os negócios. Ainda há pouco tempo uma agência de propaganda em Porto Alegre utilizou 42 fotos para fazer um comercial em vídeo-teipe, com 30 segundos de duração. Um negócio de Cr\$ 336 mil, dos quais a metade foi para o autor das fotos e o restante para a agência e seus representantes.

A principal crítica dos fotógrafos brasileiros é quanto à dificuldade de participação. Raros profissionais têm um arquivo de proporções como o exigido, e menos ainda são os que poderiam assumir o compromisso de renovar duas mil fotos por mês. E a concorrência é limitada no exterior devido ao filme disponível para slides no Brasil, o Ektachrome, considerado de qualidade inferior na Europa e Estados Unidos.

Os benefícios proclamados pela agência, implantada há um ano e meio no Brasil, estão restritos a apenas um fotógrafo brasileiro, Sebastião Barbosa, com ótimos resultados, segundo Jean Claude. Os outros 10 brasileiros que já assinaram contrato ainda não conseguiram organizar seus arquivos para a entrega. O que significa que quem está faturando no Brasil é o fotógrafo estrangeiro mesmo.

Jorge Meditsch

Troca-se por uma continha.



Copyright by DPZ - Foto: Lib. de Artes Visuais

Melhor campanha do ano. Melhor anúncio do ano. Melhor campanha de varejo. Melhor anúncio institucional. Melhor anúncio de agência.

Trocamos nossas glórias, prêmios e louros, pela sua conta, continha ou contão. Trocamos a sua dor de cabeça por várias cabeças premiadas. O senhor entrega a sua verba, verbinha ou verbão, e nós nos entregamos ao trabalho. Toma lá, dá cá. No fim do ano, o seu prêmio está nos seus lucros. De brinde, o senhor ganha um ou mais prêmios no Salão de Propaganda. Mas o senhor também pode ficar com sua antiga agência, por laços afetivos, políticos, etc.

E ficar com a sua dor de cabeça. Depois o senhor toma uns comprimidinhos.

Quadrilha Propaganda

Não deixe seus negócios em banho-Maria. Contrate uma agência que está fervendo.

Teixeira de Carvalho, 55 Fone: 33-2013.

A Arena entrou em parafuso

Diz-se que a abertura causa problemas ao MDB — e é verdade. Se antes bastava distribuir pontapés para todo lado, agora o jogo político abre alternativas para lances que dependem mais de talento e competência, como se tem visto nas articulações em torno dos novos partidos.

O MDB, efetivamente, está atrapalhado, mas não tanto quanto esse agonizante "maior partido do Ocidente", o apelido desse outro apelido que é Aliança Renovadora (renovadora!) Nacional! A Arena não está atrapalhada, ela entrou em parafuso desde o início da abertura, quando seus militantes perceberam que não existiria mais a função de fazer figuração no Parlamento. Pelo menos, não existiria mais para esta Arena — e a cabeça de seus dirigentes entortou.

Pois só uma mente tumultuada pode produzir o questionário que a direção da Arena distribuiu às suas bases, para levantar opiniões acerca do quadro partidário. Tem lá uma pergunta assim: "O senhor é favorável à criação de novos partidos, sem dissolução dos atuais, que sofreriam mudanças de nome, doutrina e programa?" O questionário — tipo teste de múltipla escolha, desses de vestibular que vêm sendo criticados porque produzem um achatamento intelectual — não formula alternativas sobre nomes, doutrinas e programas. Mas, ao final, pede "observações oportunas", de modo que, dada a pergunta, não é difícil que algum arenista tenha julgado oportuno sugerir algo assim: A Arena continua, mas com o nome de Partido Comunista, um programa de estatização de toda a economia, e com uma doutrina de centro-direita. Que partidão não dava, hein? — terá sohnado algum arenista.

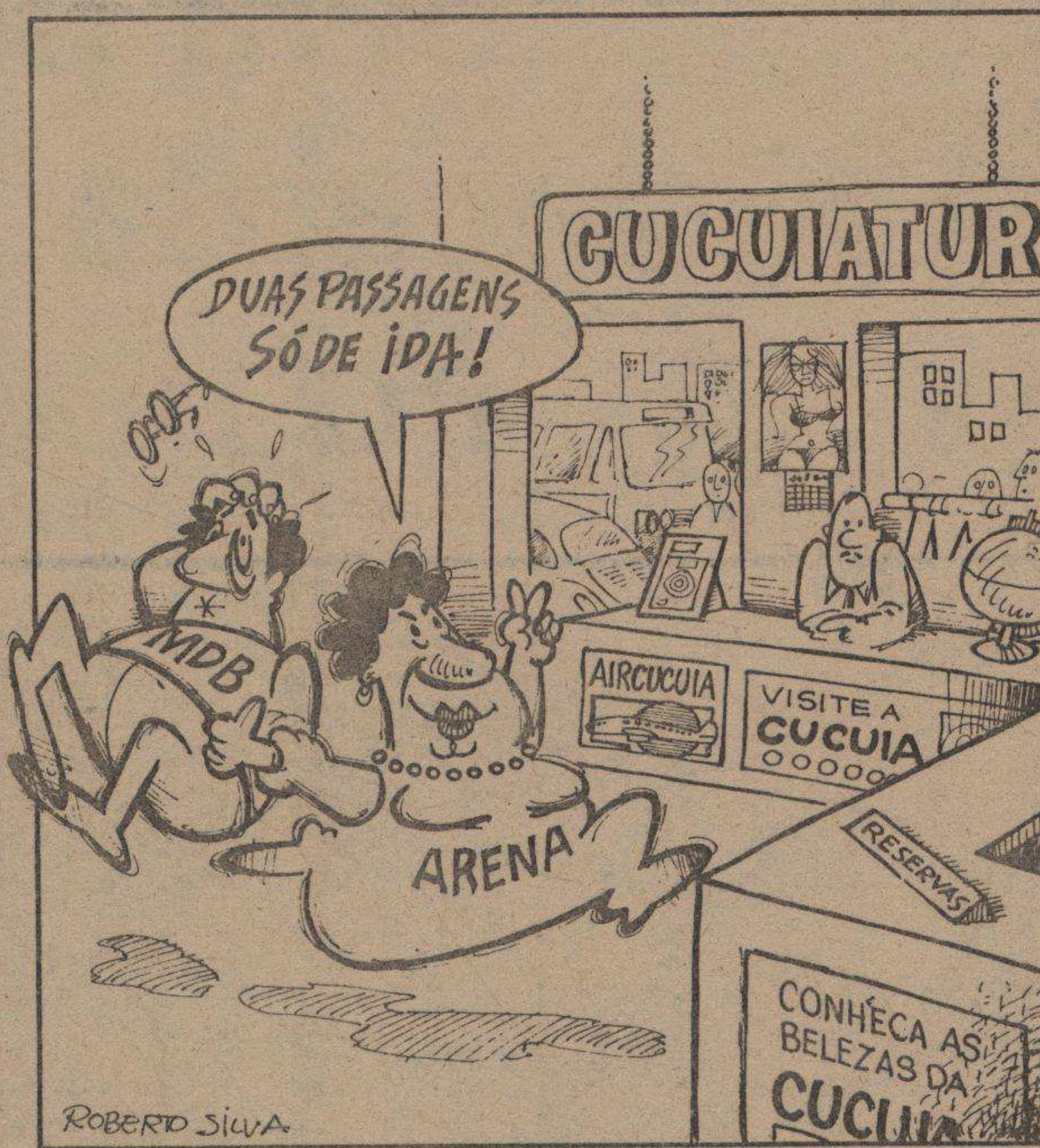
Imaginação? Nem um pouco. No começo deste mês, o deputado Alexandre Costa Filho da Arena do Maranhão, filho do biônico Alexandre Costa, em cujo curral se elegeu, externou a seguinte definição política: 1) Vai lutar pelo socialismo; 2) No mundo, o país que mais se aproxima do socialismo que ele tem em mente é a China Popular; 3) Por enquanto, porém, ele continua na Arena e apoiando o Governo; e 4) Aparentemente, o jovem deputado não vê contradição entre estas coisas todas.

Dir-se-ia que se trata de um caso isolado, se não aparecessem tantos outros exemplos. Não foi desse mesmo Maranhão, e essa coincidência deve ter algum sentido, que o presidente da Arena, o senador José Sarney, propôs o nome de Partido do Povo Brasileiro para recuperar a imagem da Arena?

De resto, o próprio questionário arenista, quando contempla a hipótese de dissolução dos atuais partidos, pergunta seus militantes se eles topam a formação de uma nova agremiação com alguma gente do MDB mais parte da Arena. Em caso de resposta positiva, o questionário oferece cinco alternativas para a tendência ideológica dessa nova agremiação: a) Direita; b) Centro-Direita; c) Centro; d) Centro-Esquerda; e) Esquerda.

A par da falta de imaginação, é a prova de que passou pela cabeça dos autores do teste a tese de que havia arenistas querendo formar, a partir da Arena, um partido de esquerda. E não é que havia? Tinha um, pelo menos um, lá no Maranhão. Já a tese a favor da mudança de nome, com qualquer doutrina e programa, tem muito mais adeptos.

Em todo caso, a maioria terá sido sensata. Os resultados detalhados do teste não foram divulgados — mesmo porque será difícil fazer essa tabulação — mas a cúpula arenista já informou que uma maioria de 80% apóia a dissolução dos atuais partidos. É melhor assim — terão pensado esses 80%. Dada a confusão generalizada, é melhor voltar para o zero a zero, recolocar a bola no meio de campo e começar tudo de novo.



Mas há algo que perturba gravemente essa sensatez. A Arena não é apenas favorável à dissolução da Arena. Quer também a dissolução do partido da Oposição, o MDB. A cúpula arenista perguntou e as bases responderam: somos a favor da extinção nossa e deles.

Logo em seguida, vem o ministro da Justiça, Petrônio Portela, garantir que a extinção dos partidos pode perfeitamente ser imposta por lei aprovada no Congresso Nacional.

Então, está tudo acabado. Se a Arena é maioria, quer extinguir a si e à oposição e se pode fazê-lo por lei — acabaram-se os partidos.

Trata-se de uma barbaridade política, jurídica e ética, mas é difícil perceber isso neste momento político: temos um regime que deixou parte do arbítrio, mas ainda não é democrático, e é conduzido por pessoas que fizeram, serviram e se serviram do arbítrio, e hoje pretendem exercitar sabe-se lá o que entendem por democracia.

Mas recorrendo à situação de países onde a política é mais estável, pode-se perceber o que a Arena e o Governo querem fazer. Imaginemos que o Partido Conservador, com sua maioria no Parlamento britânico, decida passar uma lei extinguindo o Partido Trabalhista. Ou mesmo uma lei que, menos radical, digamos, se limite ao nome: de agora em diante, nenhum partido inglês poderá chamar-se Trabalhista.

Claro, nem o Brasil e a Inglaterra nem a Arena e o MDB se parecem com Conservadores e Trabalhistas. Mas isso de a maioria dissolver a minoria abre precedentes nada favoráveis ao jogo político. Imaginemos que as atuais oposições — ainda que com outro nome — venham a se tornar maioria no Congresso, após as eleições de 1982. Então, só por vingança, essa nova maioria poderia passar uma lei obrigando a minoria a tomar o nome de — adivinhem! Arena, é claro. Com o apelido de "maior partido do Ocidente".

Mas vamos aceitar que a travessia rumo à democracia supõe certos atos que a boa política, a boa lei e a boa

ética não justificariam. Foi Maquiavel, o gênio, a caracterizar aquele momento, no jogo pelo poder, em que a moral parece ineficaz e a política parece imoral. O que fazer, então? Maquiavel sugere algo como uma improvisação que leve em conta certos critérios, principalmente este: o príncipe deve visar sempre o bem do povo e a eficácia do poder. O poder só é eficaz se tiver a força. Mas se for fundado apenas na força, será ilegítimo. Assim, o que torna o poder legítimo e a força, tolerável, é a vinculação de um e de outra à busca do bem do povo. Cabe ao príncipe, diz Maquiavel, ou aos partidos, dizem os modernos, buscar esse equilíbrio.

Tudo isso, afinal, serve para aceitar, sem consciência culpada, que no atual quadro partidário será impossível encontrar o equilíbrio que entre nós significará uma democracia estável. E será impossível menos por culpa do MDB, mais, muito mais, da Arena e do Governo. Mas como é o Governo quem detém a força, convém examinar mais as suas intenções.

No que se refere a partidos, é uma só e é clara: dissolver, dividir, desamarrar, separar, enfim, fazer qualquer coisa para desatar esta frente ampla de oposições que se reúne no MDB. Diversos motivos explicam essa intenção, mas há dois principais: primeiro, uma eventual vitória eleitoral desse MDB nas eleições para governadores em 82 teria — para o regime — um evidente caráter de revanche; segundo, o Governo está convencido de que, numa frente de oposições, a esquerda acaba se tornando a voz dominante, menos pelo seu número e mais pela veemência de seu discurso. A partir daí, conclui-se que, isolada a esquerda, a tendência dominante no quadro político seria a formação de um centro conservador, majoritário. O objetivo é, pois, isolar a esquerda e deixar avulsos, para que avancem até o Governo, os liberais e mais conservadores que se abrigam no MDB.

Mas o Governo ainda não tomou a decisão final de dissolver os partidos, embora pareça inevitável que chegue a isso. E só ainda não chegou porque espera os efeitos políticos do projeto de anistia que chega neste mês de junho ao Congresso Nacional. É que, para o Governo, seria muito melhor que o MDB se dividisse sozinho, sem a necessidade de aplicar-lhe um ato de força. No caso, espera-se que, dada a anistia, um contingente respeitável de emedebistas considere finda a tarefa de frente de oposições e dela se desligue para novos compromissos.

Contudo, vozes conservadoras do MDB, aqueles líderes que desejam ter um partido de centro, sem a esquerda, com que hoje convivem, têm despachado um recado claro ao Governo. Quanto Thales Ramalho e Tancredo Neves afirmam que nunca deixarão o MDB, mas com a ressalva "enquanto o MDB existir", estão dizendo ao ministro Petrônio Portela que não poderão abandonar o MDB. Não é preciso alongar esta explicação: a legenda, apesar de tudo, é forte, simboliza a resistência ao arbítrio, ganhou vida, de modo que abandoná-la seria como que trair as oposições.

Assim, poucos se arriscam, hoje, a deixar o MDB. Se essa verificação continuar válida mesmo depois de conhecido o projeto de anistia do Palácio do Planalto, em agosto, tudo indica, o projeto de dissolução dos partidos chega ao Congresso Nacional.

Como será essa dissolução, como o MDB pode resistir, qual o quadro partidário que se pode vislumbrar para o futuro — essas são as questões que estarão bem mais amadurecidas já no final deste mês, quando se tiver em mãos o projeto de anistia do Governo, os resultados do PTB em Lisboa, e quando se souber como o MDB resolverá o problema das suas convenções.

RECEBA O COOJORNAL EM CASA 5 DIAS ANTES

Cupom de Assinatura

Assinatura por 12 edições: Cr\$ 220,00
Envie cheque nominal ou vale postal para:
Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS — 90.000
Fones: 21.8984 e 24.0951

Desejo receber o Coojornal a partir do nº Caso você tenha interesse em adquirir o Coojornal a partir do nº 13 — entre em contato com o nosso Depto. de Circulação nos mesmos fones acima.

Nome:
Endereço: Fone:
Bairro: CEP: Cidade:
Estado: Profissão:

Comunique-nos qualquer alteração de endereço.

Cupom de Assinatura

Assinatura por 12 edições: Cr\$ 220,00
Envie cheque nominal ou vale postal para:
Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS — 90.000
Fones: 21.8984 e 24.0951

Desejo receber o Coojornal a partir do nº Caso você tenha interesse em adquirir o Coojornal a partir do nº 13 — entre em contato com o nosso Depto. de Circulação nos mesmos fones acima.

Nome:
Endereço: Fone:
Bairro: CEP: Cidade:
Estado: Profissão:

Comunique-nos qualquer alteração de endereço.

Como assinante, você recebe o Coojornal em outros Estados no mesmo dia em que ele vai para às bancas em Porto Alegre. Quer dizer: no mínimo 5 dias antes de ele chegar às bancas de sua cidade.

cooJORNAL

É difícil dizer toda a verdade

Jean Lacouture, mais de 50 anos, dos quais pelo menos a metade vividos como jornalista, correspondente de *Combat*, *Le Monde*, *Nouvel Observateur*, preferentemente em países do terceiro mundo, não chega a ser um homem desiludido

com seu ofício, mas tem palavras duras que não poupam nem a si mesmo, apesar da fama que adquiriu mundialmente pelo trabalho que fez na guerra do Vietnã (foi o primeiro jornalista importante do Ocidente a escrever solidariamente do "lado de lá").

Le Monde, modelo do jornalismo mundial, é um jornal "das muitas verdades, hipócrita, falsamente imparcial e que pisca o olho às elites". O jornalista "é um caçador de cabeças da selva, constangido, depois de tê-las caçado, a reduzi-las, mutilá-las, adulterá-las, para que elas caibam no recipiente-jornal". "A eterna ilusão do jornalista é a objetividade". "A imparcialidade é um ideal a ser perseguido".

São algumas opiniões de Lacouture que se define como "uma testemunha apaixonada das vicissitudes do terceiro mundo", onde viveu em vários lugares, do Marrocos à Indochina, convivendo

com personalidades como Ho Chi Min, Nasser, o príncipe Sihanouk, de quem se tornou amigo e muito ajudou, divulgando com simpatia a revolução dos *Khmers vermelhos*. No ano passado, no entanto, denunciou o regime cambodjano de Pol Pot, com um dramático libelo publicado em livro (*Survive le peuple cambodgien*, ed. Seuil), onde confessa sua desilusão e admite ter sido ingênuo.

A palestra em Roma tinha o sentido autocrítico ("Verdade e jornalismo: uma autocrítica", era seu título) e Lacouture ampliou-a aos jornais que trabalhou como *Le Monde*, que recebeu as restrições mais importantes: "É um jornal não objetivo, que se envolve numa *nuvem estética*. Objetivo é *L'Humanité*, o jornal do PC francês, porque a objetividade consiste em dizer o que se é, consiste em alçar a bandeira, denunciar aos outros suas próprias cores, ficar igual todo tempo. Só assim o leitor

poderá, se quiser, decodificar a verdade".

Mas o que é a verdade?

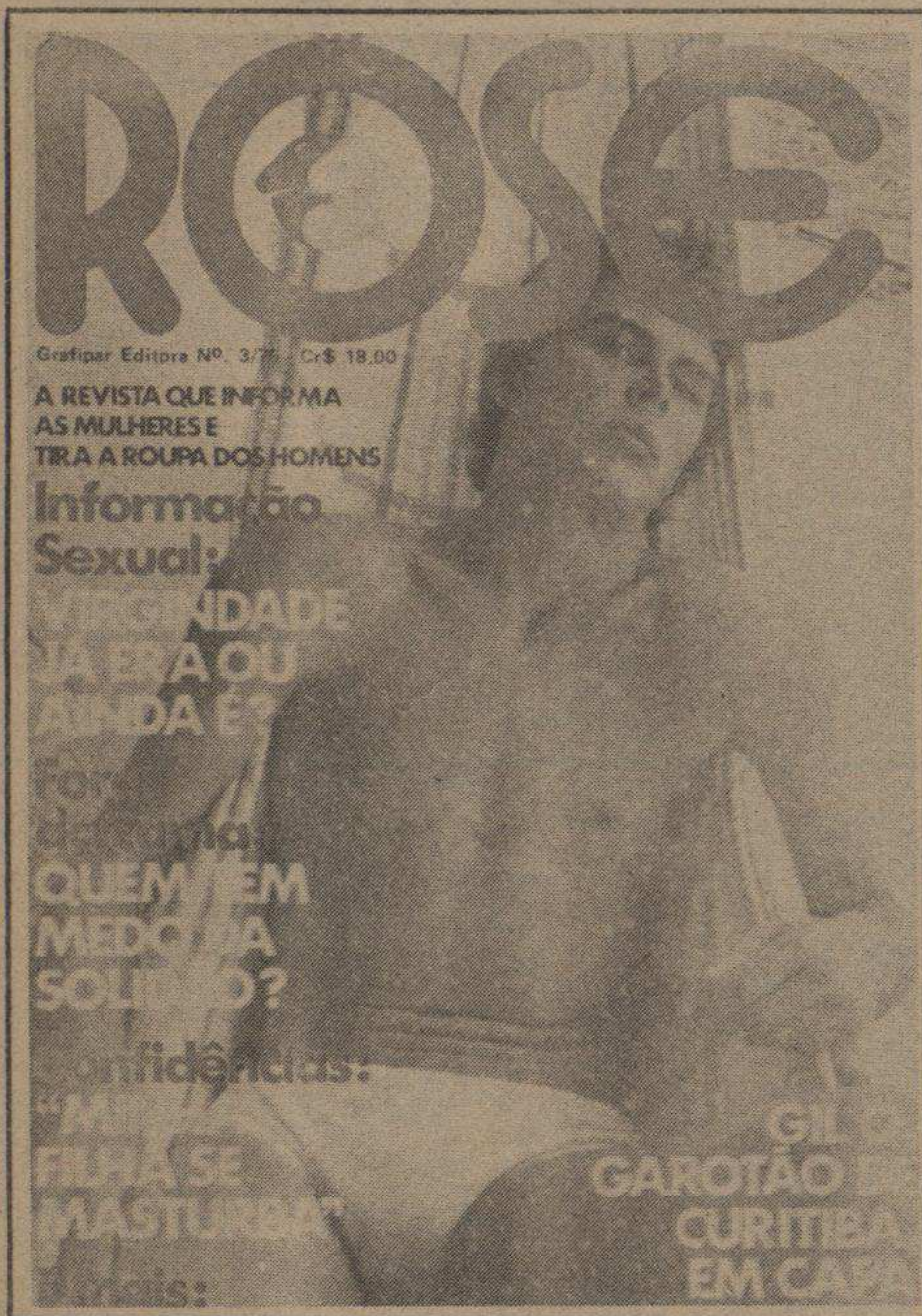
"É algo muito difícil de encontrar. E mais ainda de definir".

Ser um bom jornalista, dentro da visão de Lacouture é muito difícil, senão impossível. Seria preciso a "virgindade intelectual", cancelando "os pré-juízos e preconceitos, os espelhos e lentes deformantes criados inevitavelmente pelas ideologias".

E a confissão: "Fui um jornalista parcial. Algumas vezes caí certas verdades para não prejudicar o Vietnã em guerra. Agora acho que é preciso dizer a verdade sempre, custe o que custar. O amigo do Vietnã em guerra será o crítico dos tempos de paz".

E terminou citando Léon Blum: "Dizer a verdade é fácil. O difícil é dizer toda a verdade".

JAPM



Rose: tirando a roupa dos homens?

Olhando pelo buraco da fechadura

Macho também é objeto sexual. Esta poderia ser a divisa da revista *Rose*, de Curitiba, que assegura estar "tirando a roupa dos homens". A redação da primeira publicação brasileira dedicada a esta tarefa é composta por três mulheres que, para a capa do terceiro número de *Rose*, anunciam o poster de "Gil, o garotão de Curitiba". Mas, para decepção de suas leitoras e, certamente, dos homossexuais (nos Estados Unidos eles formam o maior contingente de consumidores no gênero), *Rose* exhibe seus *pin-ups* com inesperadas cuecas zorba.

Os diretores responsáveis, Faissal e Faruk El Khatib, explicam em resposta à carta de uma leitora insatisfeita, que "existem algumas barreiras que não dependem apenas de nossa boa vontade. A abertura vem vindo devagar e às vezes a porta emperra e a gente tem que olhar pelo buraco da fechadura...". Os dois confessam saber pouco sobre o gosto das mulheres em relação ao que é erótico em fotos masculinas.

Com distribuição nacional e tiragem não divulgada, *Rose*, além de despir os homens pretende "informar as mulheres". Entre seus artigos figuram "virgindade Já Era ou Ainda É?", "Quem Tem Medo da Solidão?", "Minha Filha se Masturba", entremeados com fotos de nus parciais — da cintura para cima — dos atores Mário Cardoso e Denis Carvalho e dos modelos Marcelo e André, este apresentado como "um gaúcho que adora brincadeiras de rolar no tapete". Tateando o mercado em busca de seu público, *Rose* mantém a seção *Encontro*, para facilitar o relacionamento entre as leitoras e, a seu lado, o *Gay Corner*, dedicado exclusivamente à correspondência entre entendidos ou, como disse um missivista, "ao amor sem barreiras".

Airton Centeno

A felicidade é feita de coisas simples como um brinquedo.



E necessárias como plantar.

Há 26 anos o Grupo De Zorzi trabalha na industrialização de madeira. Matéria-prima que é utilizada para melhorar a vida das pessoas. Nestes 26 anos, o Grupo De Zorzi reflorestou 42 milhões de árvores. Destas, 10 milhões são araucárias, plantadas em seu ambiente natural. O que prova mais uma vez que nem só de dinheiro se vive. Plante. É necessário, como todo ato de amor.

(A)



Grupo De Zorzi

Há 26 anos preservando a natureza.

O Chile em 40 países

A viúva de Allende fala da luta — sua e de milhares de chilenos — para voltar ao país

La Tencha — como é chamada pelos chilenos e pelos brasileiros, que como ela, vive exilados no México — até 1973 foi no Chile apenas a primeira dama, que acompanhava nas solenidades seu marido Salvador Allende. Depois do golpe militar Hortensia Allende transformou-se radicalmente. Perdeu a timidez de falar em público. Assumiu a tarefa de denunciar pelo mundo inteiro os atos da Junta Militar que hoje governa o país e, 24 horas por dia, comanda o trabalho de um grande grupo de chilenos que só tem uma ambição agora: devolver a democracia ao Chile.

Bem vestida, com um conjunto creme e sapatos dourados, bem maquiada, bem penteada, pronta para qualquer recepção, a viúva de Allende concedeu esta entrevista, a primeira para o Brasil, a pedido do professor Theotonio dos Santos, exilado brasileiro, em seu confortável e bem decorado apartamento na Colonia del Valle, na Cidade do México (cedido pelo Governo mexicano). Avisa que seus compromissos só permitiram falar de 19 às 20 horas. Depois, era um programa na televisão mexicana. No dia seguinte faria mais uma de suas constantes viagens ao exterior.

Tencha exige que as fotos sejam tiradas de longe — porque não está mais "em idade de tirar retrato de perto" — e pede que faça todas as perguntas para anotar. Pensa um pouco e, sem ao menos um leve sorriso, responde secamente.

UM MILHÃO NO EXÍLIO

— Sou uma entre muitos chilenos que trabalham para derrubar a ditadura militar de Pinochet. Sou uma das que, sem pertencer a partidos políticos, estou lutando, junto ao resto dos companheiros, para abreviar os dias da Junta Militar.

— Hoje, nós chilenos, estamos em quase 40 países. Da Noruega ao Canadá, onde estão 10 mil. Na Argentina, Venezuela e Equador estão a maioria dos exilados que são hoje 1 milhão, cerca de 10% da população chilena. No México estão 1.600.

— O processo revolucionário chileno, tal como o concebia Salvador Allende, despertou grande simpatia e entusiasmo no mundo e é ampla e generosa a solidariedade em quase todos os países. Es-



Hortensia Allende: "Sou uma entre muitos que lutam contra a ditadura"

ta compreensão e apoio não vem apenas dos socialistas, como de muitos democráticos da Europa Ocidental, Espanha, França, Portugal, Bélgica, Irlanda, Dinamarca, Finlândia, Suécia, Noruega e, também, Canadá e Estados Unidos. São poucas as exceções como a África do Sul, Coreia do Sul e China.

35 MIL MORTOS

— Por que o Chile foi condenado na 5ª Assembléia das Nações Unidas pela alta votação de mais de 90%? É justamente porque há um consenso, no mundo de que em nosso país se aviltam todos os direitos do homem. Não apenas há repressão, torturas, 2.500 desaparecidos, 35 mil mortos. Também a maior parte da população sofre outro tipo de repressão: a asfixia econômica, desemprego, desnutrição e aumento da mortalidade infantil que, no nosso governo, era de 65 em cada mil e hoje é o dobro, de 126 em cada mil.

— Hoje, há 2 milhões de desempregados. Antes eram 3%, e agora mais de 20%. É grande a dívida externa. Quando assumimos o Governo, era de 4

bilhões de dólares e hoje atinge a 7 bilhões de dólares, quase o dobro nesses cinco anos.

— O Chile é hoje uma espécie de Hong Kong. Há grande importação de tudo: cigarros, carros, uísque, tecidos. Apesar de ser um grande produtor de lã, está importando de toda parte, do Peru, Índia, Japão. Isto, apesar de aplicar a política do FMI.

— E o Governo ainda fala do êxito de sua política econômica! Este só favorece a 10% da população, aos grandes monopólios estrangeiros e nacionais. Desnacionalizaram grandes indústrias e estão vendendo minas de cobre. A Exxon Company comprou a Cia Minera la Disputada. Também o Japão quis comprar a madeira da ilha de Chile, mas houve tal protesto que ainda não foi decidida a venda.

MATERNIDADE, UM DELITO

— Há ameaça de que fechem as minas de carvão de Lola e Coronel, o que deixará sem emprego a 4 mil mineiros. A produção de petróleo atende a apenas 30% do consumo. E a fome é tanta que as pessoas tomam chá, impor-

tado, sem leite com um pedaço de pão e comem um prato de talharim. Esta é a comida de todo dia.

— A educação e a saúde, que eram gratuitas no governo Allende, hoje foram privatizadas. Tem-se que pagar a consulta para médico e dentista, que é muito cara. Só a educação primária, de seis anos, o Governo anunciou que será gratuita. A secundária e universitária são pagas.

— Uma mulher grávida no Chile, hoje, está ameaçada de desemprego. A maternidade é um delito desde junho de 78. Por um decreto lei, um industrial pode despedir uma mulher ao tomar conhecimento de que está grávida. Isto, com grande aplauso dos empresários porque, segundo eles, a produção diminui.

— Uma das mostras de solidariedade que o povo chileno recebeu é este boicote comercial contra a Junta Militar, não contra o povo chileno. Este boicote comercial no México e na Venezuela já é uma realidade. Aqui os sindicatos mexicanos decidiram boicotar os barcos chilenos que trazem celulose e outras mercadorias que o Chile exporta, como madeira, maçãs, uvas, cobre, vinho.

(No mesmo dia, o jornal Uno Más Uno dava como manchete que Fidel Velázquez, dirigente da Confederação dos Trabalhadores do México — CTM — havia ordenado o boicote aos barcos com bandeiras de Nicarágua e Chile. A decisão, dizia o noticiário, foi tomada em cumprimento ao acordo realizado a 26 de novembro, em Lima, com a Organização Regional Interamericana do Trabalho — ORIT — e a Comissão para a Defesa dos Direitos Humanos dos Trabalhadores, devido à repressão ao povo por parte dos regimes ditatoriais).

CADÁVERES NA MINA

— Um dos nossos trabalhos agora é pedir apoio a este boicote econômico. Os Estados Unidos estão esperando que a Junta ceda. Neste sentido deu-se um grande passo à frente no Chile. Já se formou uma frente sindical muito ampla, que reúne organizações com mais de 4 milhões de trabalhadores que são contra a política econômica da Junta e lutam por seus direitos de trabalho, de greve, de eleger seus representantes.

— A Junta está fazendo desesperados esforços para melhorar sua imagem internacional, mas os fatos a acusam. Por exemplo; a descoberta macabra de 15 cadáveres na mina de cal de Lonquán, a 60 km de Santiago. Todos modestos camponeses das vinhas da Isla de Maipo, com tiros na cabeça, manietados e, antes, torturados. A igreja Católica descobriu esses 15 cadáveres e isto despertou indignação em todo o mundo. A Comissão de Direitos do Homem, das Nações Unidas, reunida em março, aprovou por 24 votos contra 6, uma severa condenação à Junta por este terrível fato. E mais: o assassinato de Letelier e a condenação dos assassinos pelo Grande Júri de Washington, é outra mancha para a Junta Militar.

— Quanto às perspectivas, a frente ampla sindical é um grande passo. Os partidos políticos estão vivos, com um trabalho clandestino e uma imprensa clandestina. Há mobilização das mulheres que já fizeram greve de fome pelos presos políticos. Os jovens nas universidades não estão de acordo com o regime fascista que impõe reitores. A Universidade Técnica dos Estados, uma das maiores das oito universidades do Chile, é dirigida por um oficial de carabinieri. Isto é uma aberração! Não cabe na mente de um europeu que sejam as forças armadas que dirijam nossas universidades e todas elas no Chile são dirigidas por militares. Por isto se diz que o ensino está militarizado. Os universitários fazem curso de segurança nacional.

— Uma revista chilena que recebi há dias denuncia que dos 680 estudantes que se formaram em Medicina, somente 320 conseguiram trabalho. Como é possível que, num país em que há tanta necessidade de médicos, não tenham podido dar trabalho aos outros 360 por falta de verba? E isto, enquanto o Governo gasta milhões de dólares em armamento.

20 horas. Tencha avisa que esgotou o tempo. Insisto na pergunta não respondida: que comparação faria entre a situação do Brasil e a do Chile?

— Isto não respondo. O Brasil é um problema para os brasileiros!

Wanda Figueiredo

Querida Família:
Um drama do nosso tempo.
As cartas enviadas pela brasileira Flávia Schilling à sua família narrando toda sua amarga experiência nos cárceres uruguayos.
Cr\$ 70,00

COOPERATIVISMO E COMPETIÇÃO
A experiência das cooperativas no capitalismo alemão
Erk Biedtner, Friedrich Klein, Walter Horn, Harry Wackerstein

DEBATE
COLEÇÃO COOPERATIVISMO
Cooperativismo e Competição
A experiência do Cooperativismo alemão na busca de adaptação ao regime capitalista.
Coleção Cooperativismo Selo Debate nº 1
Cr\$ 75,00

DOIS IMPORTANTES ASSUNTOS EM DOIS GRANDES LIVROS

Faça seu pedido preenchendo este cupom e remetendo para a Editora Coojornal — Rua Comendador Coruja, 372 — 90000/Porto Alegre — RS

Solicito enviar-me, pelo Reembolso Postal, o(s) seguinte(s) livro(s):

..... exemplar (es) — Querida Família
..... exemplar (es) — Cooperativismo e Competição ao preço total de Cr\$ 00.

Nome..... Bairro.....
Rua.....
Cidade..... Estado.....
CEP.....

Assinatura

☐ Não mande dinheiro. Só pague ao receber o(s) livro(s).

Compre um terreno em Eldorado.

Você vai se sentir do tamanho da paz.

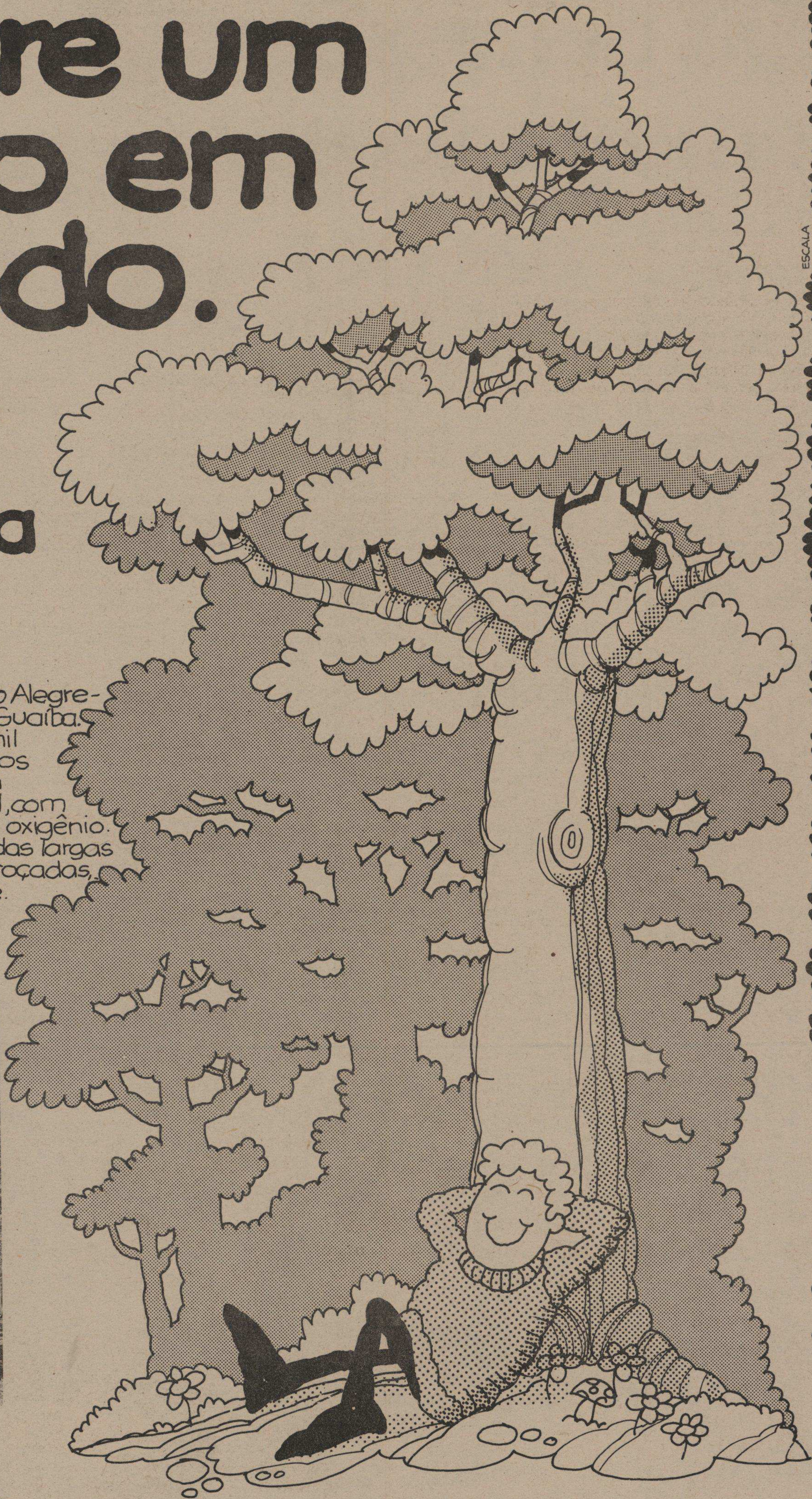
O Loteamento Eldorado fica no Km 46 da Estrada Federal Porto Alegre-Uruguaiana - aquela da Ponte do Guaíba.

São 1.700 hectares, com 500 mil pés de eucaliptos, acácias e pinos de 20 anos - o que significa um clima próprio, ameno e saudável, com nada - nada de poluição e muito oxigênio.

Alamedas de eucaliptos, estradas largas, flores, cursos d'água, pontilhões, roçadas, verde, verde, verde e mais verde.

Dê uma chegada lá.

Você vai se sentir do tamanho da paz.



ESCALA

Tabela de preços

Plano	A. Lotes de 600 a 700m ²	B. Lotes de 700 a 850m ²	C. Lotes de 850 a 1200m ²	D. Acima de 1200m ²
Entrada	4.700,	5.250,	5.600,	7.050,
Prestação fixa 36 meses	12x 1.590, 12x 1.990, 12x 2.550,	12x 1.790, 12x 2.300, 12x 2.950,	12x 1.950, 12x 2.500, 12x 3.200,	12x 2.550, 12x 3.295, 12x 4.250,

Empreendimento:

Planater

Planejamento Econômico Financeiro Ltda.

Rua Delegado Grant, 8: quem vem pela Ipiranga, no sentido PUC-Centro, entre Santana e João Pessoa.
Tels. 23-1845 e 23-0356.

ELDORADO

Você vai se sentir do tamanho da paz.

BR-290 Km 46

Registrado, conforme exigências do Decreto-Lei nº 58, de 10/12/57, no Registro de Imóveis do município de Guaíba, nos livros auxiliares 8-A a fls. 40, sob nº 7, e 8-B a fls. 70, sob nº 16, de 31/12/56 e 31/12/58. Cadastro no Incra: nºs 851.094.270.395 a 851.094.270.474

200 demissões e muita tensão nas redações

São os resultados mais visíveis da greve nos jornais de São Paulo

Vinte dias depois do fim da greve dos jornalistas de São Paulo, que paralisaram suas atividades durante seis dias, entre 23 e 29 de maio último, o número de demissões alcançava 200 pessoas, entre profissionais registrados e *free-lancers* fixos (que trabalham sem contrato de trabalho).

No bolo das cabeças cortadas, figuram quatro jornalistas que exerciam funções diretivas no sindicato da categoria e que, portanto, gozam de estabilidade garantida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). São eles: Fernando Pacheco Jordão, da TV Globo, e Lia Ribeiro Dias, Adélia Borges e Wilson Moherdau, todos de *O Estado de S. Paulo*. Os quatro foram demitidos sob a alegação de terem cometido "falta grave", isto é, participaram de uma greve considerada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho. Numa briga que pode demorar entre dois e quatro anos, o sindicato começou a lutar na Justiça do Trabalho pela readmissão dos quatro dirigentes.

As 200 demissões (até 14 de junho) foram a consequência mais dura da greve dos jornalistas, que não conseguiram nada do que reivindicavam: 25% de aumento salarial e imunidade para os

representantes de redação (delegados sindicais). Finda a greve, as empresas descontaram os dias parados (algumas empresas realizaram o desconto total, outras parcial) e mantiveram sua contraproposta inicial de oferecer a partir de 1º de junho uma antecipação salarial de 16%, a ser compensada no dissídio coletivo da categoria, em dezembro. Ao mesmo tempo, as demissões atingiram especialmente os representantes de redação e aqueles que tiveram atuação mais destacada ao longo da greve para a maioria dos jornalistas que trabalham fora dali.

CINCO POR CENTO

Apesar de tudo, o presidente do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, David Moraes, admite que o volume das demissões está dentro dos padrões "normais" dos setores onde há greves. Segundo Moraes, o total de demissões em consequência da greve não deve exceder as duas centenas, o que representaria pouco mais de 3% do quadro de jornalistas ativos da Grande São Paulo e das três principais cidades do interior (Santos, Campinas e Ribeirão Preto), onde trabalham perto de 6.000 profissionais de imprensa. Em alguns setores, de acordo com Moraes, os cortes pós-greve chegam a atingir 5% do número total de empregados. Ele cita inclusive um caso de demissões antecipadas: entre os 120.000 bancários de São Paulo, que estão se mobilizando para obter um bom aumento salarial no início do segundo semestre, já houve 2.500 demissões nas últimas semanas, numa aparente tentativa de amedrontar a classe.

Das três maiores empresas jornalís-



Apesar da mobilização e dos piquetes de greves, os jornais circularam

ticas paulistas — O Estado, Folhas e Editora Abril — responsáveis por cerca de 30% dos empregos para jornalistas na Grande São Paulo, a única que evitou os cortes, logo depois da greve, foi a Abril. Promoveu, no entanto, um corte total nos *free-lancers* em São Paulo e nas sucursais.

Segundo o levantamento do Sindicato dos Jornalistas, as demissões estavam distribuídas principalmente entre as seguintes empresas: O Estado de S. Paulo (41 cortes), grupo Folhas (60), Diário do Grande ABC (26), Diário Popular (16), Rádio e TV Globo (14), Diários e Emissores Associados (12), Rádio e TV Bandeirantes (12). As 15 demissões restantes ocorreram esparsamente em empresas menores.

DIFÍCIL DE ENTENDER

No início de junho, o Sindicato dos Jornalistas ainda estava realizando uma avaliação dos resultados da greve, a primeira realizada pela categoria desde 1961, quando uma paralisação geral impediu a circulação dos jornais paulistas durante três dias. Antes disso, os jornalistas da capital paulista só haviam participado da greve geral ocorrida em 1929, época em que seu sindicato ainda não existia.

De acordo com cálculos preliminares, aderiram à greve de 1979 cerca de 90% dos 6.000 jornalistas ativos existentes hoje na região metropolitana e nas três principais cidades do interior (Santos, Campinas e Ribeirão Preto). Aí, o primeiro dado preocupante: com apenas 10% de jornalistas não-grevistas, auxiliados por alguns trazidos às pressas de sucursais, mais o reforço de noticiário enviado pelo telex por jornais do Rio, de Brasília e de Porto Alegre, as empresas conseguiram manter seus veículos em circulação. Apesar da precariedade do noticiário, especialmente aquele oriundo de São Paulo, os jornais chegavam a informar sobre o andamento da greve dos jornalistas, que se viam obrigados a recorrer à panfletagem de rua para que a população paulista tomasse conhecimento do seu movimento.

Para a população, que se habituou a conviver com greves desde o ano passado, olhando-as inclusive com simpatia, foi meio difícil compreender o movimento dos jornalistas. Primeiro, porque os jornais continuaram circulando e as rádios irradiando, ainda que somente música. Segundo, porque ela não possuía informações sobre o nível salarial da categoria, claramente situada entre os assalariados de classe média.

No final da greve, como os jornalistas voltaram às redações sem poder ocupar novamente o mesmo espaço que possuíam antes do confronto com os seus empregadores, acabaram sendo veiculadas apenas as versões patronais, contendo dados naturalmente desfavoráveis para os empregados. Dentro desta linha, por exemplo, um artigo do *Estadão* e do *Jornal da Tarde* informou que o salário médio dos 374 jornalistas empregados nas duas redações era de 30.000 cruzeiros mensais em abril. Enquanto isso, a revista *Veja* (Editora Abril) afirmou que o salário médio de seus 105 profissionais é de 40.800 cruzeiros por mês.

Entretanto, há a versão dos jornalistas, que não dispõem de espaço para publicá-los nos jornais e revistas em que trabalham. Um levantamento feito em

março último, por exemplo, localizou 460 empregados nos setores de jornalismo (redação, diagramação, fotografia e revisão) do grupo do *Estadão* (*O Estado de S. Paulo*, *Jornal da Tarde* e *Rádio Eldorado*). Sem contar os membros da revisão, cuja maioria ganha o piso salarial de 8.000 cruzeiros, a média salarial do grupo era de 24.300 cruzeiros. Na revista *Veja*, que paga os melhores salários de São Paulo e do Brasil, o efetivo jornalístico era de 152 pessoas há um ano atrás — e, desde então, os cortes em sua redação foram mínimos, não atingindo, portanto, nem de longe, os 47 jornalistas ausentes dos dados apresentados pela própria revista.

Evidentemente, não faz sentido analisar a greve dos jornalistas de São Paulo com base nas médias salariais, verdadeiras ou não, do *Estadão* e da revista *Veja*. Sendo as redações com os melhores salários do mercado paulista, o uso exclusivo de seus dados levaria a conclusões errôneas e, sobretudo, injustas para maioria dos jornalistas que trabalham fora dali.

De acordo com os registros do Sindicato dos Jornalistas, a categoria possui cerca de 10.000 profissionais em todo o estado. Deste total, cerca de 8.000 exercem a profissão na atualidade. Destes, 6.000 estão distribuídos entre a capital, os municípios da região metropolitana (principalmente Santo André, São Bernardo, São Caetano, Osasco e Guarulhos) e os três principais centros urbanos do interior (Campinas, Santos e Ribeirão Preto), onde é obrigatório o pagamento do piso salarial de 8.000 cruzeiros mensais pela jornada diária de cinco horas de trabalho. Nas demais cidades do interior, o piso salarial é de 4.500 cruzeiros mensais. Ao todo, o Sindicato possui 5.000 sócios, ou seja, 50% dos jornalistas do estado são sindicalizados.

Em seus estudos para respaldar pedidos de aumentos, o Sindicato dos Jornalistas fez no ano passado um levantamento do quadro salarial da categoria, tomando como base as contribuições sindicais recolhidas, conforme a lei, no mês de março (a contribuição sindical representa um dia de salário que todo empregado transfere para o seu sindicato). Atualizado para o início de 1979, de acordo com os reajustes verificados em dezembro, esse levantamento revela que, na Grande São Paulo, 49% dos jornalistas ganhavam, em janeiro, entre 8.000 e 13.000 cruzeiros e 79% tinham ganhos não superiores a 25.500 cruzeiros mensais. A faixa salarial modal (aquela onde se encontra o maior número de pessoas) é a situada entre 8.000 e 11.000 cruzeiros mensais, com 32% dos jornalistas da Grande São Paulo. A tabela, enfim, é a seguinte:

FAIXAS DE SALÁRIOS DOS JORNALISTAS DA GRANDE SÃO PAULO — JANEIRO/79

Piso salarial — 8.000	— 6%
De 8.001 a 11.000	— 32%
De 11.001 a 13.000	— 11%
De 13.001 a 16.000	— 8%
De 16.001 a 21.000	— 12%
De 21.001 a 25.500	— 10%
De 25.501 a 31.500	— 7%
De 31.501 a 37.000	— 4%
De 37.001 a 43.000	— 2%
De 43.001 a 57.000	— 5%
Acima de 57.000	— 3%

Agora em livro a história do homem que não quis vender o povo brasileiro.

Roteiro completo do filme.
Artigos de Geraldo Sarno, Orlando Senna, José Carlos Avellar e Robert Gréllier.
Dados biográficos e revelações inéditas sobre Delmiro Gouveia.

Compre hoje mesmo, nas livrarias ou pelo Reembolso Postal.



MOLEZA!
NÃO PRECISA ENVIAR O DINHEIRO AGORA. É SÓ RECORTAR E MANDAR PELO CORREIO.



CODECRI
A EDITORA DO RATO QUE RUGE.

EDITORA CODECRI — Serviço de Reembolso Postal
Rua Saint Roman, 142 — Copacabana
22.071 — Rio de Janeiro — RJ

Queiram enviar-me o livro "Coronel Delmiro Gouveia", ao preço de Cr\$ 140,00.

Nome: _____

Endereço: _____

Profissão: _____ Idade: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Assinatura: _____

As greves, em curta metragem

Filmes sobre as greves operárias abrem um mercado paralelo

O resurgimento das greves operárias no Brasil a partir de 1978, já está registrado em três curta metragens e mais três longas, os primeiros exibidos em cineclubes, sindicatos e associações de bairros paulistas desde março passado e os últimos, com lançamentos comercial previsto para o segundo semestre de 1979.

O encontro das greves com o cinema deu extraordinário alento ao curta metragem, que tentava renascer mas tropeçava em velhos obstáculos como a falta de recursos financeiros, a ausência de espaço no mercado cinematográfico tradicional e o próprio distanciamento com a realidade do país. Nem todos os obstáculos foram removidos mas, para início de conversa, o curta metragem descobriu um excelente tema e criou quase automaticamente um mercado paralelo — os próprios sindicatos e certas entidades civis comprometidos com a retomada dos movimentos sociais.

BRAÇOS CRUZADOS

O primeiro desses filmes sobre as greves paulistas é "Braços Cruzados, Máquinas Paradas", com 75 minutos de

duração, focalizando as paralisações operárias de 1978 e as eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, no ano passado. Dirigido por Sérgio Segall e Roberto Gervitz, do Grupo Tarumã, "Braços Cruzados" teve um custo de 300.000 cruzeiros e vem sendo exibido no informal "circuito da periferia" da Grande São Paulo, para platéias de operários, donas-de-casa e líderes comunitários. O aluguel de cópia custa entre 500 e 1.500 cruzeiros, dependendo do poder aquisitivo da entidade interessada. Geralmente, as projeções são seguidas de debates com a participação dos diretores. Segall e Gervitz, com 23 e 21 anos, respectivamente, fazem cinema há quatro anos. Antigos alunos da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, seu primeiro filme foi "Parada geral", um curta sobre a greve dos estudantes da sua escola, em 1975. Nas eleições municipais de 1976, eles fizeram "A História dos Ganha-Pouco", sobre os eleitores dos bairros operários de São Paulo.

GREVE DE MARÇO

O segundo filme da nova onda é "Greve de Março", sobre a paralisação dos metalúrgicos do ABC paulista, em março último. Com 35 minutos de duração e custo de 150.000 cruzeiros, está no "circuito sindical" desde abril. O realizador é Renato Tapajós, 35 anos, que possui respeitável experiência em curtas de cunho social. Seu primeiro trabalho, em 1965, foi "Vila da Barca", sobre uma



favela de Manaus, sua terra natal. Em 66, ele fez dois curtas, um sobre a crise da universidade brasileira e outro sobre o funil do vestibular. Afastado do cinema (esteve preso, por questões políticas), retomou o trabalho em 1976, quando realizou "Fim da Semana", um curta sobre mutirões em bairros de São Paulo. Em 77, fez "Acidente de Trabalho", a pedido do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Antes de filmar as greves, fez em 78 outro curta sobre problemas de saúde nos bairros da Zona Leste de São Paulo.

Dentro de três meses, Tapajós pretende concluir um longa metragem, orçado em 800.000 cruzeiros, ainda sobre greves. Com título provisório de "A Espera", seu novo filme vai tentar a carreira comercial tradicional, sem contudo abandonar o "circuito da periferia".

João Batista de Andrade, 37 anos, outro experiente cineasta de temas sociais, também fez um curta de 37 minutos sobre a greve de março no ABC paulista. "Greve", nome do filme, custou 200.000 cruzeiros e já arrecadou pouco mais de 50.000 com projeções em sindicatos e associações de bairros de São Paulo. Andrade mexe com cinema desde 1962, quando estudou na USP. Seu primeiro curta foi "Liberdade de Imprensa", de 1966. Depois, fez "Gamal", longa, 1969; "Paulicéia Fantástica", docu-

mentário de longa metragem sobre a capital paulista, 1970. Entre 72 e 74 produziu documentários para a TV Cultura, de São Paulo. Posteriormente, trabalhou na TV Globo, onde fez o elogiado "Caso Norte" e o censurado "Wilsinho Galiléia", história de um bandido que nunca foi ao ar. Em 1977, finalmente, João Batista de Andrade filmou "Doramundo", longa metragem baseado em romance de Geraldo Ferraz e que ainda está sendo exibido em cinemas do Brasil.

Imediatamente depois de "Greve", ele aproveitou as comemorações do último 1º de maio para fazer "Trabalhadores, Presente", curta de 34 minutos que agora em junho penetra no "circuito sindical". Além de cenas do 1º de maio, o filme de Andrade mostra a greve dos motoristas e cobradores de ônibus de São Paulo que ocorreu naqueles dias.

ABC DA GREVE

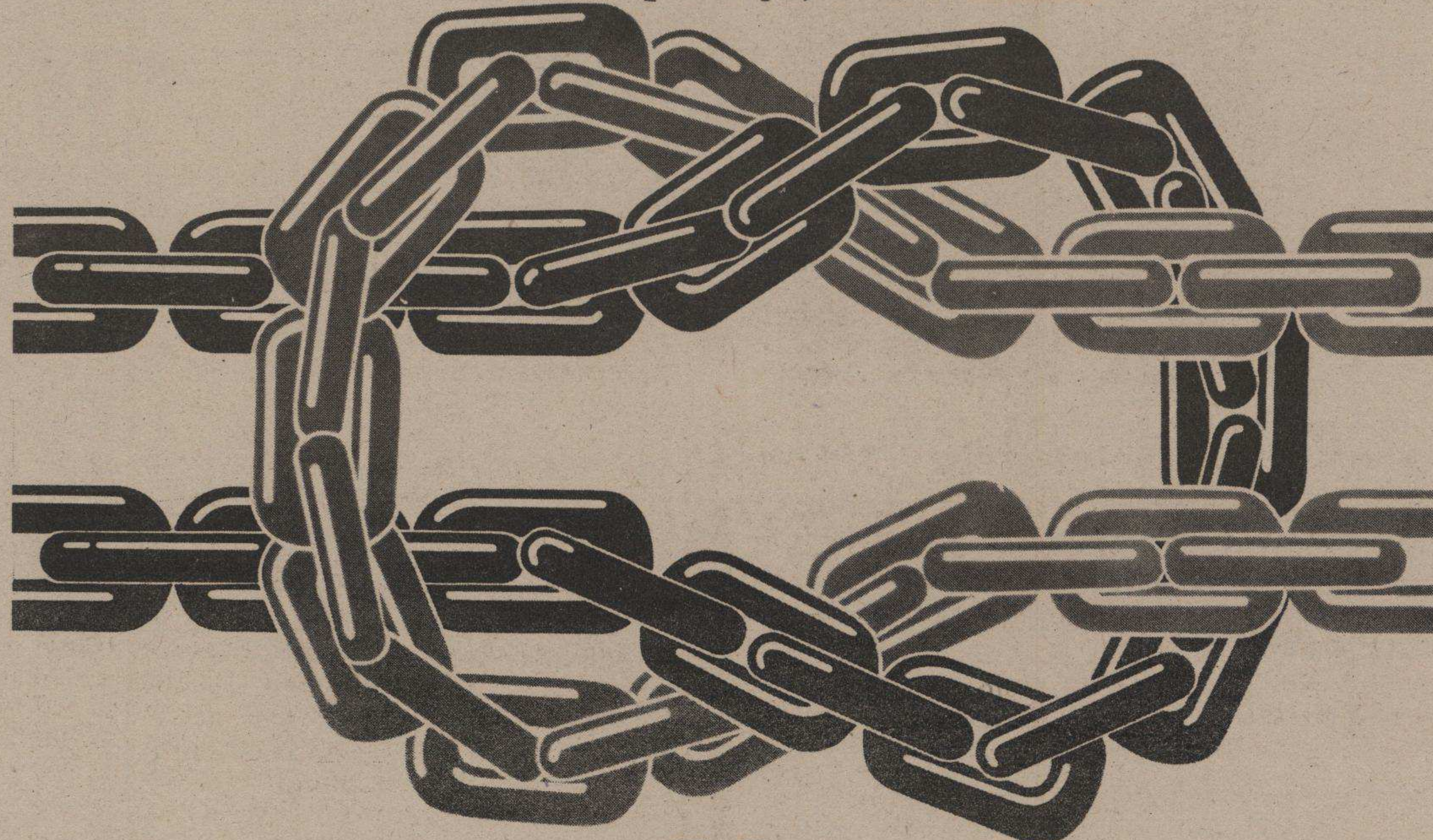
O mais ambicioso dos filmes sobre o recente surto grevista está sendo concluído agora por Leon Hirzman, diretor de "São Bernardo" (baseado em Graciliano Ramos) e de "A Falecida" (baseado em Nelson Rodrigues). Trata-se do documentário "ABC da Greve", que inclui cenas de assembleias sindicais, piquetes, choques com a polícia, depoimentos de operários e líderes sindicais, além de ingredientes de ficção extraídos de "Eles Não usam Black-Tie", peça sobre greve lançada em 58 pelo teatrólogo Gianfrancesco Guarnieri, colaborador no roteiro de Hirzman. Com um orçamento de 3 milhões de cruzeiros, a equipe do "ABC da Greve", chegou a alugar um helicóptero — a 16.000 cruzeiros por hora — para colher cenas das assembleias-monstros dos metalúrgicos do ABC que, em março, se reuniam no estádio municipal de São Bernardo do Campo. No segundo semestre, o filme de Hirzman deve entrar nos circuitos sindical, periférico e comercial — neste caso em todo o Brasil.

Orlando Pessoa

Cooperativismo é

soma de esforços e auxílio mútuo;
identidade de propósitos e interesses;
organização como forma de cooperação;
igualdade de direitos;
garantia de sobrevivência;
resultado útil e comum a todos;
restabelecimento do equilíbrio social;
a melhor forma de democracia econômica.

Cooperativismo é, principalmente,
o futuro com esperança, a vida melhor.



COTRIJUI

cooperativa regional tritícola serrana Ltda.

Façam suas apostas senhores! Chegou o ZEBRÃO AGRÍCOLA!

Os 120 milhões de apostadores, ou melhor, consumidores brasileiros têm agora, desde o pacote agrícola de 23 de maio, a oportunidade de fazer mais uma modalidade de aposta. Trata-se do Jogo da Panela do Povo, também conhecido como Loteria do Modelo Econômico Brasileiro ou, finalmente, Zebraão Agrícola.

O Zebraão é mais uma criação do governo Figueiredo, com o patrocínio da Carteira de Crédito Rural do Banco do Brasil, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, do Banco Nacional de Crédito Cooperativo e de outras fontes de financiamentos, inclusive o Banco Mundial, com sede nos Estados Unidos.

Apresentamos abaixo o volante do primeiro jogo, cujos resultados iniciais deverão aparecer em meados

do próximo ano, quando já estiver colhida a primeira grande safra dentro do atual Governo.

Para que os consumidores, ou melhor, apostadores brasileiros possam fazer suas apostas, é importante dar uma lida na análise das possibilidades de cada coluna nos 13 jogos preliminares da política econômica do governo Figueiredo. Os prognósticos baseiam-se nas informações fornecidas pelo Governo em seus dois primeiros meses e meio de atividade.

O prêmio aos acertadores é uma panela cheia de promessas.



1

Em confrontos anteriores, o time da Inflação deu goleadas no Abastecimento. Não houve contratações na equipe do Abastecimento, que continua usando táticas ultrapassadas. A turma do controle inflacionário foi reforçada. O melhor palpite é empate, pelo menos no primeiro turno. Cuidado com o chuchu, a cebola, e o tomate, que jogam no time do Abastecimento mas costumam entregar o jogo para a Inflação.

2

Os Técnicos Agrícolas, em maior número, ganham 10 vezes menos que os Tecnoctatas de Gabinete. A desigualdade econômica, no entanto, é compensada pela garra dos Técnicos Agrícolas, que conhecem profundamente o terreno em que jogam. Mais um jogo para empate, pois os Tecnoctatas estão desgastados e os Técnicos estão partindo embalados para o confronto, mesmo possuindo pouco apoio dos cartolas, que preferem prestigiar os Tecnoctatas.

3

No jogo 3, a coluna 1, defendida pelos Atravessadores, é a favorita, pelo seu desempenho nos últimos anos e uma longa tradição de vitórias contra a População Consumidora, time de massa, mas sem torcida organizada. É possível que a equipe dos Atravessadores sofra cartões vermelhos e amarelos, o que viria a desequilibrar sua atuação. No entanto, o time da População Consumidora está bastante desmoralizado. Sua vitória neste jogo seria uma autêntica zebra.

4

O Minifúndio é responsável pela maior parte da produção nacional de feijão, arroz, mandioca, milho e batata. Já o time das Empresas Rurais, beneficiado por incentivos fiscais, tem conquistado algumas boas vitórias no exterior, com suas vendas de soja, cacau, café e suco de laranja. Tudo indica que a política do Governo vai reforçar as Empresas Rurais, prejudicando ainda mais o Minifúndio, time de massa que, como tal, não tem muita chance de vitória. Coluna 2 tem maior capital de giro, portanto é favorita.

5

No Jogo 5, o consumidor pode botar uma cruzinha na coluna 1, pois o time dos Bancos & Financeiras não costuma perder jogos. Aliás, está invicto há vários anos. Já os Pequenos Produtores, mesmo com a promessa de receberem maiores porções de crédito, vão acabar perdendo o jogo, pois têm ataque fraco, meio de campo confuso e defesa desorganizada. O time dos Bancos & Financeiras atacam em bloco, na base do *overlapping* e do *overnight*. E, qualquer problema, eles compram o juiz e os bandeirinhas.

6

No jogo 6, um dos clássicos do teste. O próprio Governo afirma que pretende promover a Distribuição da Renda, através de sua política agrícola. O time da Concentração da Terra cresceu espetacularmente nos últimos anos. Neste jogo contra a Distribuição da Renda, a Concentração da Terra vai ser reforçada por atletas do tradicional Especulação Imobiliária, time que vive fazendo excursões pelo país afora e, ultimamente, fez brilhante campanha no campeonato aberto do mercado financeiro, conhecido como *Open Market*.

7

O time do ITR está sendo formado às pressas e pretende entrar em campo com camisetas iguais às da Reforma Agrária, time de grande torcida que, mesmo expulso da Federação, anda sempre bem preparado, pois treina nos solos improdutivos dos latifúndios, onde a profundidade e a largura dos campos contribuem para aumentar seu condicionamento físico e psicológico. Apesar do preparo, não será desta vez que a Reforma Agrária vai ganhar o jogo, pois atua no campo do adversário e com regras desfavoráveis.

8

Outro clássico do teste. A Ênfase Agrícola é uma equipe nova que vem aí com muita força, muito dinheiro, muito apoio dos cartolas. Tem sido bem recebido pela crônica especializada. No entanto, a Ênfase vai ter que rebolar para, pelo menos, empatar com o Modelo Econômico Brasileiro, um time muito bem estruturado, que conta com o apoio da elite empresarial do país, especialmente o setor industrial, que lhe deu grande solidez defensiva e forte poderio ofensivo. Aqui o jeito é marcar um triplô. Se quiser economizar, coluna do meio.

9

O retrospecto indica franco favoritismo para os Corredores de Exportação, time da capital com grande experiência internacional. As Estradas Vicinais são uma equipe do interior que possui poucos recursos e jamais teve os incentivos governamentais que beneficia os Corredores de Exportação. Para equilibrar o jogo e conseguir um empate, o time das Estradas Vicinais terá que fazer grandes investimentos. Marcar coluna do meio e rezar para que não falte dinheiro.

10

A presença das Multinacionais do *Agrobusiness* ainda carece de informações precisas, mas tudo indica que elas não vão perder esta oportunidade de exibir-se aos olhos da torcida brasileira. O Mercado Interno é um time deficitário, pois nos últimos anos os cartolas preferiram reforçar a equipe do Mercado Externo. Agora, o Mercado Interno pode recuperar-se, desde que o Governo cumpra as promessas de dinamizá-lo. Neste jogo, que se destina a agradar a torcida, o resultado mais provável é um empate, com lucros razoáveis para as duas equipes.

11

Jogo difícil, realmente difícil. Quem apostar na coluna 1 (Exportações Agrícolas), deve pedir ajuda de São Pedro para que não caia geadas nos cafezais, nem granizo nos laranjais, nem haja seca nos sojais. Mesmo com tempo bom, o time das Exportações não deve jogar aberto, pois o Déficit no Balanço de Pagamentos não perde há vários anos e está sendo financiado pelos árabes que nos vendem petróleo. Coluna 2 é a favorita.

12

Fronteiras Agrícolas é um time veloz que sabe ocupar espaços vazios, mas chuta muito e marca pouco, isto é, planta bastante mas colhe pouco e ainda entrega a maior parte da renda ao time dos Atravessadores (vide jogo 3). O Inchaço Urbano é um time cansado mas ainda vai dar o que falar, pois continua em ascensão, embora tenha uma folha de pagamento das mais altas do país. Jogo difícil porque os dois times apresentam táticas absolutamente diferentes.

13

No jogo 13, o time da coluna 1 ataca muito e tem grande sede de vitória, enquanto o time da coluna 2, mais calculista, atua na defensiva, apoiado em grandes conhecimentos teóricos. O fato é que o time de Delfim é mais político, podendo ganhar o apoio decisivo da torcida. Todavia, a equipe de Simonsen tem experiência e forte apoio dos bastidores da Federação. Jogo duro em que um dos lados pode sair do campeonato.

Noé Mesquita

1	Inflação	Abastecimento
2	Técnicos Agrícolas	Tecnoctatas de Gabinete
3	Atravessadores	População Consumidora
4	Minifúndio	"Empresas Rurais"
5	Bancos & Financeiras	Pequenos Produtores
6	Distribuição da Renda	Concentração da Terra
7	Reforma Agrária	Imposto Territorial Rural
8	"Ênfase Agrícola"	Modelo Econômico Brasileiro
9	Corredores de Exportação	Estradas Vicinais
10	Multis do Agrobusiness	Mercado Interno
11	Exportação Agrícolas	Déficit no Balanço de Pagtos
12	Fronteiras Agrícolas	Inchaço Urbano
13	Delfim Netto	Simonsen

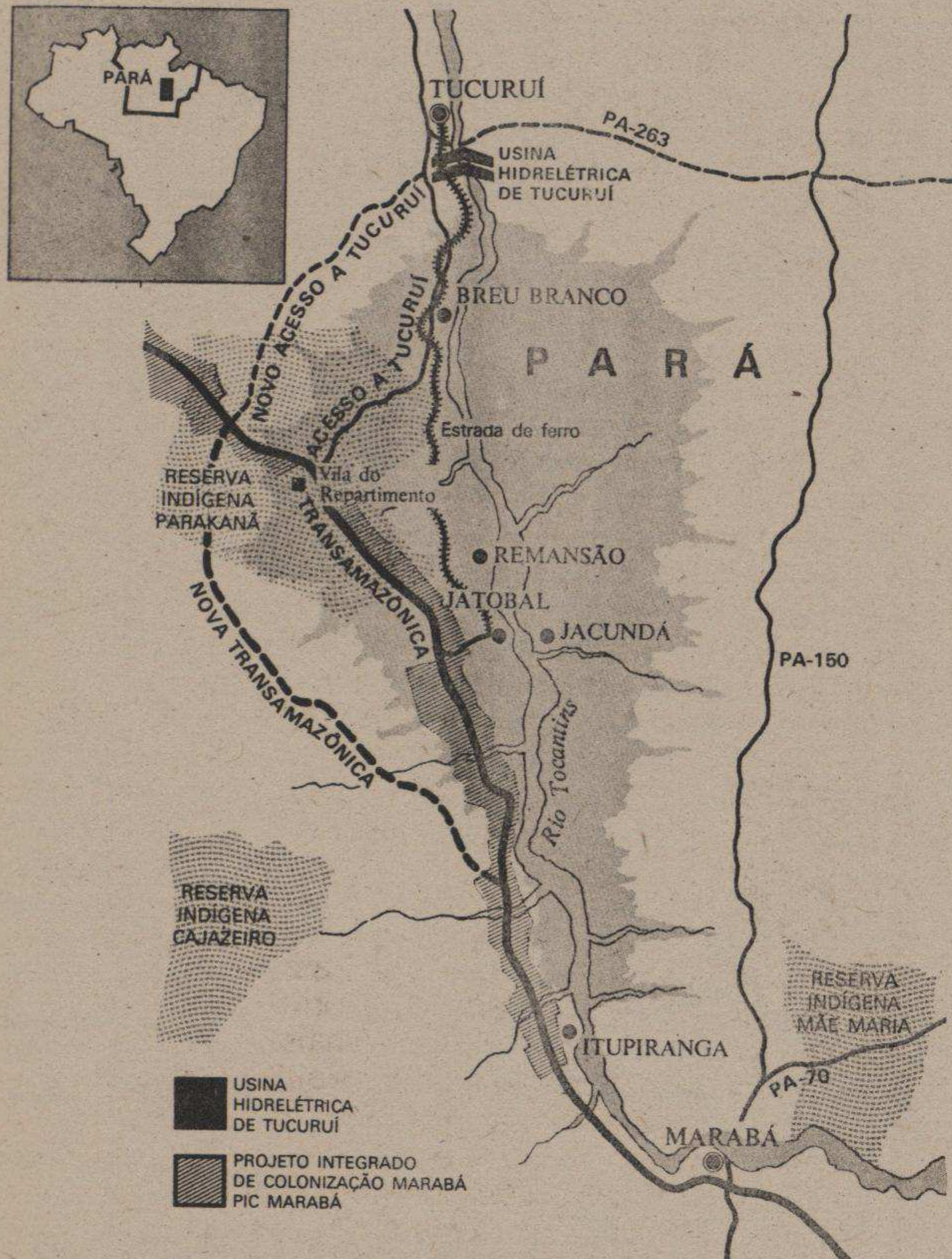


A vida, a miséria e a morte, em torno da gigantesca usina que se ergue no meio da Floresta

CONSTRUINDO A EX-AMAZÔNIA

Por Walter Moraes

Vem gente do Maranhão
E também do Ceará
Vem gente do Piauí
E também do Paraná
Com destino a Tucu-
ruí
No estado do Pará



A barragem de Tucuruí, no Pará:
85 metros de altura,
3.550 metros de comprimento, para
tirar 8 milhões de kw do Tocantins

A 300 quilômetros de Belém do Pará, o Tocantins se alarga numa grande curva. No remanso das águas, na margem esquerda do rio, está o cais do porto de Tucuruí, uma pequena cidade que por quase um século dormiu esquecida à beira do Tocantins e, de uns quatro anos para cá, foi acordada pelo barulho de aviões, barcos, peões, técnicos e máquinas enviados para a construção da primeira grande hidrelétrica da Amazônia.

O movimento de estranhos em Tucuruí começou em 1974, quando apareceram alguns topógrafos, engenheiros e geólogos encarregados de escolher o ponto exato da barragem — a primeira grande barragem de um dos maiores rios amazônicos. As medições topográficas e as análises geológicas levaram à conclusão de que o ponto ideal da usina era o início da curva. Em consequência, a barragem haveria de passar exatamente em cima da cidadezinha, que desapareceria completamente, sem deixar o menor sinal de vida.

Em respeito à história e às tradições de Tucuruí, outrora conhecida como São Pedro de Alcobaca, povoado surgido no século passado, o local da usina foi mudado para 13 quilômetros rio acima, onde desde 1975 há um grande movimento de máquinas e de gente.

Dizem que é a maior concentração de máquinas jamais feita na história do Brasil em função de uma só obra. No total, somando pesadas e leves, são 700 máquinas, quantidade não igualada pela Transamazônica, a ponte Rio-Niterói ou a usina de Ilha Solteira. Atualmente, 10 mil trabalhadores tocam a obra da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Dentro de um ano, os trabalhos atingirão seu pico, empregando 18 mil pessoas. Mais gente do que em Tucuruí, hoje, só mesmo na construção da Usina de Itaipu, sobre o Rio Paraná, na fronteira Brasil-Paraguai.

Pelo cronograma inicial, que está atrasado, a primeira turbina de Tucuruí deverá girar no primeiro semestre de 1983. Quatro anos depois, se tudo correr conforme o previsto, as 12 turbinas de Tucuruí estarão gerando 3 milhões e 960 mil quilowatts de eletricidade. Será apenas a primeira fase da usina, projetada para

produzir ao todo 8 milhões de kw, ou seja, dois terços da potência de Itaipu.

Embora seja a primeira grande usina a aproveitar o potencial hidrelétrico da Amazônia, Tucuruí esta sendo feita em silêncio. Fora Itaipu, um empreendimento binacional, a usina de Tucuruí será a maior do país e uma das maiores do mundo. Por que ninguém fala desta obra que já vem sendo construída há quatro anos?

Para uma cidade perdida no meio da floresta, até que Tucuruí é muito bem-servida pelas chamadas vias de transporte. Lá se pode chegar por terra, por ar ou por água.

O caminho mais antigo é o fluvial, através do Tocantins. Os barcos carregados de encomendas e gente saem de Belém e, contando com maré favorável, chegando a Tucuruí depois de 18 horas de viagem. Isso em tempo de seca. Na cheia, a viagem demora até 36 horas.

A segunda alternativa, bastante recente, é a estrada de 250 quilômetros desde Marabá, a maior cidade existente à margem da Transamazônica, que passa bem ao Sul de Tucuruí. Sem chuva, o percurso pode ser vencido em quatro ou cinco horas. Com chuva, é melhor não arriscar a viagem.

Finalmente, o terceiro caminho é pelo ar, através dos aviões Bandeirantes da Voitec, empresa que faz cinco vôos diários de ida e volta, ligando Tucuruí a Belém, no tempo de 55 minutos. (Existe ainda uma ferrovia, que não é meio de transporte, mas foi meio de vida e é uma história à parte, como veremos adiante).

Antes de chegar a Tucuruí, seja qual for o caminho, o viajante cansa de ver mata. A Amazônia é fascinante, mas também é monótona. É verdade que a chamada civilização está se acercando de Tucuruí. Tanto que há diversas clareiras na floresta. Aqui e ali aparecem casas. Uma ou outra cabeça de zebu procura pasto entre troncos queimados. Tudo isso é o resultado dos incentivos fiscais e dos incêndios florestais, que criam uma nova paisagem amazônica. Uma paisagem; na realidade, ex-amazônica.

(continua)

E aqui, no começo da ex-Amazônia, está Tucuruí, uma ex-pequena cidade amazônica destruída pelos construtores da maior usina do Brasil.

Depois da demarcação do local exato da barragem, que terá 85 metros de altura e 3.550 metros de largura, a primeira etapa da obra foi a construção da ensecadeira, que consiste em secar um pedaço do leito do rio, para permitir o lançamento do concreto. Com a ensecadeira, o curso d'água é desviado ou, pelo menos, reduzido. No caso do Tocantins, que alcança dois quilômetros de largura em Tucuruí, a ensecadeira reduziu o curso d'água para uns 400 metros de largura.

Deu o maior bode na ensecadeira. Acidente nunca ocorrido anteriormente em construção de barragens no Brasil ou no mundo: a água passou por cima da barragem, invadiu a parte seca e acabou levando tudo que havia sido construído em quase dois anos de serviço. Mas não morreu ninguém. Os prejuízos foram apenas materiais e morais.

Foi no primeiro semestre de 1978, quando o largo e caudaloso Tocantins, represado, encheu mais do que o previsto. Segundo os levantamentos dos últimos 30 anos, a vazão máxima do rio, em tempo de cheia, já chegou certa vez a 48 mil metros cúbicos por segundo. Mas na cheia de 78 o Tocantins chegou a mandar 51 mil metros cúbicos de água por segundo. Quando viu que o rio estava saindo fora dos limites, a construtora iniciou um levantamento de emergência das paredes da ensecadeira. Foi uma correria dos diabos. A água subia um metro, a construtora botava mais um metro de barragem. Depois de alguns dias, o rio ganhou a briga.

Quando o rio baixou, foi reiniciada a construção da ensecadeira. Só que, também pela primeira vez, os engenheiros resolveram, mudar o lugar da ensecadeira. Hoje, uma das grandes lutas de Tucuruí é para vencer o atraso na obra, que tem sofrido muitos percalços.

Os engenheiros da Eletronorte (proprietária e contratante) e da Camargo Correa (construtora contratada) evitam falar das dificuldades que, no final das contas, são espalhadas pelos peões e por outras pessoas.

Além do extraordinário acidente da inundação da ensecadeira, uma das maiores dificuldades no primeiro semestre de 1979 foi com a geologia do leito do Tocantins. Em busca de rocha firme para fincar as fundações de concreto, as britadeiras trabalharam muito mais do que o previsto na remoção de rochas frágeis. Em consequência desse imprevisto, em março passado a concretagem estava sendo feita a oito metros abaixo da cota zero. Ou seja, em vez de subir, a barragem estava descendo, numa inversão completa da construção.

Os caboclos de beira-rio, que conhecem as manhas do Tocantins, não escondem um certo prazer ao saber que os engenheiros estão levando um baile do rio.

Sabia, não? — diz um motorista de Tucuruí, rindo. — Em fevereiro, o Tocantins estava furioso e engoliu uma draga da construtora. Levou embora de madrugada. Trouxeram uns homens-rãs do Rio, mas diz que eles não viram nada lá embaixo d'água. Falam que vão recuperar a draga quando o rio baixar, mas duvido, porque esse rio é muito violento.

Outro tucuriense, acostumado a pescar nos pequenos afluentes do Tocantins, diz que o rio começou a ficar violento depois que os engenheiros cismaram de atacá-lo. Ele acha arriscado demais atacar um rio tão grande como o Tocantins. Sem muita clareza, acredita que a inundação da ensecadeira, por exemplo, é uma reação natural do rio contra os que tentaram mudar seu curso. Lembra o caso de Paragominas, cidade fundada às margens da Belém-Brasília, há mais de vinte anos.

— O povo botou abaixo todo o mató que tinha ao redor de Paragominas e plantou pasto. Pois hoje a região de Paragominas não tem árvore e o pasto não vinga. Parece que tá virando deserto, tem um poeirão amarelado que chega a dar dó. Então o senhor não acha que isso é castigo pro povo que não respeitou a natureza?

Semelhante desconfiança aparece nas observações de outro tucuriense, que não acredita muito nos cálculos sobre o tamanho do futuro lago da usina:

— Enchente grande, aqui, acontecia uma vez cada dez anos. Agora, com o rio represado ali na ensecadeira, já tivemos dois anos seguidos de água grande. Isso nunca houve. A água vem descendo e encontra aquela garganta... enche como nunca se viu.

Ele faz uma pausa, pensa um pouco e comenta:

— Os homens dizem que a água do lago vai tapar Itupiranga e outras cidades, mas que não chega a Marabá. Ora, eu quero ver como vai ser isso. Pra mim, que tenho 40 anos de navegação por esse rio, se o lago tapar Itupiranga, também vai tapar Marabá. Ah, isso sem dúvida. A nova Marabá pode ficar livre, mas a velha inunda, ah, inunda!...

Tinha três bares, hoje tem 300 boates

Para entrar na cidade só existe uma rua. É a Avenida Lauro Sodré, que recolhe todo o trânsito das redondezas e desce rumo ao cais. Era de terra, foi calçada e asfaltada, mas vive esburacada, cheia de poeira ou de lama. Por ela passam jipes, caminhões, tratores, táxis novos, peões de barba crescida, mulheres de pele morena, crianças barrigudas, cães, camelôs, porcos, feirantes, lavadeiras, soldados, empresários, ladrões, fazendeiros, grileiros, posseiros e toda espécie de aventureiros atraídos pela obra da usina.

No censo de 1970 a população de Tucuruí era de 10.000 habitantes, a maioria espalhada pelo interior, em pequenos povoados de beira de rio. Na cidade mesmo de Tucuruí, havia 2.400 habitantes.

Hoje, chegou e chega tanta gente a Tucuruí que ninguém mais sabe sua população. Calcula-se por alto que a população urbana atinge atualmente entre 60.000 e 80.000 pessoas, divididas igualmente entre a velha sede municipal e a nova vila formada pelos trabalhadores da usina, a 13 quilômetros.

A impressão de que Tucuruí foi destruída pela obra da usina é manifestada pelos antigos habitantes da cidade. Orlando Silva, dono da única gráfica e do único jornal local:

— Há alguns anos, a cidade tinha apenas três bares. Hoje, tem 300 boates, algumas com oitenta quartos nos fundos.

Comentário de Rui Aragão, um cinquentão aposentado que vive da compra e venda de terrenos:

— Tucuruí, antes da obra, era uma família. O dinheiro chegava uma vez por mês, com os pagamentos dos aposentados, o comércio recebia suas contas e era uma festa.

O promotor José Rodrigues Costa, que chegou há quatro anos a Tucuruí, declara-se impressionado com o volume de crimes na cidade:

— Está crescendo assustadoramente o número de crimes contra a pessoa e contra o patrimônio. Eu cheguei aqui quando a obra já estava iniciada, portanto não conheço a Tucuruí calma de antes. Mas os antigos dizem que as famílias dormiam de porta e janela abertas.

O padre Pedro Hermans, holandês de 70 anos, chegou à região há 40 anos, trabalhou com índios, posseiros, pescadores. Está se retirando para outra comunidade mais tranqüila:

— A usina trouxe trabalho, dinheiro e perspectiva de progresso para Tucuruí — diz o padre — mas trouxe também muita miséria. Miséria moral e material.

Um engenheiro formado nos Estados Unidos, e que já trabalhou em diversos lugares do Brasil, acha que os problemas de Tucuruí são um resultado natural da falta de planejamento das obras brasileiras. Com as mãos na cabeça, ele pergunta:

— Que progresso é esse que destrói uma comunidade equilibrada como Tucuruí?

Um professor de Português que saiu de Minas para lecionar aos filhos dos trabalhadores da usina, em troca de um bom salário e da aventura de viver na Amazônia, começa a desconfiar de que está participando de um crime. Acha que podiam perfeitamente evitar a agressão cometida contra Tucuruí:

— Não mudaram o lugar da usina para preservar a cidade? Pois é, mas Tucuruí era pobre e ficou miserável.

Um advogado de Tucuruí, que há anos trabalhou em Paulo Afonso, onde foi construída a primeira grande hidrelétrica do Brasil, na década de 50, diz encontrar no Tocantins a mesma situação criada no São Francisco, vinte anos atrás:

— Lá em Paulo Afonso, o canteiro da usina é todo cercado, iluminado, um céu. A cidade, um nojo, sem esgoto, esburacada, feia, escura, porque não existe uma estação rebaixadora da energia.

Uma cerveja Cr\$ 30. Um frango vivo Cr\$ 60

Todo dia, os ônibus despejam um monte de gente na Avenida Lauro Sodré. A maioria vem para ficar. Hotéis e pensões vivem lotados. Barracos nascem em todos os cantos, como que caídos do céu. Em janeiro passado, quando o Tocantins começou a encher, numa única noite surgiu uma favela na antiga pista do aeroporto primitivo de Tucuruí. O povo construiu uma série de barracos, lado a lado, em cada uma das margens da pista, que se transformou numa ampla avenida.

De cada cinco barracos, um é ponto de comércio. Na frente, o proprietário instala um balcão protegido pela aba de um janelão. Do lado de fora, dependura alguns produtos em ofertas, geralmente frutas. Dentro, numa prateleira improvisada, algumas garrafas de pinga servem para atrair a freguesia. Se tiver um pouquinho de capital, o proprietário instala uma mesa de sinuca — um elemento indispensável em qualquer botequim do Norte/Nordeste.

Feito isso, liga a vitrola bem alto e espera o movimento. Em princípio, não é necessário preocupar-se com registro do comércio na Prefeitura, que só possui um fiscal. Tanto que a grande maioria do comércio de Tucuruí opera sem nota fiscal e uma boa parte sem alvará de funcionamento.

Por causa desse enorme êxodo de nortistas e nordestinos para Tucuruí, a Prefeitura vive sendo procurada por forasteiros, que pedem terreno de graça ou solicitam alojamento provisório em qualquer lugar disponível. Mas a Prefeitura, incapaz de cobrar impostos, também não tem terrenos. As terras próximas da cidade pertencem ou à Sudam, ou ao Incra, ou ao Ministério da Aeronáutica, ou ao Ministério do Transportes, ou à Eletronorte.

Em consequência da falta de lugar, há gente morando dentro da antiga oficina mecânica da estrada de ferro, da antiga serraria e da velha olaria, todas paralisadas.

Quem mais se beneficia da situação é o comércio, que cobra normalmente o dobro dos preços. Uma dúzia

de ovos, 25 cruzeiros. Uma cerveja, 30 cruzeiros. Uma manga, dois cruzeiros. Um galetto vivo, 60 cruzeiros.

A Prefeitura vive pedindo favores à Eletronorte e à Camargo Correa, que oferecem pequenas ajudas mas, no fundo, ignoram os problemas de Tucuruí. Suas verbas são para construção, não para assistência.

— Estamos aqui para fazer a obra! Esta é a frase mais usada pelos engenheiros responsáveis pela construção da usina.

— O máximo para a obra e o mínimo para as outras coisas, assim é Tucuruí — diz um médico da cidade.

Por força das circunstâncias, a Eletronorte e a Camargo Correa têm sido forçadas a aumentar as verbas para os setores de apoio, isto é, aqueles não diretamente ligados à obra, como educação, lazer, habitação e saúde.

No setor médico, por exemplo, a carência do atendimento em Tucuruí (um hospital do Estado, com 22 leitos, e outro particular, com 26 leitos) praticamente transformou o hospital da obra no principal centro de atendimento da região. Com 220 leitos, 39 médicos e capacidade para realizar cirurgias complexas, o hospital da obra tende a receber os casos urgentes e complicados que, normalmente, precisariam ser atendidos em Belém.

No início do ano, as doenças que lideravam o atendimento eram a malária e a verminose, seguidas por diarreias, gripes, ginecopatias e acidentes do trabalho. As doenças venéreas tiveram um pico nos primeiros anos, estabilizando-se posteriormente. Em época de enchente, ocorrem casos fatais de febre tifóide e infecção hepática. Ultimamente, os médicos notaram o aparecimento de casos de anemias, tuberculose e hanseníase — resultado do crescimento das correntes migratórias para Tucuruí.

No setor educacional, há 12 escolas com 4.000 alunos no canteiro da obra. A maioria dos professores foi contratada em São Paulo e Minas com salários de, no mínimo, 17 mil cruzeiros. No ano passado, foi superior a 60% o índice de reprovação nas primeiras séries do 1º grau.

Na área de segurança, foi providenciada recentemente a contratação de dois militares da reserva para investigar e reprimir o consumo de álcool e tóxicos dentro do canteiro da obra. Apesar da vigilância existente, vem crescendo extraordinariamente o consumo de maconha tanto na cidade como na vila da usina. Supõe-se que esse fenômeno é provocado pelo isolamento, a falta de lazer e a excessiva carga de trabalho vigente.

O povo aplaude a passeata de locomotivas

Os velhos de Tucuruí falam com saudade da extinta Estrada de Ferro Tocantins. Ela foi criada por decreto do marechal Deodoro da Fonseca, em 1890. Seu objetivo: transportar castanha e outras mercadorias de povoados localizados a montante de Tucuruí, na época da seca (julho-dezembro), quando o Tocantins fica cheio de corredeiras e impede a navegação.

Com 118 quilômetros, ligando Tucuruí a Jatobal, a estrada de ferro levou mais de 50 anos para ficar completamente pronta. Mas funcionou desde o início do século, enquanto novos trechos eram construídos. Viveu o auge nas décadas de 40 e 50, sem nunca ter dado lucro. Na década de 60, com o surgimento da Belém-Brasília, a estrada de ferro entrou em decadência irremediável. Mas manteve até o final seus 600 funcionários, concentrados em Tucuruí. A cidade vivia da ferrovia.

Segundo Orlando Silva, ex-funcionário da estrada, a maior façanha dos ferroviários foi fazer a viagem Tucuruí-Jatobal em oito horas. Normalmente, a viagem levava um dia inteiro. Às vezes, levava uma semana, pois, as locomotivas encravavam, os dormentes saíam do leito por causa da chuva ou caíam árvores sobre os trilhos.

A ferrovia foi extinta por um decreto do presidente Castelo Branco, em 1966, mas continuou operando precariamente por mais sete anos. A última viagem ocorreu em outubro de 1973. Todas as locomotivas a vapor, enrabichadas uma na outra, puxando dezenas de vagões vazios, foram concentradas a alguns quilômetros de Tucuruí e marcharam para a cidade, numa verdadeira passeata férrea. A população subiu nos vagões, enfeitados com flores, e os trens andaram lentamente até o fim da linha, de onde nunca mais saíram.

Os funcionários da estrada se aposentaram, alguns foram aproveitados pelo DNER, outros pela Eletronorte. A maioria ficou em Tucuruí e, ultimamente, encontrou ocupação nas obras da usina ou em atividades na cidade invadida.

Os trens, trilhos e vagões ficaram enferrujando ao relento. Aos poucos, o material foi roubado ou aproveitado pela Eletronorte ou pelo DNER. Em março passado, os restos da estrada de ferro Tocantins foram leiloados para sucata. As 28 toneladas reunidas pela Prefeitura, incluindo 12 locomotivas a vapor, foram vendidas por Cr\$ 223.950,00 por uma fundação de São Paulo, que vai aproveitar o ferro de boa qualidade para fazer material rodante de vagões.

Nos vagões de tábuas, no fim da linha, mora gente fugida da enchente, desempregada ou sem dinheiro para alugar uma casa em Tucuruí.

Para os lados de Jatobal, ainda restam alguns quilômetros da velha estrada de ferro. Ali, por falta de

outra opção de transporte, o povo ainda transita pelos trilhos em cima de antigos truques mecânicos, movidos no muque. Mas esse derradeiro aproveitamento da estrada vai acabar, pois todo o leito da velha estrada ficará debaixo do lago da usina. A própria população de Jatobal está se retirando, pois a cidadezinha será inundada.

Como Jatobal, cerca de dez povoados próximos serão sepultados pela água do reservatório. Antigos loteamentos do Incra também serão atingidos. Finalmente, irão para o fundo do lago cerca de 150 quilômetros da Transamazônica. Já existe um projeto para reconstruí-la, contornando a parte inundada, num total de 160 quilômetros, ao custo aproximado de Cr\$ 300 milhões, em valores de fins de 1978.

O padre Pedro Hermans, que conhece profundamente a região de Tucuruí, calcula que a população situada na futura área inundável não ultrapasse 10 mil pessoas. Entre elas, cerca de 400 são índios.

— Este é o problema — diz o padre. Quando os índios são tirados do seu *habitat*, a identidade deles é destruída, mesmo se colocados no meio de outros índios.

A movimentação com os índios da região começou em 1970, com a Transamazônica. A tribo mais numerosa é a dos Parakanãs, que foram contactados há pouco tempo.

— Eles ainda não falam a nossa língua — explica o padre — mas são miseráveis, já não conseguem se sustentar, vivem de favores da Funai. Quer dizer, a experiência mostra que os índios não resistem ao contato com os brancos. Não vejo esperança para eles.

Sob o lago, também vai ficar muita madeira. Fala-se em 6 milhões de metros cúbicos de mogno, angico branco, maçaranduba, ipê, frejô, sucupira, angelim, jatobá, marcatiara e outras madeiras de lei. Numa estimativa superficial, a madeira situada dentro dos 2.140 quilômetros quadrados do futuro lago foi avaliada em cerca de 500 milhões de dólares. Segundo um engenheiro da Eletronorte, uma empresa francesa dispôs-se a fornecer todo o cimento necessário à usina, em troca do direito de explorar a madeira. A oferta não foi aceita. Outro engenheiro, também da Eletronorte, duvida que haja tanta madeira na área de Tucuruí.

— Se a madeira fosse tanta como dizem, a exploração já estaria sendo feita ao natural — argumenta ele.

Pelo sim, pelo não, Tucuruí é uma das áreas escolhidas para os famosos *contratos de risco* para exploração de madeira na Amazônia. Para administrar os contratos, aliás, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) vai transformar-se numa empresa.

Parte da madeira de Tucuruí já foi tirada, há muitos anos, por uma empresa tocada por alemães, que se instalaram na região na década de 50. Trabalhando em silêncio, durante anos a fio eles tiraram mogno da floresta. Foram embora em 1961, meios hostilizados porque viviam isolados. Até hoje, há quem diga que a exploração de mogno era apenas um disfarce para sua verdadeira atividade — o garimpo de diamantes, que seriam exportados para a Alemanha dentro de pequenos amostras de mogno.

— Isso é mentira — afirma Rui Aragão, antigo funcionário da Estrada de Ferro Tocantins. Os alemães exploravam de fato o mogno e pagavam impostos corretamente. Quem explorava o diamante era uma firma que está até hoje entre Ipixuna e Itupiranga, no rio Tocantins, ainda na exploração do diamante. Chama-se Icaité Mirim, possui dragas e escafandros. Esse maquinário entrou pro Tocantins por interferência de um sobrinho de José Maria Alkmin quando este era ministro da Fazenda, na década de 50. Eu me lembro porque o equipamento subiu de balsa e de trem desde Belém até lá em cima, perto de Marabá. O sobrinho de Alkmin acompanhou pessoalmente a viagem. Era ele que encobria tudo, pois a Icaité Mirim é uma empresa americana.

Corre ou sem chuva, o tempo é sempre muito úmido. Temperatura média de 27 graus ao

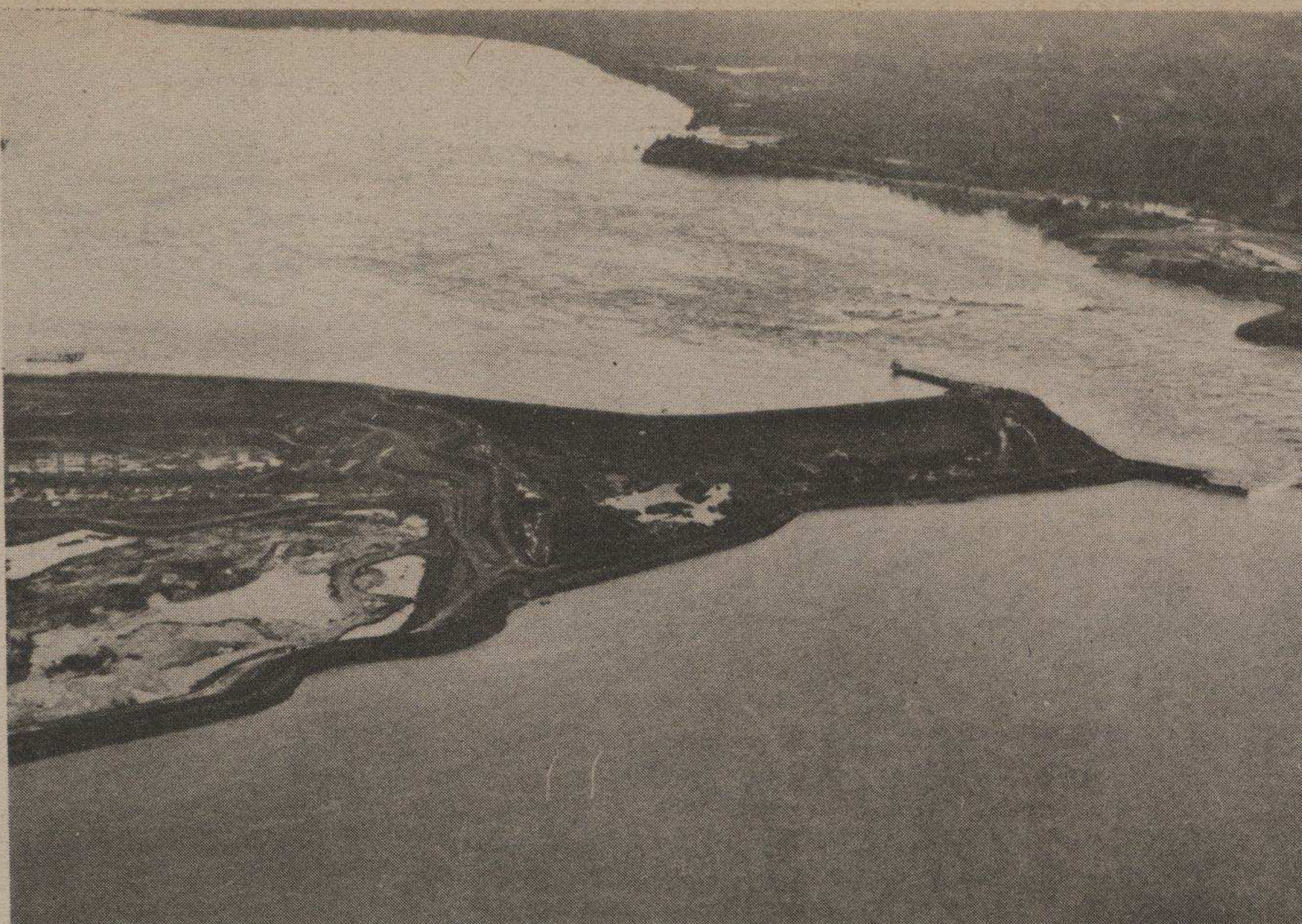
meio do mês é o dia 10, quando sai o pagamento das empresas construtoras e subconstrutoras. Dia de farras, porres, brigas e mortes. Dia feliz dos pões que descem da obra para uma visita ao *Corre Água*, a rua da boemia. Dia da fêria gorda das prostitutas que chegam de Belém, Marabá e outras cidades próximas, para um mutirão de sexo que se estende por quatro ou cinco dias.

Em Tucuruí, há uma população fixa de 1.500 prostitutas. Entre 10 e 15 de cada mês, porém, o número cresce, quase dobra. Os cabarés de Tucuruí, pelo menos os mais organizados, mantêm intercâmbio com casas noturnas de Belém, Marabá e outras cidades, de forma que a oferta se mantenha continuamente renovada.

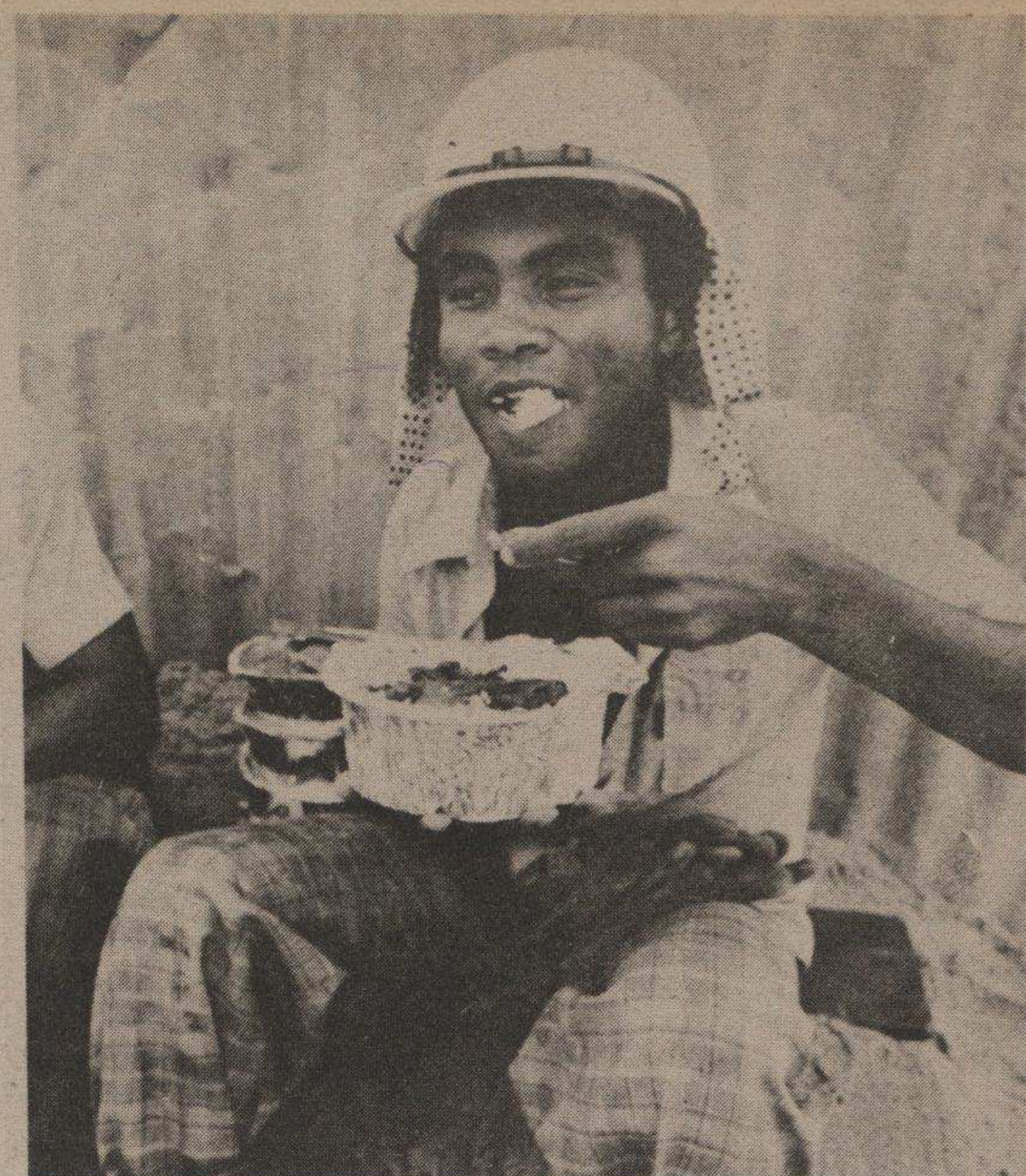
Na cidade, todos falam do grande *movimento* do dia 10. Os bancos ficam mais cheios que o normal — há uma agência do Real, outra do Banco do Estado do Pará e mais outra, recém-construída, do Banco do Brasil. As lojas aumentam as vendas, sobe o consumo de cerveja e cachaça, as ruas ficam mais agitadas, o *Corre Água* vira uma zona. No fim da tarde, quando termina o expediente normal, os peões desembarcam dos ônibus e, ligeirinho, entram nos bares para beber pinga ou cerveja. Antes da meia-noite, *chumbados*, estão no auge da farras, dançando, gritando e arrumando confusão. Dia 10, em Tucuruí, o pau come a noite inteira.

Duas ou três mortes, pelo menos, são registradas na delegacia de polícia. Diariamente os soldados fazem batidas para apreensão de peixeiras — as facas inseparáveis de todo peão do Norte/Nordeste. Toda se-

(continua)



A ensecadeira, "cortando" o Tocantins, reduzindo seu leito para 400m



Um peão comendo em Tucuruí, sem talheres



O comissário Raimundo, com as peixeiras



O presídio, sem cama nem colchão e sempre lotado



A Avenida Lauro Sodré, a principal de Tucuruí: na época das cheias a canoa é o único meio de transporte

Fotos de Sommer, Andrey/Abril Press

mana, a polícia remete para Belém uma centena de armas apreendidas, sendo 98% peixeiras e o resto revólver ou pistola.

Liberadas pelo álcool, as tensões explodem com grande violência no dia 10. O sábado também costuma ser quente em Tucuruí, mas nenhum dia supera o dia 10 em matéria de bebedeira e baderna. Os peões quebram cadeiras, garrafas e cabeças. E os soldados da Polícia Militar quebram cabeças e orgulhos no xadrez da delegacia, que tem lugar para quatro presos mas, nos fins de semana e no dia 10 de cada mês, recebe uma carga de 20 ou 30 pessoas, obrigadas a dormir sobre a laje (não há camas nem colchões) e a comer uma única refeição diária, pois a delegacia não tem recursos para alimentar os presos.

Quem quiser conhecer Tucuruí não deve deixar de visitar a delegacia. É uma casa pequena, construída em 1968, com três salas e quatro celas. O delegado é um tenente do Exército. Abaixo dele, existe o comissário e dois escrivães. Desde outubro de 1978, o policiamento de Tucuruí foi reforçado por um pelotão da PM com 36 soldados. No canteiro da obra, a segurança é particular da construtora, com 150 guardas.

O comissário é o piauiense Raimundo Nonato Ivo, de 65 anos de idade, aposentado que assumiu o cargo policial de três anos para cá. Crisalho, olhar cansado, ele fala pausadamente, com um jeito humilde:

— Meu filho, aqui a gente trabalha sem as condições mínimas. Tucuruí está cheia de malandros. O comércio está à mercê dos descuidistas e os crimes de morte são dois ou três por semana. Quanto aos casos de costumes, não queremos nem olhar.

Na sala de entrada, sempre cheia de gente, há uma mesinha ocupada por um soldado. Em cima da mesa, o livro de ocorrências onde vai o registro de tudo que se passa na cidade em matéria de contravenção ou crime. Ali se anota o nome de todos os presos de Justiça (isto é, que guardam providências da Justiça) ou de correção (em geral, bêbados, brigões e os chamados perturbadores da ordem pública). Estes últimos permanecem no xadrez durante horas e depois são soltos. Os presos de Justiça ficam mofando por semanas ou meses, pois a Justiça de Tucuruí é muito mais lerda do que costuma ser no resto do Brasil. Além disso, são muito maltratados:

— Nós não temos dinheiro para alimentar os presos — informa o comissário Ivo. Por isso, eles comem uma vez por dia. Agora, a Camargo Correa se comprometeu a alimentar os presos, já que 90% dos casos da delegacia são criados pelos peões lá da obra.

Todos os dias, aparece na delegacia o vereador Pedro Sá e Souza, arenista, paraibano, magro, bigodinho bem cuidado. Todo falante, faz média com os presos, chama-os pelo nome, pergunta como vai a coisa, oferece cigarros, promete interferir pela liberdade deste ou daquele. Além de vereador, é comerciante e fazendeiro, está ficando rico, pois pegou um contrato para fornecer leite à Camargo Correa, que compra mais de dois mil litros por dia. Fala mácio, baixinho:

— Antes da obra, Tucuruí tinha uma vida de rosa. O povo vivia da castanha, da antiga estrada de ferro, do porto, havia uma olaria, uma serraria. Caça e pesca abundante. Agora, acabou a rosa, só tem espinho.

Segundo o comissário Ivo, o Estado do Pará é rico em recursos naturais e miserável em recursos financeiros. Diz que ouve falar de planos, que a Sudam vai tomar conta das principais obras da região, o Inbra vai fazer e acontecer, o Governo Estadual promete mundos e fundos, mas por enquanto nada. Aponta para o canto de sua sala, há um monte de facas.

— Tá vendo isso? Foi a colheita da noite passada.

O comissário põe as facas em cima da mesa, pega uma: — Tá vendo essa? Tá ensanguentada, eu nem tinha notado. Aqui em Tucuruí, a gente recolhe mais de cem peixeiras por semana. Mas não adianta, o povo não sabe andar sem faca na cintura e não passa sem pinga. Então o senhor já viu, né? Mistura pinga com peixeira, a cadeia vive lotada.

— Sabe o que é uma cafua? Pois é, pra mim a cadeia de Tucuruí é uma cafua. Um chiqueiro. Um depósito de presos. Uma coisa horrível!

Quem está falando agora é o promotor de Justiça de Tucuruí, José Rodrigues Costa, 39 anos, sergipano. Meio gorducho, ficando careca. Já trabalhou em várias cidades do Nordeste, foi professor dentro de penitenciária, advogado criminalista, chegou a Tucuruí em 1975 e ganha 3.300 cruzeiros mensais como promotor da cidade. Está louco para deixar o cargo, mas vai ficando, por falta de substituto e porque, no fundo, gosta de ser procurado por meio mundo para resolver qualquer problema, desde briga de mulher com marido até questão de empregado e patrão.

— Como advogado, eu reclamava tanto da precariedade da Justiça de Tucuruí que me botaram no cargo de promotor pra ver se eu ajudava. Mas não tem jeito. Já vi promotor trabalhar sem oficial de Justiça? Pois eu trabalhei três meses completamente sozinho.

O promotor é meio gago, fala aos arrancos, mas não tem papa na língua. Diz que a Justiça no Estado do Pará, além de naturalmente precária, não funciona direito porque a maioria dos cargos é ocupada por mulheres, devido às influências familiares e políticas.

80% dos cargos no Judiciário do Pará são ocupados por mulheres. Inclusive agora o presidente do Tribunal de Justiça do Estado é uma mulher. Aliás, em Tucuruí, o atual juiz é mulher, que acumula também o cargo de pretora em Jacundá, aqui perto. Por falar nisso, meu antecessor na promotoria de Tucuruí era uma mulher.

— O senhor quer dizer que na mão das mulheres a Justiça não funciona?

— Não é só não funcionar. Imagine a precariedade

de um lugar violento como Tucuruí nas mãos de uma mulher. Sabe quando foi o último júri de Tucuruí? Em 1958. Hoje, a cadeia está cheia de presos esperando julgamento, mas Tucuruí não tem nem lista de jurados, o que significa que não haverá júri tão cedo, pois sem lista de jurados não pode haver julgamento. Aliás, as cadeias do Pará estão cheias de presos que ficam anos sem julgamento. Em Tucuruí, não há alojamento para preso do sexo feminino, então fica aquela promiscuidade.

— E a polícia de Tucuruí também é lerda?

— Aqui, o bandido corre dois quilômetros e fica livre, pois o jipe da polícia nunca tem gasolina. Incrível, está sempre sem gasolina.

— Não há problema de arbitrariedade policial?

— A polícia dá muito trabalho, faz desmando, perturba muito em Tucuruí. Outro dia, chegou aqui um cidadão com o rosto deformado de pancada que recebeu de quatro policiais. Levei o coitado pro quartel, os soldados formaram o pelotão e os responsáveis foram identificados. Estão presos, sendo processados. Aliás, faz seis meses que o pelotão da PM chegou a Tucuruí e eu já denunciei dez dos 36 soldados por crimes diversos, com lesão corporal, extorsão, furto e homicídios.

— A Justiça em Tucuruí vai funcionando normalmente?

Quem está falando, agora, é o suplente de juiz, Manuel Augusto Pereira, o Bió, caboclo tranqüilão, de olhos mortíços, com 60 anos de idade nas costas. Fez o curso primário, foi alfaiate, funcionário da estrada de ferro, adjunto de promotor, comissário de polícia, delegado, fiscal, municipal, coletor, suplente de pretor, vereador, candidato a prefeito e proprietário de um bar. Há três anos aceitou o cargo de suplente de juiz, pensando que fosse moleza. No entanto, a juíza vive viajando e todas as filas do Fórum acabam em sua mesa. Bió, deu azar e sabe que o trabalho vai ser cada vez maior, infelizmente ainda não pode se aposentar.

— E a cidade ainda não chegou no ritmo máximo, né? exclama ele, soltando um profundo suspiro.

Os problemas mais frequentes na Justiça de Tucuruí, atualmente, são os seguintes.

CRISE DE FAMÍLIA — Separações, desquites, e ações de alimentos. Ocorre que os peões chegam sozinhos à cidade, buscando trabalho na obra, e acabam arranjando mulher nova. Um dia, aparece a mulher legítima e descobre tudo. O resultado, em geral, é a separação, especialmente porque os homens rejeitam a mulher antiga para ficar com a nova.

VIOLÊNCIA — De pessoas contra pessoas e de policiais contra cidadãos. Segundo o promotor, um problema comum no interior do Pará é a violência sexual, que se manifesta principalmente nos estupros contra meninas de 12 anos, sem que as famílias dêem queixa. Talvez seja herança indígena. Um outro lado do problema aparece como consequência aventureiros atraídos pela notícia de que corre muito dinheiro em Tucuruí.

SITUAÇÃO DOS PRESOS — É um problema não apenas de Tucuruí, mas de todo o Pará, onde os presos ficam nas cadeias sem processo. Segundo o promotor, há poucos meses saiu da penitenciária de Belém um sujeito com sete anos de prisão sem ter sido julgado. Fora acusado de seduzir a filha. Percebeu-se o erro porque a moça, antes de casar, recentemente, foi levada a exame pelo noivo, constatando-se que era virgem.

QUESTÕES TRABALHISTAS — Era um problema inexistente em Tucuruí que chegou com a obra da usina. A cidade não possui junta de conciliação e julgamento nem agência do Ministério do Trabalho. Os litígios, quando não resolvidos amigavelmente, precisam ser discutidos em Abaetetuba, uma pequena cidade próxima de Belém. Em geral, sabendo que precisam perder tempo e gastar dinheiro com as viagens até Abaetetuba, os trabalhadores acabam sujeitando-se a acordos desfavoráveis.

Na área trabalhista, em Tucuruí, há um esquema ilegal de exploração da mão-obra: a *carta liberatória*, um papel trocado confidencialmente entre as empresas, especialmente a Camargo Correa e a Eletronorte, que fizeram um acordo segundo o qual um empregado demitido de uma delas não pode ser admitido na outra, antes de transcorrido um prazo de seis meses. O mesmo recurso, que desestimula o trabalhador de mudar de emprego e procurar melhor remuneração, é usado pelas 16 subempreiteiras que prestam serviços à construtora principal ou à Eletronorte.

O promotor, frequentemente, tem sido procurado por trabalhadores prejudicados pela carta liberatória, expediente tão cruel e ilegal quanto a *lista negra*, de ativistas sindicais que, uma vez incluídos no índice patronal, não conseguem empregar-se no Grande São Paulo e outros centros industriais do país.

Quanto ao Ministério do Trabalho, não toma conhecimento dos problemas, como também ignora o uso das malditas *cartas liberatórias*. — Nunca soube que o Ministério do Trabalho tenha fiscalizado a situação dos trabalhadores em Tucuruí. Até parece coisa combinada para facilitar a vida das empresas — diz o promotor.

Como em toda barragem, é dura a vida de peão em Tucuruí. A jornada de trabalho é de 12 horas. O salário básico é de 8,70 cruzeiros por hora, já incluído o último aumento do mínimo. Antes de maio, pagava-se 6 cruzeiros por hora. Eis o recibo de salário de fevereiro passado do peão Luiz Pereira:

Salário normal 192 horas:

1:152,00

Salário extra 48 horas (20%)	345,60
Salário extra 57 horas (25%)	427,50
Descanso Remunerado 32 horas	192,00
Valor prêmio 50 horas	300,00
Total	2.416,00
Descontos diversos	70,00
Seguro pessoal	19,85
Seguro em grupo	35,10
Refeições	587,20
Taxa de alojamento	71,00
INPS	169,37
Líquido a receber	1.470,00

No meio da selva, os programas da Rede Globo

Reunido no alojamento, um grupo de peões queixa-se do baixo salário, do excesso de descontos e da alimentação ruim. São os três aspectos mais criticados por eles em Tucuruí.

— Em Itaipu, tão pagando mais.

— A gente já ganha pouco e eles ainda marretam as horas.

— O peão fica carregando peso debaixo daquele sol e depois recebe oito cruzeiros e uns quebrados por hora... é muito pouco.

— A firma faz muito desconto.

— Desconta até melhora!

— E ainda cobra mais caro do que as farmácias particulares.

— Tem desconto pra sindicato, mas eu nunca vi sindicato aqui na obra.

— Eu já tentei reclamar, mas não tem jeito. A gente fala com o encarregado, ele manda pra assistente social, ela diz que não é com ela. Ai encaminha pra lá e pra cá, o peão se irrita na fila e vai embora.

— Tem muito peão pedindo as contas.

Diz que tá saindo 300 peão por dia.

— Mas, em compensação, também tá chegando outros 300 por dia.

— Precisa ouvir a propaganda da firma no rádio. Ela faz a maior fantasia pra chamar trabalhador pra obra. Prometem tudo: bom salário, transporte de graça, alojamento gratuito, assistência disso e assistência daquilo. Ai o cara chega aqui na obra, assina a carteira e eles não cumprem nada. O peão cai na realidade da obra.

— Acontece que a gente chega a faz ficha de aprendiz dum profissão. Mas aí, na obra, eles botam pra carregar pedra.

— Eles dizem que é o período de experiência. Noventa dias pegando no pesado.

— Peão pasta.

— Mas deviam dar mais condição pro peão, porque é ele que faz a obra. Engenheiro sem peão não é nada.

— Aqui em Tucuruí peão não pode trazer a mulher. Severino não tem direito.

— Por isso que a firma bota brochante na comida.

— Não é brochante, é bicarbonato de potássio pra amolecer o feijão.

— Mas essa droga baixa a pressão do homem.

— Eu tenho 21 anos, tô sabendo. Eu não podia passar semana, hoje posso passar meses...

— Eu não sei por que faz oito meses que não visito minha família.

— O pior problema de Tucuruí é a alimentação do peão. Várias vezes eu não almoço porque a comida vem azeda.

— Tem dia que o arroz vem azul.

— Tem semana que os peão tá tudo com a barriga doente.

— Eu cheguei há 15 dias e ando todo encrencado do estômago. A bem dizer, tô mijando pelos dois lados.

Um dos problemas mais graves de Tucuruí é o isolamento. No início da obra, as únicas opções de lazer eram as pescarias ou os banhos de Igarapé. Hoje a coisa melhorou um pouco, pois foi construído um clube para os peões médios (os técnicos de alto nível têm um clube há bastante tempo). Um inspetor de segurança da construtora diz que já resolveu problemas seríssimos entre casais.

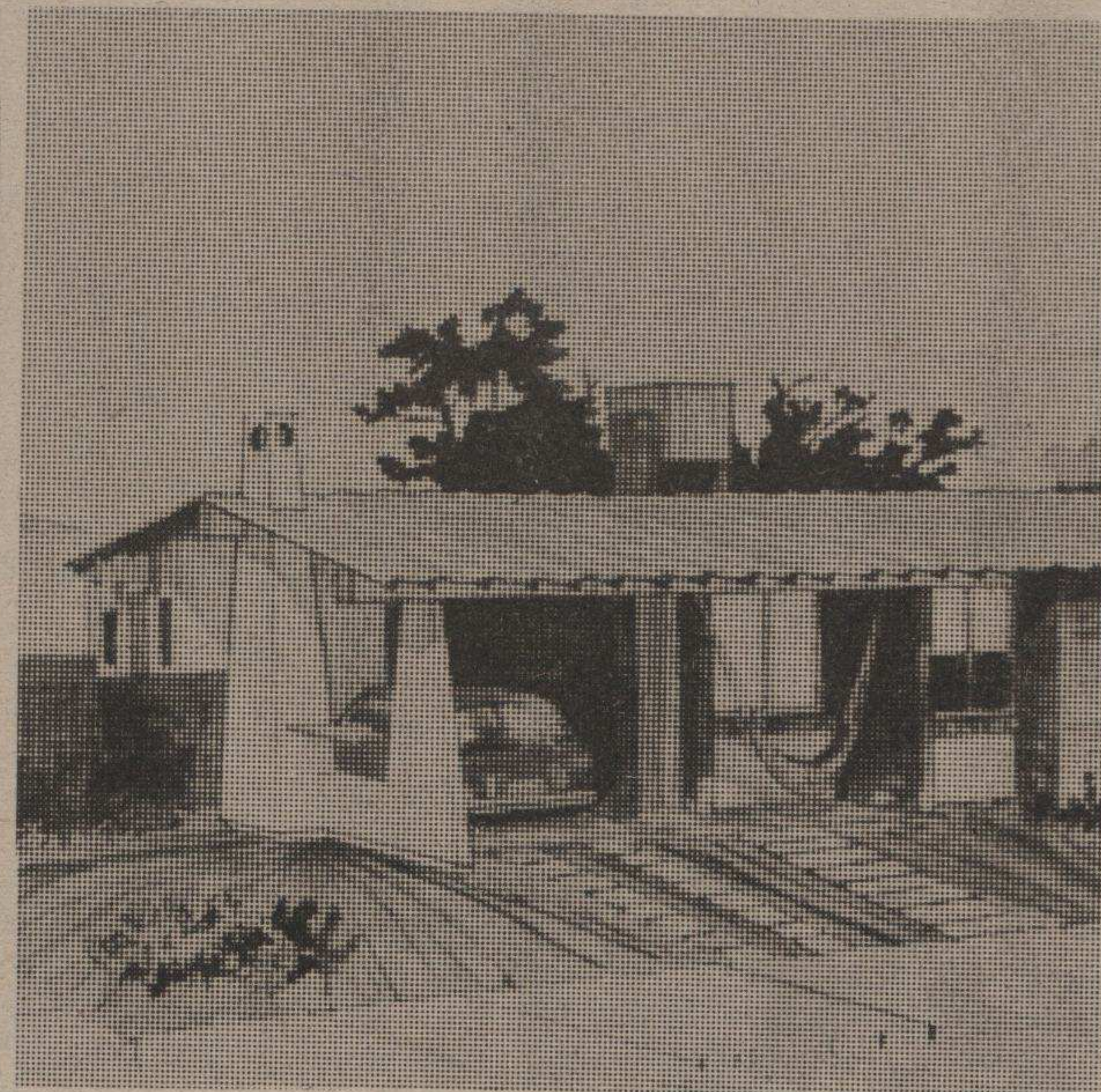
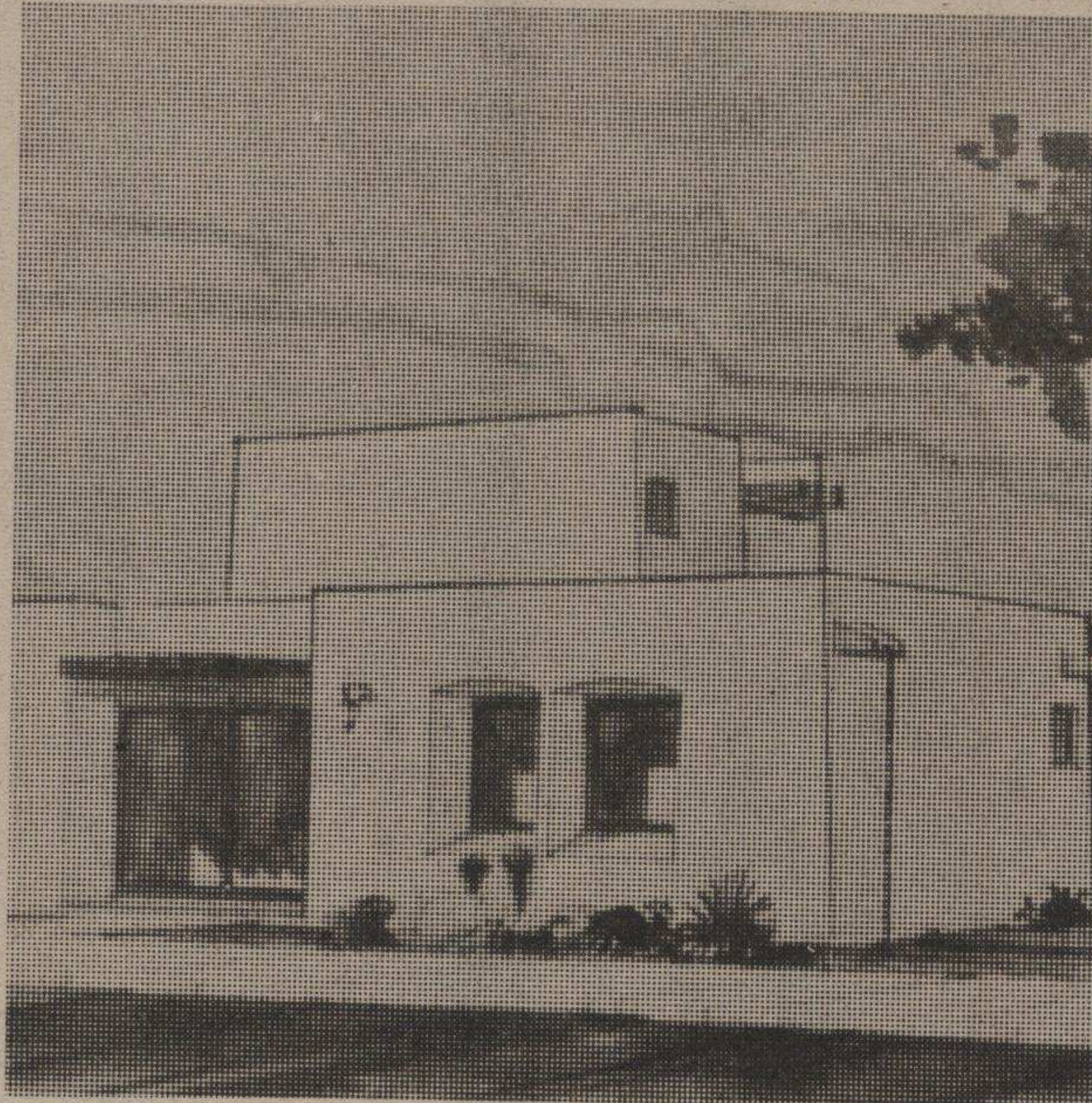
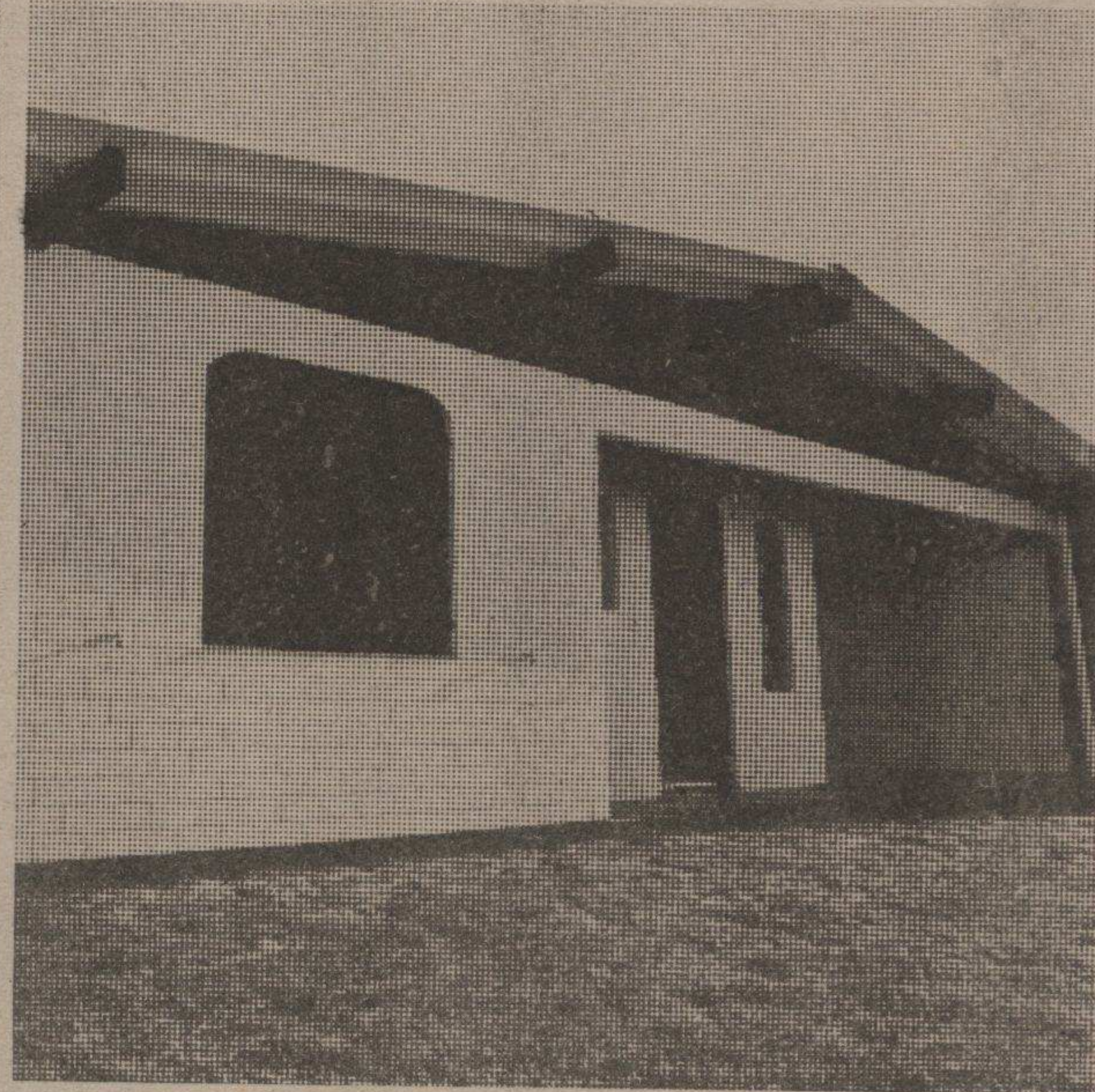
— Já perdi a conta das vezes que desarmeí marido e mulher que ficavam dentro de casa se ameaçando de morte — conta ele.

A partir de abril de 1978, o problema do isolamento e da falta de lazer foi razoavelmente acomodado com a entrada em operação da TV Tucuruí, uma repetidora da Rede Globo. Atualmente, há mais de 2000 aparelhos receptores na vila da usina e na cidade de Tucuruí. A emissora opera diariamente das 6 horas da tarde até a meia-noite. O único inconveniente é que a TV Tucuruí retransmite a programação do dia anterior. Ou seja, o Fantástico passa na segunda-feira, e não aos domingos, como em todo o Brasil. O Planeta dos Homens, na terça, Chico City, na sexta. E todos os telejornais apresentam notícias velhas.

Mas ninguém reclama do atraso da TV, pois o pessoal de Tucuruí vive naturalmente um pouco fora do mundo normal.

— Todo mundo vem pra cá pra ganhar dinheiro — explica um jovem engenheiro com dois anos em Tucuruí — Então, naturalmente, a perspectiva de cada um já é bastante reduzida em relação às possibilidades de lazer e diversão.

Vamos construir juntos.



Construa com a Kury & Padilha em Nova Tramandaí. Você só vai ter o trabalho de escolher.

A Kury & Padilha está lançando um plano irrecusável de construção de casas em Nova Tramandaí. Tudo foi pensado e planejado para que você não tenha que mover uma palha. Você escolhe o projeto mais interessante (temos vários à sua disposição). Você escolhe o prazo de financiamento: de 5 a 25 anos pelo Sistema Financeiro de Habitação ou financiamento direto com a construtora a combinar. E, não tendo ainda o terreno, você também pode escolhê-lo. O resto, projeto, memoriais,

engenharia, aprovação e Cadastro na Prefeitura, liberação no INAMPS, CEEE e CORSAN, enfim toda a parte burocrática, e a construção, fica por nossa conta. Você só volta lá na hora de assinar e depois para buscar as chaves. Como você vê, é muito mais fácil construir com a Kury & Padilha. Primeiro, porque a Kury & Padilha tem experiência de sobra: quase todas as casas de Nova Tramandaí foram feitas pela empresa. Segundo, porque é muito mais barato: faça os cálculos e compare. A diferença é da noite para o dia.

E terceiro, porque no verão que vem você já está com sua casa prontinha, instalado numa praia nova, perto de tudo, com altíssimos índices de valorização. E que no final das contas, também é um pouquinho sua.



Kury & Padilha Ltda.

Informações e vendas:
Zona Nova Serviços Imobiliários
Porto Alegre: Rua 24 de Outubro, 1280
Fones: 22.3411 e 22.3414
Tramandaí: no local.



O povo na roça de Deus

"... o mundo é a roça de Deus. Nós, os cristãos, somos os lavradores contratados para trabalhar essa roça. O Evangelho de Jesus Cristo a nossa carteira de trabalho, que foi assinada no dia do batismo. A Igreja é o nosso sindicato, onde a gente se organiza para conhecer os nossos direitos e trabalhar melhor. O terreno é a sociedade em que vivemos. A semente é a libertação que Jesus veio trazer para o povo. Os frutos que queremos colher nesta roça é o Reino, o mundo de justiça e amor entre os homens."
— Frei Betto, em *A Semente e o Fruto*, livro para as comunidades de base da Igreja, 1979, Vozes.

A Igreja está lendo Marx como já leu Platão e Aristóteles

A vida de Frei Betto é um raro exemplo de fusão entre fé e política, dois elementos que constituem, também, a essência de sua obra literária, representada até agora por sete livros (1), três dos quais lançados este ano, a maioria com tradução em italiano, espanhol, inglês, sueco, alemão, francês e holandês.

Segundo o próprio Betto, a ligação entre opção de fé e opção política apareceu muito cedo, em sua terra natal, Belo Horizonte, onde aos 15 anos, militava na Ação Católica e no movimento estudantil. Com 16 anos, foi vice-presidente da União Municipal de Estudantes de Belo Horizonte. Aos 17, dirigente nacional da Juventude Estudantil Católica (JEC). Aos 19, já no Rio, onde estudava Jornalismo, exerceu a direção nacional da Ação Católica Brasileira, o que lhe valeu alguns dias de prisão, em 1964.

— Fui preso por equívoco, confundido com outro Betto, também mineiro, só que dirigente da Ação Popular — recorda Frei Betto. — Mas até eu provar que não era o outro Betto...

Em 1965, entrou para a Ordem dos Dominicanos, onde permanece até hoje. Para sustentar-se no estudo de Filosofia e Teologia, decidiu exercer o Jornalismo em São Paulo. Trabalhou na revista Realidade, foi repórter e crítico teatral da Folha da Tarde, passando por uma experiência como assistente de direção teatral de José Celso Martinez Correa, em *O Rei da Vela*.

Depois do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, abandonou o jornalismo diário para completar os estudos de Teologia, no seminário de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Lá, fez os votos religiosos da pobreza, castidade e obediência. E acabou sendo preso dia 9 de novembro de 1969:

— Em São Leopoldo, eu fazia Teologia e contrabando pela fronteira Brasil-Uruguai — explica ele.

O "contrabando de gente" era fruto da solidariedade de alguns dominicanos com pessoas procuradas pela polícia por envolvimento em atividades subversivas, sobretudo a luta armada. Bem antes da prisão de Betto, no Sul, foram presos em São Paulo os frades Ivo, Fernando e Tito, todos dominicanos, que cumpriram penas junto com Betto. Antes de ser preso, Frei Betto fugiu e escondeu-se durante nove dias:

— A fuga foi engraçada. Quando a polícia entrou pela porta da frente do seminário de São Leopoldo, eu saí por trás. Mas voltei à estrada para tomar o ônibus para Porto Alegre e cheguei a cruzar com os policiais, que não me reconheceram, embora a imprensa gaúcha me apresentasse diariamente como um terrível subversivo.

Em Porto Alegre, Betto procurou um padre, que o levou para um sítio próximo, a cujo dono foi apresentado como implicado em movimento estudantil. Um dia, porém, apareceu no sítio o filho do



Frei Betto aproveita esta entrevista ao Coojournal e manda um recado para o homem que o entregou à polícia: "Não tenho mágoas"

proprietário, dizendo que ia esconder o fugitivo num lugar muito mais seguro. Num fusca, levou-o à noite para uma luxuosa residência na Avenida Independência, onde ficaram esperando os "contatos" que o levariam para o novo esconderijo.

— Confesso hoje que intuí que o rapaz ia me entregar — lembra Frei Betto. — Às sete horas da manhã, apareceram dois caras, perguntaram por que eu estava me escondendo e pouco depois se apresentaram: coronel Leal (2) e major Átila (3), do Serviço Secreto do Exército. Ao sair da casa, disse ao rapaz, que tremia, como se ele é que estivesse sendo levado preso: "Apesar de tudo, muito obrigado". Nunca mais vi esse rapaz mas, três anos depois, na prisão, recebi a visita de um padre do Sul. Ele contou que, nas festas em Porto Alegre, inicialmente o rapaz era apresentado como o cara que entregou o Frei Betto. Depois, isso se tornou uma mancha e o rapaz passou a ter problemas psicológicos sérios, por causa do remorso. Segundo o padre, uma das coisas mais importantes para o rapaz, na época, era saber o que eu pensava dele. Se ele não sabe, vai saber agora: não tenho mágoa nenhuma, só espero que ele não faça de novo esse tipo de coisa.

Sem ter sofrido tortura física, Frei Betto ficou preso durante quatro anos, passando por oito cadeias diferentes: DOPS de Porto Alegre e de São Paulo, Presídio Tiradentes, em São Paulo, Quartel de Cavalaria de São Paulo, QG do II Exército, Penitenciária do Estado, Casa de Detenção e Penitenciária de Presidente Wenceslau, no interior paulista. Quando estava para completar o quarto ano de prisão, o Superior Tribunal Militar julgou um recurso seu e reduziu sua pena para dois anos.

— Portanto, eu tenho dois anos de crédito — brinca Frei Betto, que concluiu o curso de Teologia na prisão.

Ao deixar a prisão, em outubro de 1973, ele voltou à vida religiosa. Como bom mineiro, foi morar em Vitória, no Espírito Santo, território considerado como uma extensão de Minas Gerais. Dedicou-se à assessoria pastoral, trabalhando junto às comunidades de base da Igreja. Lê bastante, escreve muito e viaja frequentemente, dando conferências em comunidades religiosas. Em fevereiro, esteve no México, onde assistiu à conferência do episcopado latino-americano, na cidade de Puebla.

Esta entrevista foi concedida ao Coojournal em maio, em São Paulo.

— A Conferência de Puebla afetou de alguma maneira o rumo que a Igreja vem tomando no Brasil?

FREI BETTO — Eu acho que Puebla foi preparada para afetar o rumo que a Igreja tomou na América Latina a partir da Conferência de Medellín, em 1968. Mas, como um castelo bem construído mas mal-alicerçado, o esquema de trabalho

proposto pela secretaria do Celam foi derrubado logo no início. Acabou vingando um esquema muito mais condizente com as propostas que já vinham desde Medellín.

— O que pretendem, basicamente, essas propostas?

FREI BETTO — Seu tema central é que a missão da Igreja na América Latina é promover uma evangelização que signifique libertação integral. Então eu diria que Puebla não abriu caminhos novos nem foi tão profética quanto Medellín, mas legitimou a caminhada que vem sendo feita nos últimos dez anos. Eu citaria principalmente a opção preferencial pelos pobres e a proposta, que permeia todo o documento final de Puebla, de libertação integral. As duas coisas estão calcadas no texto introdutório sobre a visão pastoral da Igreja na América Latina. Esse texto me parece bastante positivo porque supera a visão meramente empírica da realidade, supera também a visão funcionalista da realidade e chega à uma visão estrutural. Porque os problemas da América Latina são de estruturas. E Puebla define a libertação como a consequência da mudança de consciências e da mudança de estruturas sociais. Se não se chegar às consciências e não se mudarem as estruturas, não haverá superação da injustiça, da violência e de outros problemas.

— Por que Puebla foi preparada para ser um retrocesso em relação a Medellín?

FREI BETTO — É que a preparação de Puebla foi feita sob a hegemonia da secretaria geral do Celam, que hoje detém a presidência do Celam. A secretaria preparou dois documentos. O primeiro era um documento de consulta e tinha uma visão histórica do processo de evangelização da América Latina. Ele situava toda a questão da evangelização em torno da recuperação dos valores cristãos da cultura latino-americana. Dentro dessa visão, o grande problema do continente seria a secularização da cultura. Portanto, a Igreja precisaria voltar a ser aquela que exerce o papel de oxigenação cultural, enquanto o Estado cuida da parte material. Inclusive, necessita-se de uma noa convivência entre Igreja e Estado para haver essa divisão de trabalho. O documento de consulta da secretaria do Celam não falou nenhuma vez de classe operária, violência, fome, miséria, tortura — como se nada disso existisse. Bem, esse documento foi severamente criticado, principalmente pelos bispos brasileiros. Com base nas críticas ao documento de consulta, foi elaborado um segundo documento, chamado documento de trabalho, que enfocava melhor diversos aspectos da realidade latino-americana, mas ainda era insuficiente. Mas, felizmente, esse documento não pesou muito em Puebla, na medida em que o Papa e o cardeal brasileiro D.

Aloísio Lorscheider colocaram, logo no início, que Puebla devia basear-se em dois textos: os documentos de Medellín e a exortação apostólica de Paulo VI chamada *Evangelii Nunciandi*.

A melhor teologia é de um brasileiro

— A teologia da libertação é vista frequentemente como algo baseado na interpretação marxista da história. Afinal, o que é e onde se fundamenta a teologia da libertação?

FREI BETTO — Bom, a primeira coisa é que a teologia da libertação é hoje uma expressão assumida oficialmente pela Igreja. Ela foi utilizada na exortação apostólica *Evangelii Nunciandi*, de Paulo VI. E, depois de Puebla, o Papa João Paulo II disse num discurso em Roma que a teologia da libertação deveria ser levada para todo o mundo.

— Quem inventou essa expressão?

FREI BETTO — Ela foi empregada pela primeira vez por um teólogo peruano, Gustavo Gutierrez, que é considerado uma espécie de "pai da teologia da libertação". Em 1971, ele escreveu um livro chamado "Teologia da Libertação". Toda a teologia que se aprendeu na América Latina, até o início da década de 60, foi a teologia europeia, tida como uma teologia universal. Isso porque a Igreja vivia sob a inspiração direta de Roma e as coisas que se pensavam em Roma, como reflexo da ideologia liberal europeia, eram exportadas como se fossem problemas universais. Isso a gente sente, por exemplo, nas encíclicas sociais, que refletem muito a ideologia liberal europeia.

Nos anos 60, com base na experiência dos cristãos ligados às classes populares da América Latina, começou a se cunhar a teologia do desenvolvimento, que refletia a ideologia desenvolvimentista e sofria influência da Conferência da OEA em Punta del Este, da Aliança para o Progresso, etc. Era uma ideologia fundamentalmente burguesa, pan-americana, que achava que o problema seria resolvido através das instâncias da super-estrutura, principalmente o Estado.

Depois, quando o conflito político e social se aguçou na América Latina, passou-se a falar na teologia da revolução, expressão cunhada pelo padre Comblin, que publicou dois grossos volumes sobre isso. A teologia da revolução continha ainda uma visão europeia. Isto é, discutia em que medida o problema revolucionário seria aceito pela doutrina tradicional da Igreja, procurava levantar as questões novas que a Revolução levantava para a doutrina da Igreja...

Tanto a teologia do desenvolvimento como a teologia da revolução foram elaborações teológicas de gabinete. Depois, em cima de uma prática evangélica vinculada às classes populares, surgiu uma problemática teológica inteiramente nova e, essa sim, latino-americana. Essa problemática foi mais sistematicamente apreendida por Gustavo Gutierrez. Foi a primeira vez que se fez uma teologia a partir da realidade da América Latina. Para os europeus, no primeiro momento, foi um impacto, porque eles nunca tinham encontrado, num livro de teologia, citações de economia, política, ciências sociais, estatística... Para eles, a teologia é uma ciência que se restringe às categorias teológicas. Tanto que, inicialmente, eles duvidaram do estatuto desta teologia.

Bem, hoje, se me perguntarem qual a obra teológica que vai durar 200 ou 300 anos, eu respondo que é o livro "Teologia e Prática", do brasileiro Clodovis Boff, que coloca as questões teóricas da teologia da libertação. É uma obra pouco conhecida e pouco divulgada, mas que perdurará porque questiona todo o estatuto interno da teologia como ciência e

1) Obras de Frei Betto: *Cartas da Prisão; Das Catacumbas; Oração na Ação; Natal, a Ameaça de um Menino Pobre; A Semente e o Fruto; Diário de Puebla; e A Vida Suspeita do Subversivo Raul Parelo. Em co-autoria: Experimentar Deus Hoje (com mais seis autores); O Canto na Fogueira (com os Freis Fernando e Ivo); Igreja, Povo Que se Liberta (com Silvino Moreira).*

2) Pedro Américo Leal, coronel e hoje deputado estadual

3) Átila Rohsetzer, tenente-coronel da reserva e ainda diretor do Departamento Central de Investigações.

acaba propondo um estatuto novo. Então é muito difícil dizer que a teologia da libertação é um modismo teológico ou simplesmente um desvio marxista com chancela religiosa. A questão do marxismo, por exemplo, é encarada pela teologia da libertação como todas as outras ciências.

— Mas não existe um tom malicioso na maneira como se acusa a teologia da libertação de adotar uma visão marxista da realidade?

FREI BETTO — Me parece que se procura caracterizar a teologia da libertação como uma espécie de cavalo de Tróia do marxismo dentro da Igreja. Mas não se trata disso. Trata-se, sim, de fazer uma leitura teológica do marxismo. Isso não é uma novidade, é uma tradição da Igreja. Primeiro, a própria comunidade primitiva soube ler o fato Jesus Cristo a partir da ideologia judaica. Aí veio Santo Agostinho, no século IV, e lê a tradição inicial da Igreja à luz de Platão, que realmente não tinha nada a ver com o Cristianismo, inclusive porque viveu muito antes de Cristo. Isso foi uma revolução no pensamento teológico. No século XIII, São Tomás de Aquino faz outra revolução, ao retomar toda a teologia à luz de Aristóteles, que era pagão e materialista. Inclusive várias obras de São Tomás foram queimadas. E ele foi cassado como professor na Universidade de Paris, por causa dessa "heresia".

Sem dúvida nenhuma, a teologia tem de encarar hoje a questão do marxismo. E, realmente, há uma nova leitura teológica a se fazer a partir de categorias que o marxismo nos fornece. Não porque sejam categorias marxistas, mas porque são categorias que refletem a problemática real que se vive hoje dentro das contradições de classes. É, um pouco, exorcizar o marxismo dos demônios que tanto assustam, principalmente à Igreja.

— Por que se fala tanto de uma "crise" entre a Igreja e o Governo no Brasil? Ela existe de fato?

FREI BETTO — O meu ponto de vista é que não existe propriamente um conflito entre Igreja e Estado no Brasil. Existe um conflito entre Estado e povo. Pelo fato da Igreja se colocar ao lado do povo e ter sido, sobretudo nos anos mais negros desta ditadura, a voz dos que não têm voz. O Estado, no seu conflito com o povo, encontra a Igreja. Ou seja, o conflito Igreja-Estado é uma decorrência da defasagem Estado-povo.

D. Aloísio sofreu boicote em Puebla

— O que significa ser conservador e ser progressista na Igreja?

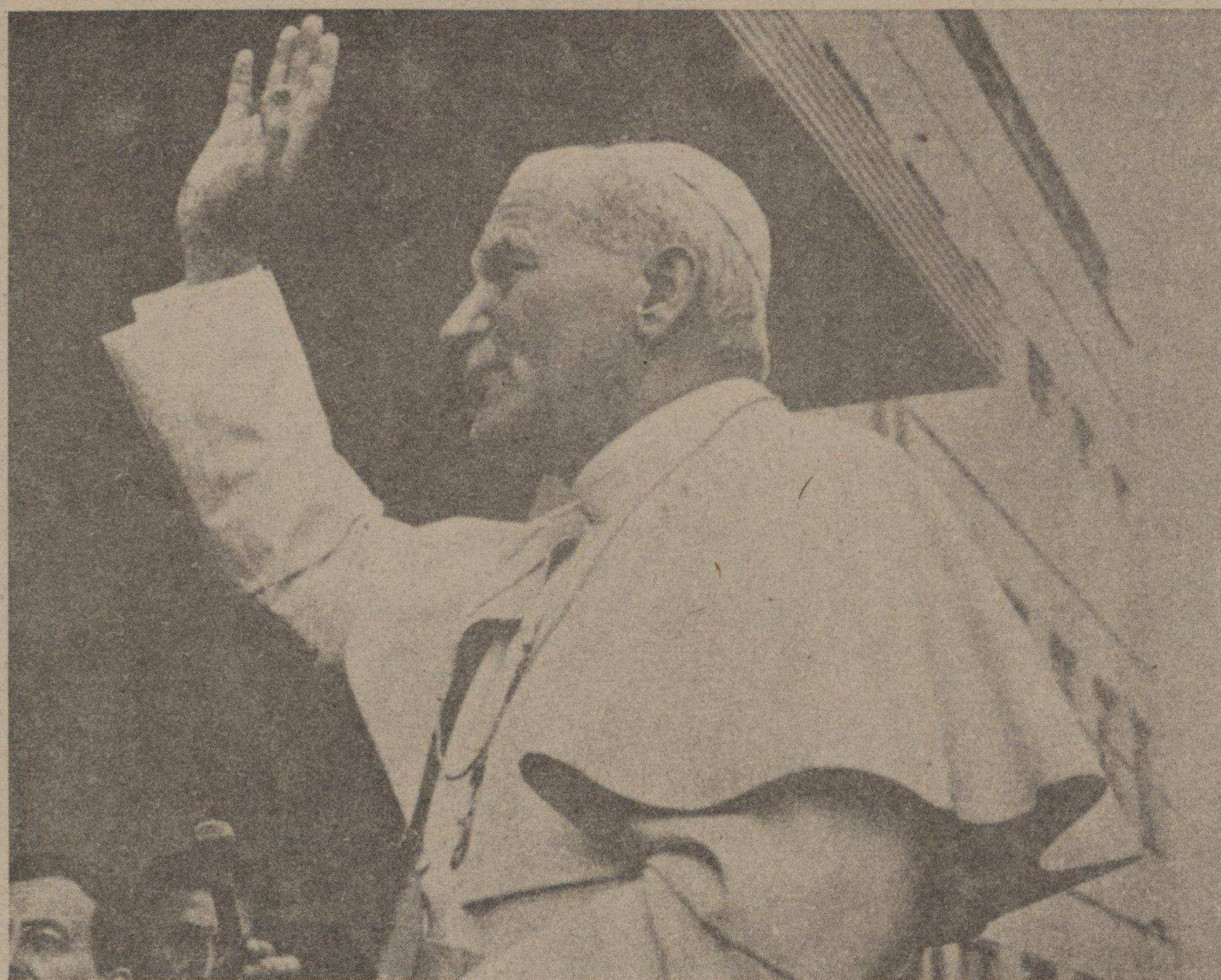
FREI BETTO — Eu gostaria de situar primeiramente o seguinte: existem certas análises, feitas por cientistas sociais, principalmente do Brasil, que ainda cometem a ingenuidade de dizer coisas como: "A Igreja está se aproximando dos pobres porque não quer perder o pé na História". Este tipo de coisa só se explica com uma visão idealista do processo histórico. Isto é, equivale a dizer que uma instituição como a Igreja possa existir acima das contradições de classe.

Bem, se a gente parte para uma visão dialética do processo histórico, veremos que toda instituição é formada pelas classes que compõem a sociedade na qual ela aflora. Então é claro que a Igreja também reflete no seu interior as contradições de classes existentes dentro da sociedade.

Os blocos que se formam dentro da Igreja, como reflexo dessas contradições de classes, são basicamente três: os progressistas, que falam a partir das aspirações libertadoras das camadas populares; os conservadores, que partem de axiomas teológicos desligados de qualquer vinculação com a realidade e, portanto, representam objetivamente os interesses das classes dominantes; e uma grande margem de moderados, que flutuam entre as duas tendências.

— Como foi o confronto entre conservadores e progressistas na conferência de Puebla?

FREI BETTO — Ocorreram várias coisas onde se percebeu a tentativa de conduzir Puebla para uma determinada direção. A primeira foi como eles montaram o sistema de imprensa. Houve uma infra-



estrutura muito grande, inclusive com tradução simultânea em várias línguas. E havia muitas pessoas que, "solicitamente", faziam para os jornalistas um resumo dos aspectos "mais importantes" dos temas em discussão, supostamente porque nem todos tinham familiaridade com a linguagem eclesial ou não tinham tempo para procurar todos os ângulos dos assuntos.

Por outro lado, alguns jornais já chegaram a Puebla com uma posição firmada, contra a Igreja progressista. O enviado de um grande jornal brasileiro disse que, pela primeira vez, recebeu instrução da diretoria do jornal para que tomasse cuidado porque a Igreja era uma questão muito delicada no Brasil. Sentia-se essa orientação, também, em algumas agências internacionais. Os enviados do Chile, por exemplo, eram aparentemente filhas dos donos dos jornais. Todas estavam preocupadíssimas com a infiltração comunista na Igreja.

Todos os discursos feitos em Puebla eram distribuídos simultaneamente à fala. Quando D. Aloísio falou, na abertura de Puebla, eram três horas da tarde. Mas o discurso dele só foi distribuído, com algumas cópias às oito da noite. Disseram que a máquina de cópias tinha quebrado

— E qual foi o resultado: o discurso de D. Aloísio acabou não aparecendo nos jornais?

FREI BETTO — Apareceu muito pouco. Um discurso distribuído às oito horas da noite não chega a tempo aos jornais, você sabe.

— Quer dizer que o esquema de boicote aos progressistas funcionou?

Frei Tito, destruído pela tortura

Dos quatro frades dominicanos presos em 1969 por ligações com pessoas acusadas de subversão, o que mais sofreu foi o Frei Tito Alencar Lima. Torturado, banido, acabou se enforcando na França, onde recebeu tratamento psiquiátrico, sem resultado.

Frei Betto, companheiro de fé e de prisão de Tito, explica aqui as razões que o levaram à morte:

"Eu acho que o Tito foi a pessoa mais torturada que sobreviveu à tortura. As pessoas que sofreram a tortura que ele sofreu, morreram.

Inicialmente, ele foi torturado pelo delegado Sérgio Fleury, em novembro de 1969. Tortura normal por algumas horas: choques, pancadas, etc.

Depois, em fevereiro de 1970, ele foi tirado do xadrez e, durante três dias, as equipes (de torturadores) se revezaram para que ele confessasse participação em assalto a banco. Eles achavam que o nosso processo estava muito fraco e precisava de substância.

E o Tito resistiu à tortura. Quanto mais resistia, mais apanhava. Tanto apanhou que descia e subia para cela carregado. Então, chegou a um ponto em

FREI BETTO — Funcionou mesmo. No caso do Brasil, menos, porque os jornalistas brasileiros, com algumas exceções, tiveram um trabalho de equipe. Então eles discutiam as matérias que queriam, antes de enviá-las aos jornais. Trabalhando em conjunto, eles puderam fazer uma exegese mais apurada do material.

— Quais os outros indícios de que a secretaria do Celam tinha prevenção contra os progressistas de Puebla?

FREI BETTO — Aconteceu um fato absurdo: a cassação de credenciais de nove jornalistas (espanhóis, americanos, mexicanos), pelo simples fato de que, antes da Conferência, fizeram críticas à organização da Conferência. Quer dizer, a Igreja, que tanto fala de liberdade de imprensa, restringiu a liberdade de jornalistas, num episódio inédito e absurdo. Nem o Kremlin proíbe o correspondente do *New York Times*, por exemplo, de cobrir o noticiário de Moscou. Assim como a Casa Branca não proíbe o trabalho do correspondente da Tass. Mesmo sabendo que é para criticar. Até o Somoza dá liberdade aos caras estrangeiros que vão entrevistá-lo. Por isso esse fato de Puebla é absurdo. Houve um protesto, que consistiu num abaixo-assinado da maioria dos jornalistas presentes em Puebla, mas não foi revogada a cassação das credenciais.

— Se os progressistas representam uma parte ponderável do clero da América Latina, como se explica que o Celam seja controlado pelos conservadores?

FREI BETTO — Essa idéia não é correta. Primeiro, o Celam é escolhido por bispos. Eu acho que o conjunto da Igreja na América Latina, principalmente a sua

"Não existe propriamente um conflito entre a Igreja e o Estado no Brasil. Existe um conflito entre o Estado e o povo"

base popular, tem uma tendência progressista. Quanto aos bispos, isso não é verdade, com exceção do Brasil. O colégio do Celam foi, de certa forma, muito bem montado, na gestão passada. Então em Puebla, eu achei por exemplo que o monsenhor Lopez Trujillo não tinha chances de se eleger presidente do Celam. No entanto, ele se eleger.

— E a assembléia da conferência de Puebla, como funcionou?

FREI BETTO — Bem, a assembléia foi montada praticamente para que os bispos confirmassem o documento de trabalho de Puebla. As 21 comissões trabalhavam isoladas e tratariam de fazer a redação do documento final. Isso veio abaixo porque o próprio esquema de trabalho das comissões caiu, porque foi criada uma comissão de articulação, que não estava prevista, cujo papel era fazer a interligação entre as 21 comissões. Esse trabalho, feito por D. Luciano Mendes de Almeida, agora secretário geral da CNBB, foi uma peça realmente fundamental para salvar a conferência. Por isso, acabaram surgindo as reuniões plenárias, que no entanto eram muito apagadas, por causa da dinâmica interna: cada bispo tinha direito a falar três minutos, com texto na mão, sem aparte, sem improviso e sem manifestação contra ou a favor. Isso neutralizou muito o processo de discussão.

Classe média pensa, mas não age

— Agora fale sobre as comunidades de base da Igreja: o que são, o que fazem, o que representam, quando surgiram, etc.

FREI BETTO — Se eu tivesse de situar uma data para o início das comunidades de base, situaria ali por volta de 1965. No Brasil, eu creio que tenham surgido em Natal, com as irmãs de Jesus Crucificado, numa paróquia chamada Nísia Floresta. Naquela época, era bispo de Natal o atual cardeal Eugênio Salles, arcebispo do Rio de Janeiro.

A partir daí, elas se alastraram como um novo modelo pastoral que correspondia à própria influência comunitária. Ou seja, a idéia de comunidade entrou dentro da Igreja, que passou a se organizar como comunidade e não tanto mais como massa. Antes, a paróquia era uma massa um tanto informe que se concentrava nos grandes atos litúrgicos. A partir das comunidades de base, a paróquia passou a se subdividir numa estrutura de comunidades, com núcleos basicamente populares, porque a comunidade de base não existe entre as classes média e alta.

— Por que a idéia da comunidade de base não pega nas classes não populares?

FREI BETTO — Não pega porque supõe uma reflexão do Evangelho com uma

(continua)

proposta de ação. Classe média e classe alta gostam muito da reflexão, mas na hora da ação há mil problemas: "Nossos amigos podem interpretar mal", "o patrão pode não gostar", "não tenho tempo", "muita gente pode ser presa"... Bom, por causa disso, as comunidades de base estão montadas em toda a América Latina nos meios operários, indígenas e camponeses.

— O que representa a comunidade no Brasil?

FREI BETTO — Num país, com um movimento migratório muito intenso, como o Brasil, a comunidade de base é sobretudo o grande referencial do trabalhador. Ela permite que o trabalhador não perca a identidade. Ao migrar, ele sabe que encontra um lugar onde a sua identidade aparece e se afirma. A comunidade de base tem então uma força produzida pelo próprio contexto social que tende ao nivelamento por baixo. A comunidade de base é um pólo de afirmação humana do trabalhador.

Depois, ela tem uma coisa que pega por dentro, que é a fé. A fé é o eixo de referência humana e cultural das camadas populares. Não só no Brasil, mas na América Latina, o povo é naturalmente cristão. Inclusive, eu estou convencido de que nenhuma transformação social se fará no continente sem levar em conta esse dado. Lamento profundamente que ainda existam grupos que, do alto do seu academicismo europeu, digam que a religião é o ópio do povo. Isso é uma leitura equivocada dos teóricos europeus, na medida em que eles mesmos dizem que, se a religião, por um lado, é o ópio do povo, por outro ela tem um aspecto de protesto. O oprimido, ao crer, nega a sociedade existente... Se essa sociedade o satisfizesse, não haveria a aspiração de uma outra ordem de coisas. Então, a questão é realmente dialética. Depois da experiência do Irã, não é preciso reforçar muito a dimensão religiosa do povo pode ter como papel na transformação social.

Como o povo lê o evangelho

— Como funcionou as comunidades?

FREI BETTO — A comunidade de base funciona pelo método do ver, julgar e agir. Isto é, conhecer a realidade, a partir dos problemas que cada um levanta. A comunidade de base tem de 10 a 20 pessoas que se reúnem de 15 em 15 dias ou de mês em mês, na paróquia. Nessas reuniões, cada um conta o seu problema na família, no bairro ou na fábrica. Isso é o ver. O julgar é o momento em que, à luz do Evangelho, a comunidade procura interpretar esses problemas. E o agir é o que se vai fazer diante disso.

— Depois de levantados os problemas, então, há uma leitura do Evangelho?

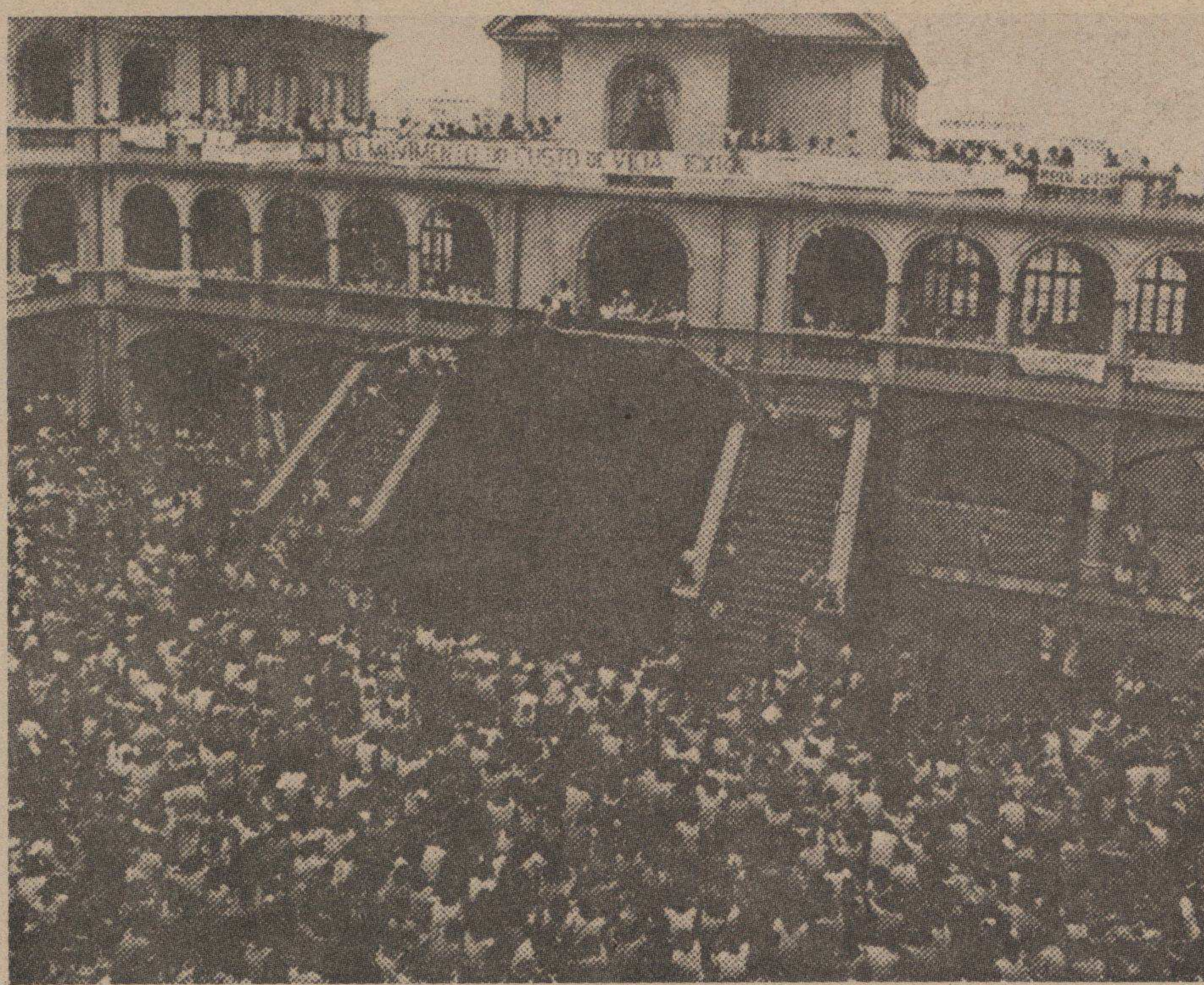
FREI BETTO — Sim, há uma leitura do Evangelho, onde entra o método do ciclo bíblico — a ligação do fato da Bíblia com o fato da vida.

— Mas, lendo o Evangelho, é possível encontrar ligações com fatos que ocorreram, por exemplo, no ABC paulista?

FREI BETTO — Claro! O mais incrível na comunidade base é exatamente isso: a leitura que o povo faz do Evangelho. É diferente da leitura que fazem aqueles que não estão vinculados ao povo.

— Mas a leitura do Evangelho precisa ser orientada por um padre ou pessoa experiente?

FREI BETTO — Não, o povo faz naturalmente. Isso inclusive me parece que inaugura um princípio epistemológico da maior importância: todo texto é entendido a partir do contexto em que é lido. O mesmo texto, lido em contextos diferentes, produz duas leituras diferentes. Isso é uma experiência que a gente está fazendo na comunidade de base. O pessoal pega o Evangelho e coloca perspectivas inteiramente novas para a gente. Por exemplo, eles sempre partem do princípio de que Jesus foi um trabalhador. Ou seja, a estrutura da apreensão deles é diferente da nossa. Eles fazem uma leitura de caráter imperativo. Aquela passagem em que Jesus disse: "Bem-aventurados os perseguidos porque eles terão justiça", o trabalhador faz uma ligação imediata com os caras que estão sendo perse-



"Acho que as comunidades são a coisa mais importante, em matéria de organização popular, que aconteceu na América Latina nos últimos tempos"

guidos e estão sofrendo porque falam em justiça. Isso é comum na comunidade. Como também é comum pegar as coisas do Evangelho pelo aspecto ético, pelo lado moral. Mas a sua leitura tem um caráter imperativo de que a palavra de Deus exige isso de mim e, portanto, eu devo agir assim. A leitura fora do contexto popular não tem esse caráter nem essa perspectiva. Em outras palavras, fora do contexto popular, a leitura do Evangelho é memorativa, não é ligada com a realidade de hoje.

— A leitura popular, então, é uma espécie de resgate do Evangelho?

FREI BETTO — Exatamente. Sobre isso, aliás, um homem que vive exclusivamente de captar essas coisas, escreveu uma vastíssima obra que qualquer gente de comunidade de base conhece, mas nenhum intelectual brasileiro conhece. Esse homem chama-se Frei Carlos Nestes e escreveu vários livros somente sobre isso. Tem um volume chamado *A Palavra de Deus e a História dos Homens*, outro *Por Trás das Palavras*, outro *Paraíso Terrestre, Saudade ou Esperança*, e vários outros. Mas a proposta dele é a seguinte: só o povo possui a chave da leitura da Bíblia.

— Esse cara é brasileiro?

FREI BETTO — Esse cara é holandês mas é muito mais brasileiro do que a gente, sabe? Mora em Angra dos Reis e está há muitos anos no Brasil. Tem uma sensibilidade popular incrível, é filho de mineiros holandeses. Ele acha que é preciso devolver a Bíblia ao povo porque o povo vive num contexto bíblico.

Existem 80 mil comunidades no país

— A Bíblia lida nas comunidades é a tradicional?

FREI BETTO — É a Bíblia tradicional. Tem uma tradução chamada *A Bíblia na Liguagem de Hoje*, que é uma tradução, digamos, mais brasileira, com um vocabulário mais nosso.

— Você tem exemplos de como as comunidades de base interpretam o Evangelho?

FREI BETTO — Pra mim é difícil repetir ou reproduzir como seria uma leitura deles. Eu chamo atenção para a diferença entre o memorativo e o imperativo. Nas comunidades, há uma identificação entre o contexto bíblico e aquilo que o povo coloca. Mas dentro desta experiência das comunidades, a partir do que a gente foi ouvindo deles, nós passamos a ter uma outra leitura. Então eu diria que hoje estou procurando devolver à comunidade aquilo que aprendi com ela, nesse livrinho chamado *A Semente e o Fruto*, da Editora Vozes.

Posso citar um exemplo do trabalho que estou fazendo. É o capítulo 2 de São Marcos, versículos 23 a 28. A passagem diz o seguinte:

"Num sábado, Jesus e os discípulos

atravessavam uma plantação de trigo. Enquanto caminhavam, os discípulos colhiam espigas. Então os fariseus perguntaram a Jesus: Por que é que os seus discípulos estão fazendo o que a nossa lei proíbe fazer no sábado? Jesus respondeu: Vocês não leram o que Davi fez, junto com seus companheiros, quando sentiram fome e não tinham o que comer? Ele entrou na casa de Deus, no templo do sacerdote Abiatar, comeu os pães oferecidos a Deus e deu também a seus companheiros. No entanto, é contra a vossa lei alguém comer desses pães a não ser o sacerdote.

Então, o que é incrível é que a comunidade, como vive num contexto bíblico, leva a fazer a pergunta: qual o contexto que está por baixo do texto? Examinando isso, eu percebo o seguinte: houve um conflito entre o grupo de Jesus e o grupo dos fariseus. Esse conflito, segundo os fariseus, está baseado no fato de o grupo de Jesus desrespeitar o sábado, dia sagrado, colhendo espigas. Então eles acusam Jesus, como se o pegassem em flagrante. Jesus, em vez de responder com uma justificação própria, remete a justificação a alguém que os fariseus respeitavam muito, que era Davi. E diz: muito pior do que nós vínhamos fazendo, fez um cara que vocês respeitam muito. Davi não entrou num campo para colher espigas. Entrou na casa de Deus. Não pegou espigas, pegou hóstias. Também era proibido, mas o que o justificava e também a Jesus e discípulos? Aí tem o dado que os fariseus não conseguiram apreender: a necessidade material do homem está acima da necessidade espiritual; não tem sentido toda a estrutura da Igreja, com seus objetos sagrados, se isso não está em função da libertação do homem. Daí a conclusão de Jesus: o homem não foi feito para servir o sábado e as coisas sagradas, e sim o contrário. E nós caímos no fariatismo toda vez que invertemos a situação, achando que o povo deve estar a serviço da estrutura da Igreja e não a estrutura da Igreja a serviço do povo. Como é que a gente chega a essa leitura? Por um processo que é reflexo da consciência da gente a partir de uma realidade que está vivendo. Isso abre um caminho inteiramente novo.

— Quantas comunidades de base existem hoje no Brasil?

FREI BETTO — Segundo consta, existiriam 80 mil comunidades no país. Isso é uma estatística projetiva feita pela Ceres, que é o setor estatístico da Igreja no Brasil. Elas existem no país inteiro, é raro o lugar onde não tenha.

— Quem é o responsável pelas comunidades?

FREI BETTO — No Brasil elas surgem por iniciativa dos bispos. Dentro da Igreja, elas não têm nenhum caráter contestador, o que é muito difícil de entender na Europa, onde as comunidades são núcleos de leigos que querem viver o que eles chamam de Cristianismo sem religião. É uma coisa meio anticlerical. Na América Latina, a comunidade é uma iniciativa oficial da Igreja, uma coisa já consagrada.

— Não há comunidades em outros continentes como Ásia e África?

FREI BETTO — Às vezes acontece de surgir pressão do poder local ou não local, pelo fato de as comunidades darem origem a movimentos reivindicatórios. Agora, as comunidades são irreprimíveis, porque é impossível reprimir uma coisa tão autêntica e numerosa. Não haveria cadeia para todas as comunidades. Agora, dizem que o Carter está muito preocupado com elas... Na realidade, eu acho que as comunidades são a coisa mais importante surgida na América Latina nos últimos anos em matéria de organização popular. As comunidades são uma decorrência do tipo de estrutura social que os regimes ditatoriais tentam implantar na América Latina. Na medida em que as camadas populares são excluídas da participação política e social, é evidente que vão se organizar de outra maneira. Eu diria até, em outras palavras, que elas existem graças a esses regimes excludentes, que são os principais culpados da existência de tantas comunidades. Só há duas soluções para o povo: ou ele é integrado ou ele é marginalizado. Se marginalizado, ele encontra uma forma de se organizar. A terceira solução seria o genocídio: acabar com o povo.

Evidentemente, as comunidades são uma força de pressão social, através de movimentos populares. Como comunidades, sua atuação é eclesial. Mas dentro delas vão surgindo pessoas que vão descobrindo a importância de elas participarem da vida social, econômica, política e cultural do país.

— Mas, aparentemente, a Igreja revela certa resistência a que as comunidades sejam absorvidas pelos mecanismos institucionais de participação política, como os partidos. Afinal, por que a desvinculação entre as bases populares e os órgãos, digamos, de gestão do Estado? Isso vai perdurar?

FREI BETTO — Não sei dizer pra onde vai a coisa, mas acho que essa base da Igreja não confia nos modelos elitistas que estão por aí. Isso me parece uma grande aquisição. Pela primeira vez existe uma base popular que confia em si mesma. Eu não saberia dizer como ela vai estabelecer sua participação no processo político. Ela é que vai resolver. As bases, pela primeira vez, estão convencidas de que historicamente as propostas vindas de cima para baixo não correspondem às suas aspirações. E evidente que a história prova isso.

— Mas não existe nenhum interesse da comunidade de base se expressar através do MDB, por exemplo?

FREI BETTO — Como comunidade de base, creio que não. Ela pode até apoiar um candidato do MDB, por circunstâncias. Mas não creio que seja por aí. Há um dado importante nas comunidades de base: elas não têm pressa. Eu diria até que hoje elas têm menos pressa do que teve certa intuição de que, aos poucos, o processo histórico está a favor delas. Não é um sentimento da base da Igreja, mas de toda a base popular mesmo.



Em nome da terra, do homem, da vida.

Em 1929, quando a Samrig começava, investir na terra e no trabalho do homem do campo era, no mínimo, um gesto corajoso. O mundo estava em crise e ninguém arriscava no amanhã. A Samrig investiu e arriscou. Com um capital de "doze mil contos de réis", montava o seu primeiro moinho de trigo, em Porto Alegre, e começava a produzir farinha. Ao longo de sua caminhada, a Samrig nunca esqueceu o exemplo dos que trabalham na terra e transformam em riquezas os dourados frutos de nosso solo. Sua serena esperança a cada amanhecer,

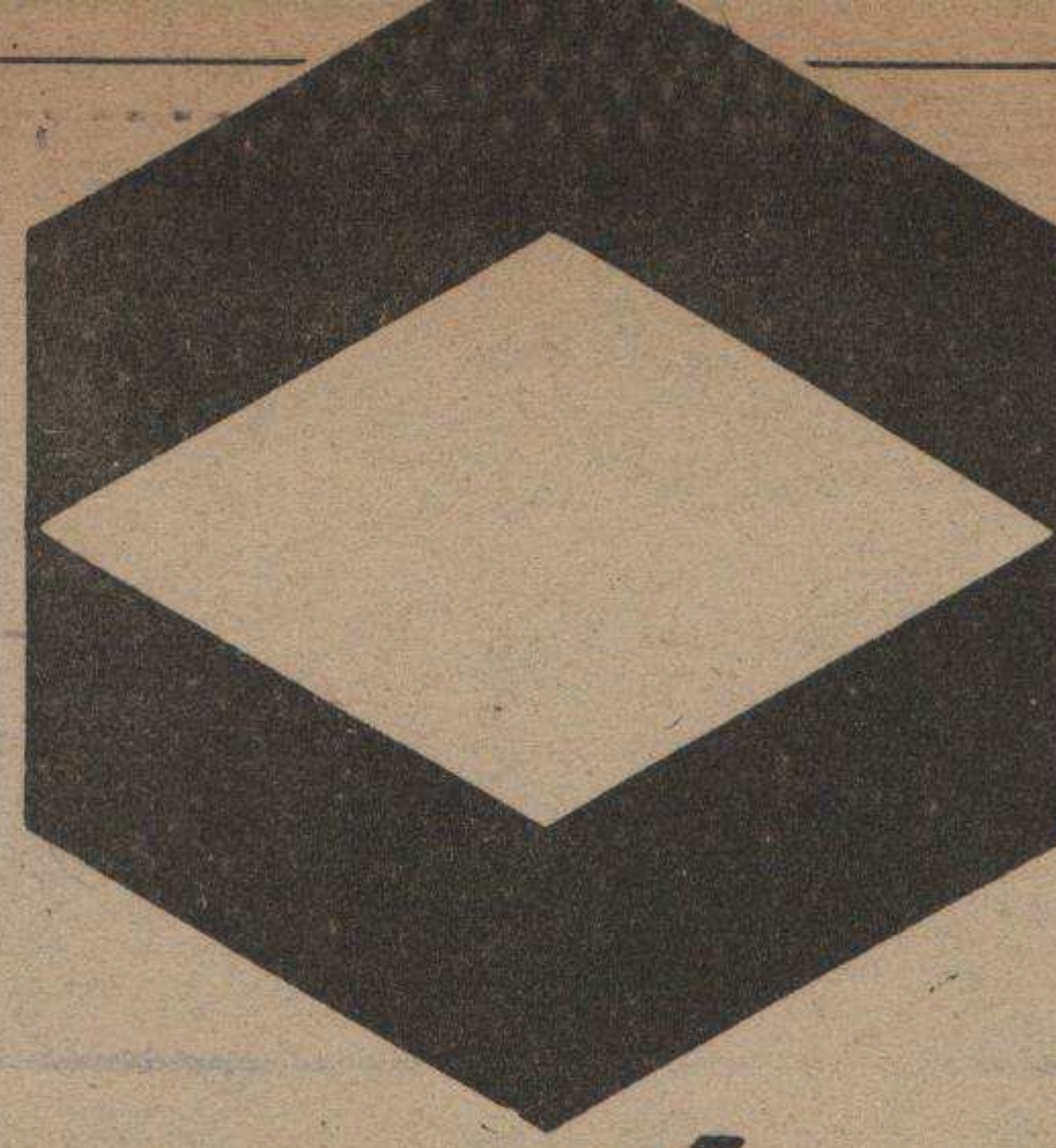
sua luta diária na batalha da produção de alimentos. E nesta trilha de pás e enxadas, de homens e máquinas, a Samrig construiu a sua história. Substituiu o trigo pela soja, implantou silos, construiu armazéns e terminais de exportação, cresceu, montou o maior parque integrado de processamento de soja da América Latina, e hoje, 50 anos depois, produz milhares e milhares de toneladas diárias de alimentos, para consumo interno e para exportação. Com muita responsabilidade. Em nome do progresso desta terra, do trabalho do homem do campo, da vida e da felicidade das pessoas.

50
ANOS

SAMRIG

Há 50 anos participando da vida de nossa gente.

Os caminhos de
uma empresa
que não encontrou
o que
monopolizar



SUCEBRÁS

A Petrobrás sem petróleo

Pronto: o Presidente da República sancionou a Lei 4.002 e o nome da Petrobrás, Petróleo Brasileiro S/A, muda, tão logo saia no *Diário Oficial*, para *Sucebrás, Sucedâneos do Brasil Participações e Empreendimentos Gerenciais S/A*. Ela continua estatal, intocável e impedida de ostentar, entre seus acionistas, estrangeiros físicos ou jurídicos. Mas não mais detém nenhum monopólio.

E monopólio para quê? Ela está saudável, sobrevivendo muito bem ao fim da Era do Petróleo. Ademais, ela era dona apenas de um monopólio, pois nunca teve tanto petróleo assim, para monopolizar. Talvez por isso, desde o final do século passado, ali por volta de 1980, ela já se preparava para sobreviver à Era do Petróleo. O petróleo não acabou, é claro. Nem promete acabar tão cedo. Quem acaba, neste início do século XXI, é a Era dele. Uma Era divertidíssima, por sinal.

Uma Era que, evidentemente, não começou quando Noé calafetou, com betume, aquele enorme barco de que a Bíblia fala. Nem mesmo quando um certo coronel Edwin L. Drake furou o primeiro poço comercial do Ocidente. Mesmo porque, é preciso muita benevolência para chamar de poço aquele buraco de 21 metros feito por ele em Tittusville, nos Estados Unidos, e de comercial a sua produção, de dezenove barris por dia.

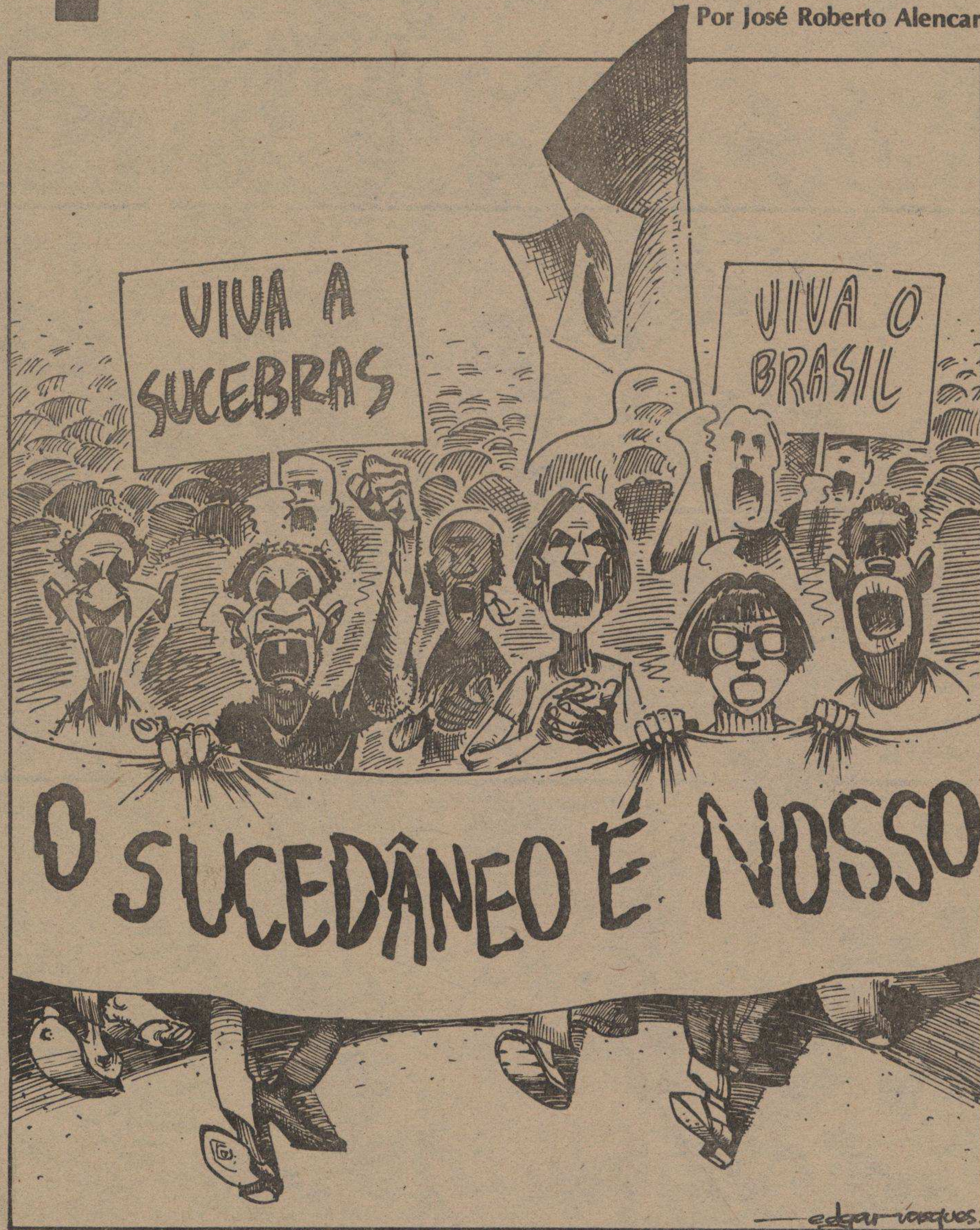
A Era sobreveio ao ciclo de Otto (1), ao desenvolvimento teórico que resultaria na invenção dos motores à gasolina (em 1887) e à diesel (em 1892). E, se é importante marcar uma data para o início da Era, 31 de dezembro de 1900, talvez seja uma boa, pois pelo menos é redonda. Nesse ano, a produção mundial de petróleo tinha sido de 420 mil barris por dia.

Já em 1979, estava pelas alturas dos 62 milhões de barris diários, multiplicando por 150 a média diária do início do século. Esse número era parecido com os 64 milhões de barris produzidos, por dia, de 1978, ou com os 62 milhões, também diários, de 1977. Nunca mais esse pico foi muito ultrapassado.

Ocorre que, no final de 1973, os árabes tinham resolvido imitar índio e jogar petróleo na guerra. Além do estrago no alvo visado — os judeus — sua flecha incendiária queimou, também, as ilusões de que o petróleo duraria muito tempo, sendo tão desperdiçado. E o preço de um barril saltou de menos de US\$ 3 (mais barato do que água mineral) para US\$ 10 ou mais, já em 1974.

No final de 1978, foi a vez do Irã. A Fé Islâmica, ao substituir o Xá da Pérsia por um pouco mais de seriedade, cortou

(1) — *Ciclo de Otto é o ciclo de cada um dos cilindros que fazem girar o girobreuim do motor: Ao subir, empurrado pela explosão da mistura de combustível com ar, (ignição), ele expele os gases (exaustão) ao mesmo tempo em que chupa nova mistura (admissão). Depois, empurrado para baixo pelos outros pistões, que sobem, comprime a mistura gasosa (compressão) até o ponto de nova ignição.*



Por José Roberto Alencar

algumas regalias mundanas. Cabeças pahlavianas podiam não sê-lo. Mas petróleo era, e a produção dos poços iranianos foi cortada em um quinto. O preço internacional do petróleo já estava em US\$ 12,70 por barril, em 1978, e zuniu para US\$ 17, no ano seguinte. Houve muito japonês pagando até US\$ 35 por um barril.

Faltou gasolina e diesel para fregueses de diversos postos europeus. Em algumas regiões dos Estados Unidos, houve racionamento, como nos velhos filmes de guerra daquela época — e os Estados Unidos eram o segundo maior produtor mundial (logo atrás da União Soviética) extraíndo 10 milhões de barris por dia (e consumindo de 18 a 19 milhões diários).

MISTER LINK, O QUE SAIU ENXOTADO

No Brasil... Bem, no Brasil não havia problema. O país produzia menos de 170 mil barris por dia e importava quase um milhão, também diários, para completar. Essa importação não deveria custar mais do que US\$ 7 bilhões em 1979 e, portanto, seria facilmente paga, pois as exportações totais do país deveriam superar a

casa dos US\$ 13 bilhões, nesse ano. Pena que se exportassem principalmente alimentos, e que petróleo não fosse a única coisa a importar.

Mesmo assim, a festa continuava. Ao ser criada, pela Lei 2.004, em 3 de outubro de 1953, a Petrobrás caiu na besteira de acenar com a auto-suficiência. Um dos mais renomados geólogos do mundo — Walter Link — foi contratado para dar uma olhada na geologia brasileira. Chegou em 1954 e, seis anos depois, concluiu que as bacias sedimentares, terrestres, não escondiam muitos reservatórios comerciais.

Saiu enxotado, depois de levar catetadas de quase todos os segmentos da sociedade brasileira, inconformada com o conformismo do *Relatório Link*. E a bandeira da auto-suficiência continuou hasteada, enquanto a Petrobrás insistia em procurar petróleo em terra, como naquela história do bêbado que perdeu a moeda no escuro e foi procurá-la debaixo de um poste. A Petrobrás só foi para o escuro, digo, para o mar (onde achou muito petróleo), em 1968, e para o Iraque (onde a Braspetro descobriu o único campo gigante daquela década), 1972.

Com uma auto-suficiência tão jurada, todos os governos brasileiros se esmeraram em destruir os portos da navegação fluvial ou de cabotagem, e em encurtar, sempre que possível, as vias férreas. Navio e trem gastam pouco óleo, mas para que economizar, se o País vai ser auto-suficiente, não é? Não foi. Ao contrário, no início da década de 1960, a auto-suficiência beirava os 40%. No final de 1970, não chegava a 20%. E por mais que a produção crescesse, nunca alcançaria um consumo tão incentivado pelo minuto da auto-suficiência.

Em 1979, quando a Petrobrás completava seu 25º aniversário de vida efetiva (pois ela só começou a funcionar a 10 de maio de 1954), a festa continuava. Entrou um novo Governo, prenehe de boas intenções, falando em energia alternativa — etanol, metanol, xisto, carvão, sol, vento, marés, nuclear e até Hidrogênio. Mas, nos seus primeiros meses, pouco fez.

Insistiu, por exemplo, na manutenção do Programa Nuclear de seu antecessor — um programa de comprar reatores dos alemães e urânio enriquecido dos Estados Unidos, para gerar quilowatts nobres, muito melhores do que os gerados nas hidrelétricas, que usavam aqueles rios vulgares e sujos. Esse Programa Nuclear estava orçado em US\$ 14 bilhões, em 1979, quando o país aproveitava apenas 13% de sua capacidade hidrelétrica, estimada então em 180 gigawatts (180 milhões de quilowatts), 110 dos quais, economicamente vantajosos a curto prazo.

Ao ser empossado, o novo Governo se esqueceu de trocar o presidente do Conselho Nacional de Petróleo. E a primeira coisa que ele fez foi proibir a venda de óleo diesel e de gasolina a granel, em vasilhas de menos de cem litros. Os pescadores, por exemplo, que nunca tiveram dinheiro para comprar ou transportar tanto combustível, nem eram sócios dos iate-clubes, começaram a economizar, remando.

A segunda coisa que ele fez foi descobrir que a velocidade mais econômica nas estradas era a de 96 quilômetros por hora, e não a de 80, como ele pensava no Governo anterior. E tome de apelos. Só faltava o Governo implorar ao povo: "Economize combustíveis, pelo amor de Deus". Mas esqueceram de avisar a Polícia, que continuou multando os motoristas de táxis fazedores de lotações (juntar quatro ou cinco passageiros para fazer uma corrida só).

E SEGUIA A PETROBRÁS, ENROLADA EM DINAMITE

A festa estava tão boa, em 1979, que até nas cidades menores, as ruas viviam engarrafadas por automóveis (que pesavam de 800 a 2.500 quilos), com só uma ou duas pessoas dentro, embora tivessem assento para cinco ou seis. E as fábricas, embora dispusessem de tecnologia para o motor Wankel ou o elétrico, continuavam a usar o primitivo, capaz de perder 77% da energia calorífica do combustível, na hora de transformá-la em energia mecânica, para tocar o carro. Só aproveitavam 23%. (Esse motor podia ter um rendimento superior ao do corpo humano — 16% a 55%. Mas era bem pior do que um motor elétrico, que rendia 80%).

Em todo o mundo era assim. Mas no Brasil havia especialização. Uma fábrica, mais esperta, unindo o inútil ao desagradável conseguiu entrar num mercado praticamente inexplorado. Inventou, e vendeu bem, um incrível triciclo, que somava todas as desvantagens de uma motocicleta — barulhenta e imprópria para andar na chuva — com as do automóvel — largo demais para o trânsito, muito bebedor e mal dotado de estabilidade. Com uma desvantagem extra: só cabia o motorista, sem mala nem carona.

Desbancados o trem, o navio e bom senso, o automóvel reinava imbatível no prosclênio. E por prosclênio entendam-se as estradas, as ruas, as garagens, mas também as calçadas e os gramados das ruas, dos parques e dos jardins — últimas cidadelas conquistadas aos renitentes pedestres, teimosos em sobreviver.

No meio dessa farra geral, a festinha do 25º aniversário da Petrobrás, em 1979, passou praticamente despercebida. Mesmo assim, aquele foi um ano decisivo para a empresa, e não deixa de ser engraçado verificar — na releitura de jornais da época e de antigas anotações — que ela caminhava despreocupada, ai-

rosamente, rumo ao seu grande destino, enrolada em dinamites que poderiam destruí-la de uma hora para a outra.

Não que o caminho fosse difícil. Ao contrário, era tão bom que a revista *Fortune* garantia, em 1979, ter sido a Petrobrás, em 1978, a oitava empresa mais lucrativa do mundo. O problema estava na quantidade de perigos que ela corria — perigos sérios — sem, aparentemente, dar-se conta.

Falemos primeiro da estrada, e depois dos perigos à margem. Ela trazia, sem dúvida alguma, a Petrobrás rumo ao decreto que, ontem, lhe mudou o nome para Sucebrás. Já em 1979 estava claro: o consumo interno seguia tão animado, que não haveria descoberta capaz de dar auto-suficiência petroleira ao país. A Petrobrás sabia disso e já corria atrás dos sucedâneos.

COMO NÃO HAVIA MESMO O TAL PETRÓLEO...

As reservas brasileiras de carvão eram estimadas, em 1979, em 20 bilhões de toneladas — suficientes para o consumo, de então, durante cinco milênios. E isso porque o país não usava carvão nacional. Preferia o petróleo importado. Seu carvão tinha muita cinza e suas siderúrgicas, montadas com tecnologia norte-americana, só funcionavam com os nobres carvões importados (dos Estados Unidos, principalmente).

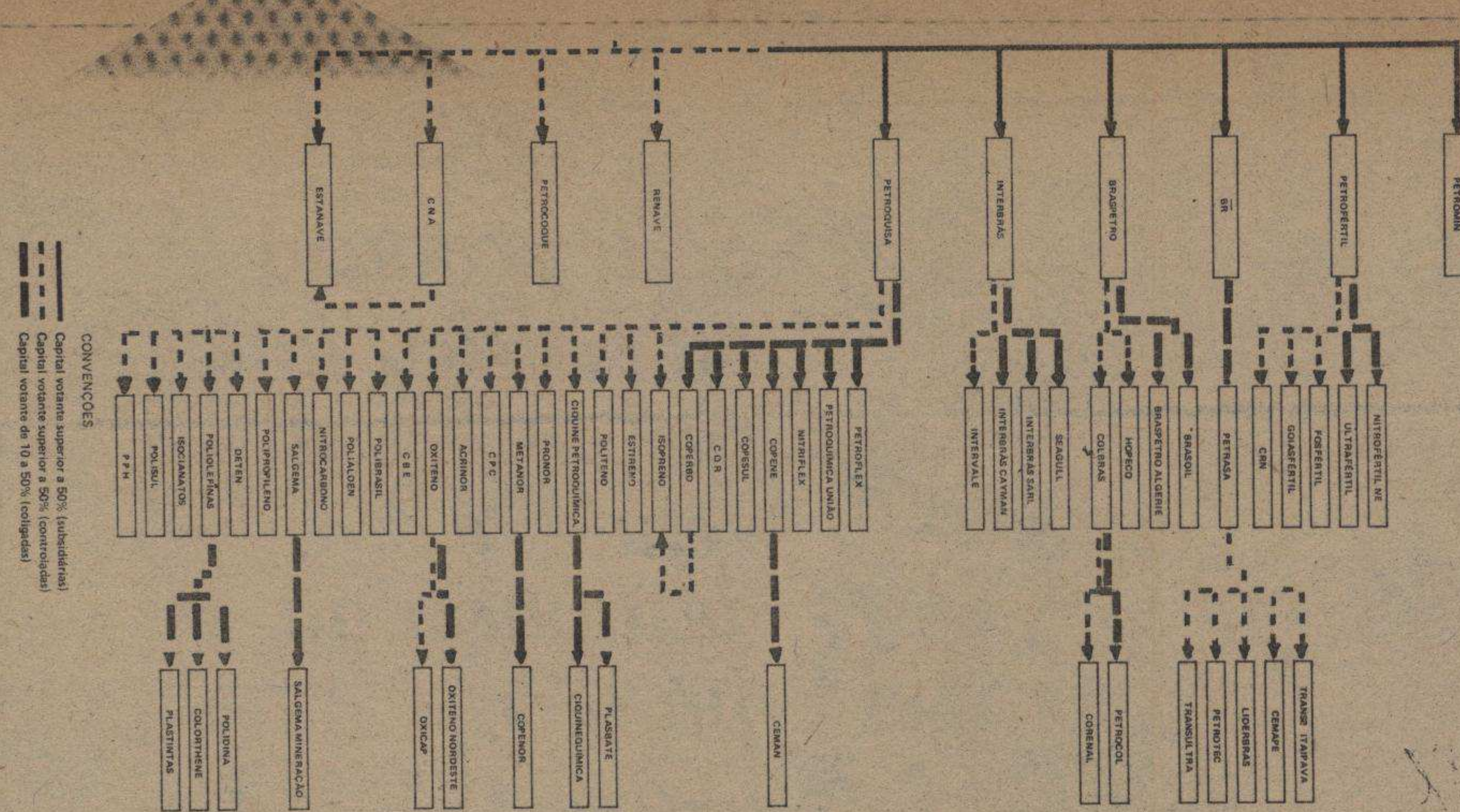
Em 1979, a Petrobrás começou a montar sua primeira usina de gaseificação de carvão, em São Jerônimo, no Rio Grande. A meta era tirar hidrogênio e monóxido de carbono do carvão (jogando fora o dióxido de carbono e a cinza) e usá-los na fábrica (de 600 toneladas diárias) de amônia, que a Companhia Riograndense de Nitrogenados começou a construir, mais ou menos na mesma época. Outras usinas de gaseificação (para aproveitar também o carvão vapor que sobrava no lavador de Capivari, em Tubarão, Santa Catarina) deram à Petrobrás a tecnologia do hidrogênio.

Como se sabe, o hidrogênio está, agora, sendo tirado da água. Eles pegam a hidreletricidade que sobra quando o consumo cai, quando as fábricas se fecham, nos sábados, domingos, feriados e madrugadas e, com ela (que não custa nada) fazem a eletrólise da água. O hidrogênio é excelente combustível — tem 38 milhões de calorías por quilo, enquanto o velho gás de cozinha mal dava 12 milhões —, com a vantagem de não poluir: "queima" é a combinação de qualquer combustível com o oxigênio do ar, e ao combinar com o oxigênio, o hidrogênio resulta apenas em água pura (H₂O).

Em 1979, como já foi dito, a Petrobrás começou a absorver e a criar a tecnologia que hoje lhe assegura boa colocação, tanto entre as empresas, do mundo todo, que lidam com carvão (de onde o monóxido de carbono — CO — continua saindo para produzir fertilizantes nitrogenados — reage com a água, roubando-lhe o oxigênio e liberando o hidrogênio para a fábrica de amônia) quanto entre as especializadas em hidrogênio (tirado do carvão e da água, e usado como enriquecedor de combustíveis, ou como combustível puro).

Também em 1979 a Petrobrás abocanhava a distribuição de álcool comum (etanol não desidratado). Em maio, ela colocou bombas de álcool em dezesseis postos seus, espalhados em meia dúzia de cidades. Um ano antes, ela havia começado a produzir etanol de mandioca em Curvelo, Minas Gerais, e se ainda não conseguia fazer 60 mil litros por dia, como queria, era por falta de mandioca e de senso de brasilidade: em vez de incentivar pequenos agricultores a formarem cooperativas de fornecedores de mandioca para sua usina, contratou dois fornecedores — Plantar e Veredas — ligados a poderosos grupos multinacionais (Ludwig e Betlehem Steel). E eles não cumpriram o trato.

Mesmo assim, foi por aí que a Petrobrás entrou na área do etanol (que antes só era consumido anidro, misturado com gasolina) e do metanol. Esse último foi decorrência do primeiro. Para cada litro de álcool etílico (etanol) lançado na praça, as usinas lançavam 13 litros de vinhoto nos rios. Vinhoto só servia para poluir e matar peixes, "azucrinando" mais ainda a vida dos pescadores, já privados de seu óleo diesel (com aquela história de só poder comprar de cem litros para cima).



Quando a mortandade de peixes começou a aumentar demais o problema da fome no país, resolveram ver o que dava para tirar do vinhoto. E descobriram que vinhoto podia render ração animal (proteínas), fertilizantes e metanol — o álcool metílico, perigoso veneno e excelente combustível que poderia, também, ser tirado da madeira. E antes mesmo de 1979 já havia muita gente bem esportiva, de olho grande no metanol amazônico. Ah... a Amazônia.

Quem primeiro se meteu nessa história do metanol do vinhoto foi a Eletrobrás. A Petrobrás — alguns anos depois — passou, primeiro, a aditivar gasolinas com metanol (em substituição ao etanol que, não sendo venenoso, oferecia menos riscos ao ser tratado puro, sem mistura, pelo povo). Depois, começou a absorver a tecnologia de derivação do metanol, nessa estranha petroquímica sem petróleo que ainda hoje se pratica.

SURGE O XISTO, RICO MAS DIFÍCIL

Na área do xisto, as pesquisas da Petrobrás começaram antes da própria empresa. Já em 1950 era criada uma Comissão Industrial do Xisto, diretamente subordinada ao Estado Maior do Exército. Ela estudava o aproveitamento do xisto do Vale do Paraíba. A questão do xisto é apenas de balanço energético. Gasta-se energia para aquecer o xisto a ponto de evaporar e capturar todos os fluidos contidos em seus poros.

O xisto do Vale do Paraíba tinha 30% de umidade. Só para evaporar essa água já se gastava quase tanta energia quanto a que seria gerada, depois, pelos fluidos combustíveis tirados dele. Então não dava. Em 1970 (quatro anos depois de o ministro Mário Thibau, das Minas e Energia, ter tirado o xisto do monopólio estatal), a usina se transferiu do Tremembé (SP) para São Mateus (PR). Em 1972, a usina piloto começou a funcionar com o xisto da formação de Itati.

Itati era a maior formação de xisto do Brasil. Começa em Goiás, passa por Minas, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande e segue até o Uruguai, como uma cobra que às vezes afunda, outras aflora, mantendo sempre uma largura aproximada de seis metros. Quando aflora não presta, por ficar muito úmida. Quando afunda também não, por ser muito cara a escavação, e por tornar mais problemática a arrumação dos rejeitos. Cada tonelada de xisto que entra na retorta rende 74 quilos de óleo, 32 de gás e de enxofre, 17 de água de formação, cinco de água não molecular (no caso de São Mateus) e 870 quilos de rejeitos, que têm de ser enterrados novamente.

O US Geological Survey estimava, em 1979, que a formação de Itati encerraria 800 bilhões de barris de petróleo sintético. A Petrobrás preferia só falar nas reservas já medidas. Nessa formação, até 1979, a Petrobrás havia cubado quatro áreas: São Mateus (64 quilômetros quadrados com 560 milhões de barris contidos), São Gabriel (84 quilômetros quadrados com 240 milhões de barris recuperáveis) e D. Pedrito (191 quilômetros quadrados com 463 milhões de barris recuperáveis). Em 1979, começava a cubar Papanduva-Três Barras. Isso, só na formação de Itati. Havia ainda outras formações, como a de Marauá (BA), Santa Brígida (BA, AL), Santana (CE), Curuá (PA, AM, AP), Codó (MA)...

Em 1979, seguiam céleres os trabalhos da montagem da usina industrial da Petrobrás em São Mateus. A Mendes Júnior se instalava na área, para construir as dependências, enquanto a Usimec prometia entregar a primeira das vinte retortas rapidamente, para não furar o

cronograma da Petrobrás. Por ele, essa primeira retorta estaria, antes de 1981 acabar, rendendo 2,5 mil barris de óleo por dia. Quando estivessem funcionando as 20 retortas, São Mateus ficaria produzindo 50 mil barris diários de óleo (menos três mil queimados na própria usina, juntamente com os 1,86 milhão de metros cúbicos de gás natural, produzidos e queimados diariamente nela), 900 toneladas diárias de enxofre e 500 toneladas por dia de gás liquefeito de petróleo — esse GLP queimado nas cozinhas.

Relendo velhas anotações e os jornais da época — 1979 — verifica-se que a Petrobrás seguia para o futuro, aparentemente, sem dar-se conta. Que seguia, era evidente, pois desenvolvia ou absorvia o know how — como se dizia então —, para produzir gás de carvão, hidrogênio, óleo do xisto, álcool etílico da mandioca, e metílico do vinhoto, e etc.

ABRIRAM 15 POÇOS, TODOS SECOS

Hoje, o que sobra da Petrobrás? Exatamente os departamentos e as filiais detentoras de mais tecnologia. A Petrobrás Distribuidora está aí distribuindo etanol, metanol, lubrificantes minerais e vegetais, além de toda espécie de combustíveis, exceto os nucleares. A Petrobrás Mineração, com a tecnologia da perfuração e da prospecção petrolífera, também vai muito bem, procurando minérios. E assessoria a Braspetro, no exterior.

A Petrofértil também está aí, abastecendo diretamente, ou por suas subsidiárias, os fabricantes de adubos. A Interbrás continua usando sua "tecnologia de mercado internacional" para vender de tudo que o Brasil dispõe. A Petroquisa — cujo nome deverá ser mantido, pois ainda trabalha com petróleo, entre outras matérias-primas — também vai muito bem.

O pai de tudo é o Cenpes — Centro de Pesquisas Leopoldo Miguez — da Petrobrás. Já em 1979, com sete anos de vida efetiva, o Cenpes era uma das maiores "fábricas de tecnologia aplicada"

do Brasil. E hoje é fácil ver que o maior patrimônio da Petrobrás, quando de seu 25º aniversário, era a sua tecnologia, e não seu monopólio. Hoje se vê.

Em 1979, porém, não se via. Ou fingia-se não ver. E aí estava o maior perigo, a maior ameaça. Enquanto os nacionalistas mais afoitos malhavam o entreguismo dos contratos de risco (um tipo de concessão com roupa nova), o monopólio era roído pelo cerne.

Desde que o presidente Geisel autorizou a Petrobrás a assinar tais contratos, na noite de 25 de outubro de 1975, até a metade do ano de 1979, as multinacionais fizeram quinze poços (a US\$ 8 milhões cada, em média). Todos secos. No mesmo período, só na bacia de Campos a Petrobrás descobriu os campos de Badejo, Namorado, Enchova, Pampo, Cherne e um outro, que ainda não estava batizado, seis meses depois. Só na Bacia de Campos.

Mesmo assim, o maior alvo dos nacionalistas continuava sendo o contrato de risco, que ameaçava a posse do petróleo monopolizado. Poucos viam a fila de engenheiros sair da escola, entrar na Petrobrás, fazer seu curso de especialização na empresa e seguir em frente, rumo às outras empresas, principalmente multinacionais, que ofereciam salários melhores, até três vezes maiores do que os do monopólio estatal.

Claro: uma empresa com 45 mil empregados não consegue mesmo, como diziam alguns de seus diretores em 1979, "administrar gênios". O formando passava pelo funil — quatro mil candidatos para 40 vagas, por exemplo — e fazia os cursos da Petrobrás. Depois, começava a trabalhar ganhando salário mínimo profissional (dez salários mínimos) mais 30% de adicional de periculosidade. Tudo dava uns Cr\$ 29.250,00 bruto.

Até que não estava mal, para um estrepante. Mas logo ele se informava, dentro da empresa, e descobria que o salário de outros engenheiros, admitidos na Petrobrás quinze anos antes, não passava de Cr\$ 70 mil. Por isso, não tinha motivos — além dos políticos ou ideológicos — para permanecer na Petrobrás depois de receber uma proposta de ganhar Cr\$ 60 mil mensais em outro lugar.

Essas propostas levavam, evidentemente, os melhores. E a incapacidade de "administrar gênios" — que não cabiam dentro dos rígidos cronogramas de promoção dos quadros da empresa — ameaçava tornar a Petrobrás, no início da década seguinte, uma administradora de mediocridades e de idealistas — dois grupos distintos que pouco ou nada tinham a ver um com o outro.

E, se em 1979, as bases da Petrobrás estavam ameaçadas pela mediocridade, as cúpulas já estavam bem infiltradas. O novo Governo, empossado naquele ano, nomeou, para presidir a empresa, o ex-ministro das Minas e Energia, Shigeaki

(continua)

ASSINE EMBAIXO

Faça agora sua assinatura do **O RIO GRANDE Semanal** e receba em casa, semanalmente, a melhor informação.
O RIO GRANDE Semanal é mais uma realização da **COOJORNAL**.



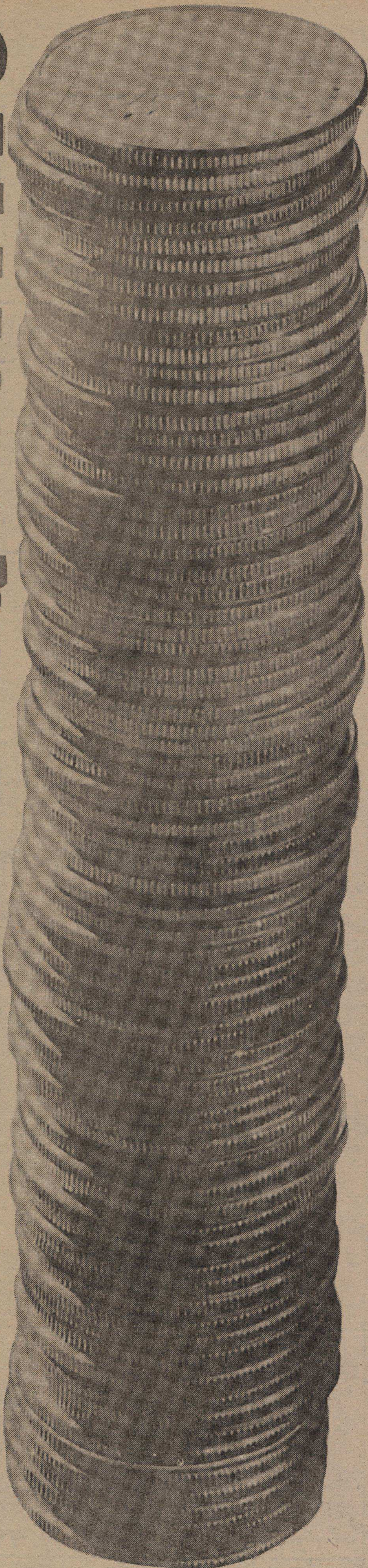
NOME
ENDEREÇO.....
CIDADE..... CEP.....
ESTADO.....

Marque com um X a sua escolha.

- Cr\$ 680,00 Assinatura anual de O Rio Grande Semanal.
 Cr\$ 800,00 Assinatura anual de O Rio Grande Semanal mais uma assinatura anual do Coojornal.

cooJORNAL® Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre
Rua Comendador Coruja, 372
90000 — Porto Alegre — RS

ALTO PODER AQUISITIVO



Se o produto ou serviço que sua empresa vende é destinado ao público classe "A", utilize uma emissora que convive com a classe "A" nas 24 hs. do dia.

**RADIO
UNIVERSAL
FM STEREO**

Peça sem compromisso a presença de nosso contato pelos fones: 23.80.11 ou 23.07.53 e multiplique suas vendas na classe "A".

Ueki. Houve quem dissesse que Ueki tinha sido escalado para "síndico da massa falida" e para "entregar a Petrobrás". Maldade. Ueki sabia muito bem ser a Petrobrás um bom trampolim para a Presidência da República, e esmerou-se em proteger a empresa.

Uma coisa, porém, ele não conseguiu: aliviar o cabide de empregos. Um diretor do sistema Petrobrás dizia-me, na época: "Antigamente, a gente tinha uma política de ganhar pouco para desestimular os cabideiros. Agora ganhamos bem e tem muita gente interessada em pendurar-se num cargo de diretoria, de superintendência ou de chefia, aqui". Talvez por isso, além de manter cidadãos adrede pendurados, Ueki ainda pendurou mais alguns.

As chances de que acabe a Petrobrás

A brincadeira futuroológica resume-se, no presente artigo, em três chutes dados na abertura e no tom, que prossegue até o final, colocando informações já disponíveis, neste ano da graça de 1979, como se fossem coisas passadas. Dos chutes, pelo menos um não tem a menor chance de acerto: o de que o nome da Petrobrás mude para Sucebrás e, ainda por cima, exatamente pela Lei 4002, número inverso de 2004, o da Lei que criou o monopólio e a empresa.

Já o segundo, até que tem alguma chance, pois a Petrobrás parece realmente ter fôlego para sobreviver à Era do Petróleo, desde que, entre outras coisas, essa Era acabe logo, antes que se acabem, por exemplo, os conceitos hoje vigentes de empresa e de Estado. Este foi, aliás o terceiro grande chute pois antes mesmo de inaugurada a Era do Petróleo, ainda em plena Era do Carvão, já havia previsões do fim do petróleo.

O primeiro poço comercial do Ocidente foi furado em 1858. Oito anos depois, em 1866, a US Revenue Commission alertava para a urgência de se conseguir petróleo sintético, posto que o natural estava para acabar — e daí, até o início da década de 1950, só os Estados Unidos produziram 45 bilhões de barris. As previsões do US Geological Survey, até 1920, não matariam de inveja nenhum horoscopista ou técnico do serviço meteorológico. Em 1885, negou a chance de existir petróleo na Califórnia e, até 1952, a Califórnia tinha produzido nove bilhões de barris. Em 1891, estendia a previsão para o Kansas e o Texas, que nos sessenta anos seguintes produziram 18 bilhões de barris.

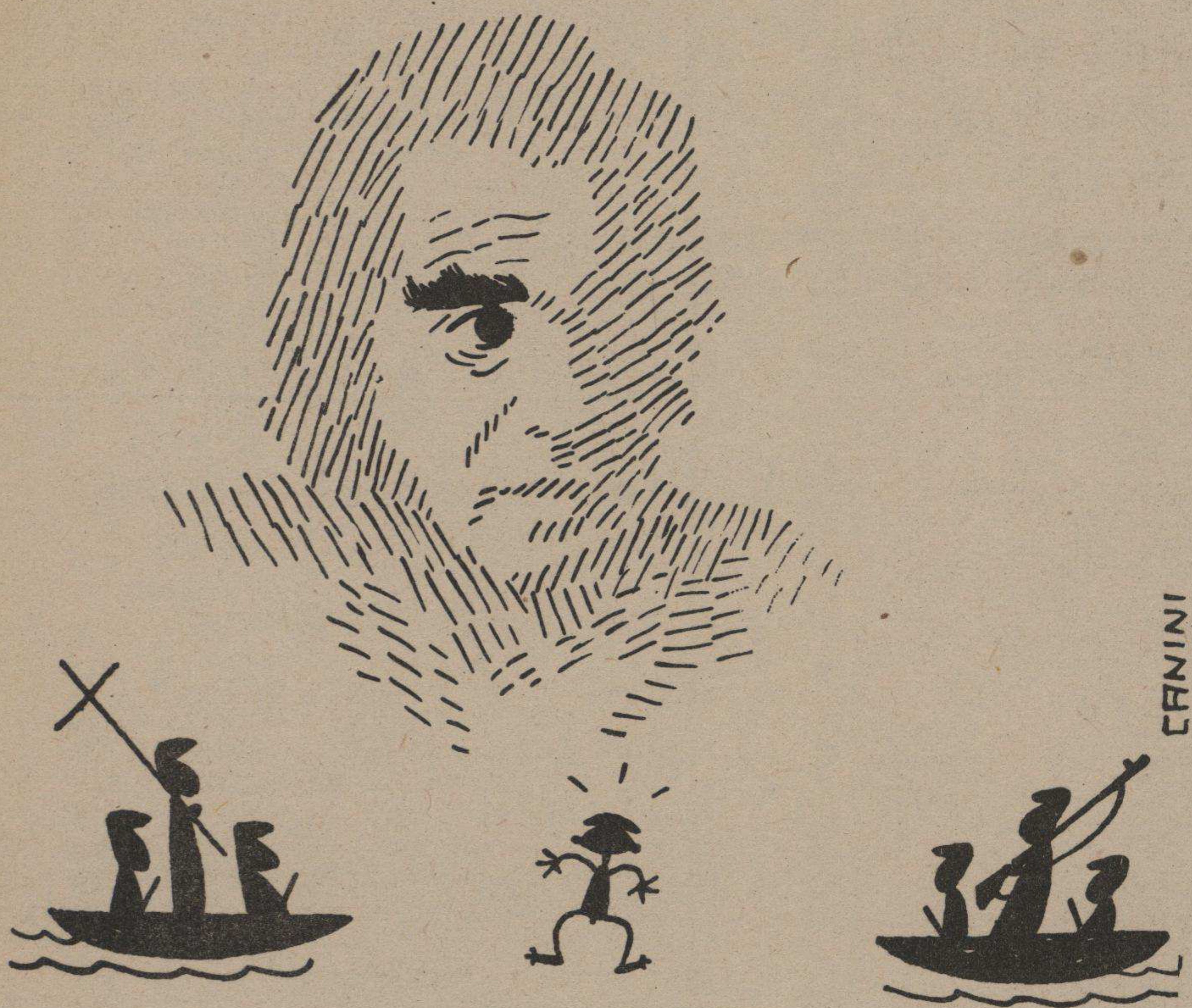
Quiçá, cansado de errar no específico, o US Geological Survey generalizou, por exemplo, em 1908 e em 1920. Primeiro disse que os Estados Unidos só dispunham de mais 22,5 bilhões de barris. Depois, falou da necessidade de importar e de desenvolver sintéticos, pois a produção norte-americana atingira seu ponto máximo. Errou nas duas ocasiões: De 1908 a 1952, os Estados Unidos produziram 43 bilhões de barris, enquanto suas reservas cresciam para 32 bilhões; e, na metade do século, os Estados Unidos exportavam petróleo.

Muitas outras previsões, emitidas pela Secretary of Interior, pelo Interior Department, pela Petroleum Division State Dept. foram desmentidas pelos fatos, nos anos seguintes, e listadas por Erich W. Zimmermann, em 1957, na página 62 de paciente trabalho intitulado "Conservation in the Production of Petroleum".

Hoje, o mundo está cheio de órgãos públicos e particulares que fixam o fim da Era do Petróleo em 1990, ou 1995 ou um pouco mais tarde. Mas já existem métodos de recuperação secundária e terciária de reservatórios, capazes de quadruplicar a quantidade de petróleo retirável de lá do fundo. Há, também, o constante aprimoramento da tecnologia de perfuração que, se hoje permite a ida das brocas a seis, sete quilômetros de profundidade, logo poderá estar conseguindo poços de dez, doze quilômetros.

Ou seja, dentro em breve pode acontecer alguma coisa que torne ridículas todas as previsões atuais. Ao Brasil, resta torcer para que os fatos novos consigam, inclusive, tornar também ridículas as antigas previsões do massacrado mister Link.

(J.R.A.)



Uma conversa "complexa e delicada" com Darcy Ribeiro

Uma conversa com Darcy Ribeiro é sempre estimulante, qualquer que seja o assunto. Imagine-se quando ele fala de um de seus temas preferidos, como acontece neste diálogo que o próprio Darcy definiu como uma "conversa complexa e delicada", entre ele e o repórter Edilson Martins.

Darcy Ribeiro, 42 anos, antropólogo, etnólogo, Ministro da Educação no governo João Goulart, profundo conhecedor dos problemas dos índios brasileiros, e Edilson Martins, 39 anos, jornalista, autor do livro *Nossos Índios Nossos Mortos*, e do recém-lançado *Nós do Araguaia*⁽¹⁾, conversaram durante várias horas. Da gravação, extraímos a matéria que segue.

Edilson — A situação hoje permite (e exige até) que se discuta uma série de questões, que se esclareça uma série de coisas que estão confusas, como por exemplo, o que significa indigenismo, sertanismo, o que é antropologia, o que é etnologia...

Darcy — O tema é muito estimulante, pertinente. Mas não é simples. Vou falar em voz alta, improvisar assim como você. Vamos depois refletir sobre os resultados dessa conversa, delicada e complexa...

Edilson — E a palavra sertanista? Vamos começar por ela?

Darcy — Sertanista é uma palavra muito velha em português. E tem uma tradição péssima. Sertanista é bandido paulista, o bandeirante, ou o guia de bandeirante.

Edilson — Henrique Dias, Felipe Camarão, Domingos Jorge Velho, que massacraram rebeliões negras e aldeias inteiras, eram bandeirantes, sertanistas...

Darcy — Eles iam pelo sertão adentro, no exercício de sua profissão, que era caçar índio pra vender. Centenas de milhares de índios foram caçados para serem vendidos, sobretudo quando o açúcar dava pouco dinheiro... Em todo o

período colonial os índios foram vendidos e viviam na condição de escravos. Havia caçadores de índios, como havia caçadores de negros na África. Cálculo que não entraram no Brasil menos de 11 milhões de negros. E pelo menos cinco milhões de índios foram apanhados, apesados, amarrados e entregues ao capataz da fazenda nestes quatro séculos.

Edilson — Essa gente, os caçadores de índio e negro, virou herói em nossa historiografia oficial. Os assassinos de ontem...

Darcy — O sertanista tinha duas tarefas básicas: ele caçava índio para vender ou caçava negro para matar. Matar o negro quilombola, o negro já brasileiro, que não tinha medo do mato, que fugia pro quilombo, onde podia escapar da escravidão. Os paulistas sérios eram aqueles sertanistas, como Domingos Jorge Velho, que iam pro sertão pra acabar com os quilombos. Acabar em dois sentidos...

Edilson — ... não só apressar para revender ou devolver aos antigos donos, que financiavam essas expedições...

Darcy — ... como também para matar. O Domingos Jorge Velho, numa de suas expedições, trouxe quatro mil orelhas de negro. Para mostrar que acabou com um quilombo qualquer, em algum lugar de Goiás. Eram quatro mil orelhas, salgadas e secas. Isso mostra a barbaridade da figura do sertanista.

Edilson — O Domingos Jorge Velho comandou as últimas expedições que finalmente destruíram Palmares, a maior resistência negra de que este país tem notícia. Palmares resistiu quase 100 anos. A mulher de Domingos Jorge Velho, após sua morte, insistiu junto à Coroa, no sentido de receber as terras que haviam sido prometidas a seu marido pela destruição de Palmares.

Darcy — A designação que os jesuítas davam a esses paulistas era terrível: **mamelucos**. Com isso se indica a mistura de índio com branco. Mameluco é uma palavra árabe, turca, que designa aquela criança que turcos e árabes tomavam nas áreas dominadas por eles e levavam para as casas-criatório. Eram crianças de dois, três e quatro anos. Nestas casas eles criavam escravos como quem cria ca-

valos, com os mesmos cuidados. Essas crianças eram castradas, transformadas em eunucos e aproveitadas segundo suas habilidades. Tomavam conta do harém, prestavam serviços domésticos. Ou podiam ser transformadas em cavaleiros; os janízaros, que iriam atacar seu próprio povo. A expressão, portanto, está contaminada de um sentido de violência e opressão.

Edilson — Nos primeiros séculos do Brasil-Colônia os mamelucos eram usados para conter a revolta contra o opressor europeu, fosse ela desencadeada por índios ou por negros. A ferocidade dos mamelucos (índios aldeados ou negros alforriados) contra seu próprio povo ficou célebre.

Darcy — No Brasil, os mamelucos eram as crianças que nasciam de um ventre de índia, prenhada por branco, mas que não se identificava com a mãe e sim com o pai. E que virava vingador e opressor do gentio materno.

Edilson — Há exceções honrosas, graças a Deus. Vide o caso de Vicente Ferreira de Paula, que chefiou a República Cana e que radicalizou a luta dos oprimidos de sua época, sem trair a causa de seu povo. Era filho de um padre com uma negra. Ele optou pelo gentio materno.

Darcy — Quase não entrou mulher européia no Brasil. Nós somos todos filhos de mulher indígena. Quase todo o brasileiro tem uma carga imensa de sangue indígena. O que chamamos de "o branco brasileiro" não passa de indígena. Do ponto de vista racial, a minha cara, como a sua cara, é uma cara negro-índia, muito mais do que européia. Pois bem: o mameluco é esse. O traidor do gentio materno. Esse é o paulista antigo, esse é o bandeirante, o sertanista. Ele possuía essa técnica terrível de, com arma de fogo, com cães, aprisionarem os índios. Havia várias técnicas de aprisionamento, como, por exemplo, cercar aldeias, prender mulheres e crianças, de tal forma que os homens viessem em socorro.

Edilson — Ainda hoje os paulistas reverenciam a condição de sertanistas de seus antepassados e se orgulham, no presente, de participarem do devassamento do Centro-Oeste e Norte da Nação. Devassamento que, em sua gana, comprometimento com o lucro e indiferença humana, revela um profundo e visível paralelismo com os bandeirantes e sertanistas de todo o período colonial de nossa formação social.

Darcy — Muito depois, a palavra *sertanista* veio a ser usada em expedições geográficas, para demarcação de fronteiras, por exemplo. A palavra foi se dig-

"Sertanista era um sujeito que voltava com quatro mil orelhas de negro na bagagem"



nificando, até que chegou nos irmãos Villas Boas.

Edilson — Rondon, num certo sentido, também teria sido um sertanista...

Darcy — Rondon também foi chamado de sertanista. Mas no caso dele se aplicava mais a palavra expedicionário. Acho que o termo é mal-aplicado também para o caso dos irmãos Villas Boas. A atitude solidária deles com relação ao índio faz deles indigenistas. Essa palavra foi introduzida no Brasil nas últimas décadas. O que existe na tradição brasileira é a palavra **indianista**, que são aqueles que escreviam romances e poesia sobre os índios. Indianistas foram José de Alencar e Gonçalves Dias. Uma escola literária que, de fato, não queria saber de índios. Surgiu porque o brasileiro — com muita vergonha de ser mulato, de ser descendente de negro — queria passar por descendente de índio...

Edilson — Esse tem sido um fenômeno universal. Ninguém quer ser descendente de uma etnia escrava.

Darcy — ... então, dezenas de famílias mudaram seus nomes e adotaram sonoros nomes indígenas. Moda copiada da Europa, que começava a explorar na literatura romântica a figura do índio, um índio cheio de nobreza, de qualidades excelsas e superiores. É preciso lembrar que no ano em que Gonçalves Dias escreveu seu grande poema *Os Timbiras*, esses índios, em Caxias, sua terra, estava sendo contaminados propositalmente com varíola. Eu não sei se ele se preocupou com isso. O que ele fez foi tirar dos Timbiras algo que servia para a sua glória literária, dando-nos uma imagem de que o Brasil se orgulhava de ser Timbira e não negro.

Edilson — Uma origem indígena recomenda melhor do que uma origem negra...

Darcy — A própria identificação de Gonçalves Dias, um mulato, com os Timbiras é uma identificação compensatória para não passar por negro. Essa foi uma vergonha que ele e muitos outros brasileiros tiveram durante décadas. É uma coisa tremenda em nossa história... Nós somos um povo mestiço, de índios e de negros, e temos muita dificuldade de aceitar nossa negritude. O primeiro modo de aceitar a negritude foi a indianidade. Foi adotar a idéia de que somos índios. Em cada família há uma pessoa dizendo que a avó foi apanhada no laço...

Edilson — Eu nunca ouvi ninguém dizer que, em lugar da avó, foi o avô.

Darcy — ... mas nenhuma avó foi apanhada no laço. A avó foi comprada no porto, procedente da África. Nós também somos africanos, mas não assumimos. Agora é que o brasileiro começa a ter orgulho disso, porque o negro, não só aqui, mas no mundo inteiro, começa a ter consciência de que é bonito.

Edilson — Vamos falar agora dos indigenistas...

Darcy — O termo nos veio do México e dos países pan-americanos, onde ele designava pessoas que se dedicavam à proteção do índio. No Brasil, essa tradição começou com Rondon. O general Rondon era uma figura extraordinária. É menino do Mato Grosso, filho de índio Bororó, entra na escola Militar no Rio, com grande talento, vai ascendendo e chega a ser lente de Astronomia. Num certo momento adere ao positivismo, como filosofia e como religião e, quando se converte à religião positivista de Augusto Comte, se nega a continuar como lente na Escola Militar. Pede uma tarefa militar numa área em que poderia construir o Exército que propôs Augusto Comte, o Exército do Estado Positivo. Então, sai para construir as linhas telegráficas, que vão ligar o Rio à fronteira com o Paraguai, à fronteira com a Bolívia e depois com o Acre. Na mão de qualquer pessoa isso seria uma tarefa militar. Nas mãos de Rondon foi uma tarefa humanista porque ele era um humanista, um filósofo positivista pelo mato. Ele é o indigenista brasileiro. É o homem que atacado com sua tropa pelos Nhambiquaras impede o revide dizendo a frase célebre: "Nós somos os invasores".

Edilson — A frase não indica uma posição de Rondon em relação aos índios somente. É uma concepção de mundo, como filósofo, perante todos os homens. O positivismo do velho Rondon era ortodoxo, contra qualquer forma de violência, fosse contra índios, fosse entre civilizados.

(continua)

1) *Nós, do Araguaia, trata de violência contra posseiros, peões e a Igreja no vale do Rio Araguaia. É, segundo o autor, um trabalho centrado no bispo D. Pedro Casaldáliga, da Prelazia de São Felix. Editado pela Graal, do Rio.*

Darcy — A partir da linha traçada por Rondon, o indigenismo começa a se constituir numa ideologia de respeito às culturas primitivas: o índio está condenado à ser índio porque não pode ser outra coisa. Ele só sabe viver segundo seus costumes. Esses costumes mudam lentamente. O que temos que fazer não é transformar o índio num não-índio, mas transformá-lo num índio melhor, mais protegido contra as nossas enfermidades, com a garantia da terra em que vivem. Eles, ocupam uma parcela tão ínfima do país que podemos e devemos respeitá-la.

Edilson — Seria pertinente nesse ponto uma retrospectiva da antropologia brasileira...

Darcy — A ciência antropológica aparece no Brasil através de uma figura importante cientificamente. Um homem altamente competente que era diretor do Museu Paulista: Von Ihering, homem de ascendência alemã. Era um antropólogo de alto nível e se enchia de carinho porque os companheiros dele, famílias como a do Geisel, imigrantes que tinham chegado da Alemanha, instalando-se no Rio Grande do Sul ou no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, estavam em guerra porque haviam recebido terras que pertenciam aos índios Xoklen, uma variante Kaingang. E a cada ano apareciam colonos, famílias de colonos, mortos pelos índios.

Edilson — Resultado do massacre do lado de lá, isto é, as dezenas de índios assassinados sem registro ou notícia.

Darcy — As terras não eram dadas a nenhum brasileiro. Eram dadas a estrangeiros porque se acreditava que esses alemães iriam melhorar a raça brasileira. Todo um racismo que vem desde o Império. Ninguém se importava com o índio. O que havia eram os **bugreiros**, bandos de assassinos de índios. Antes de uma colônia alemã, italiana ou polonesa se instalar, esses bugreiros, superarmados, iam na frente, matar índios, limpar o terreno...

Edilson — Na Amazônia esse processo se repete, bem depois e até mesmo recentemente. No Acre, ainda pela década de 40, se tinha notícia das **correrias** que eram grupos de nordestinos armados a serviço de seringalistas e latifundiários. Eles cercavam aldeias indígenas durante a noite. E ao raiar do dia atacavam, destruindo tribos inteiras. Ainda hoje, quando se ouve essas histórias espalhafatosas de que se contactou uma tribo com índios de olhos azuis, índios de cor não mais amarela, estamos diante da memória concreta desse período. Os índios se defendiam. E não havia outra alternativa. Atacavam as **colocações** — casas de seringueiros — levando muitas vezes crianças e mulheres brancas, filhos de cearenses, pois precisavam aprender o manejo das armas de fogo.

Darcy — ...o Governo, de vez em quando, proibia os bugreiros de atuar. Num certo momento Von Ihering, comovido com o **drama dos colonos**, chegou a publicar um artigo reclamando do Governo uma solução. Isso foi em 1908. Ou bem se decidia que aquela terra era dos índios e se renunciava à colonização européia; ou bem se aceitava a tarefa da civilização e se limpava o mato de tanto índio mandando as tropas do Exército acabar com essa gente. A colocação dele foi tão brutalmente posta que causou grande escândalo. Bugreiro sempre houve, mas ninguém nunca dizia, conforme a moda bem brasileira. Mas quando alguém, diretor de um museu, antropólogo, propõe que o Exército acabe com essas populações, aí se deu uma briga muito grande. E em função disso foi criado o SPI, (Serviço de Proteção ao Índio), em 1910. O SPI foi criado contra um antropólogo, contra uma antropologia muito bandida, que é a mesma que defendia o racismo e que explicava o atraso brasileiro pela mistura de raças. Uma antropologia antiindígena...

Edilson — Enfim, uma antropologia a serviço do colonialismo...

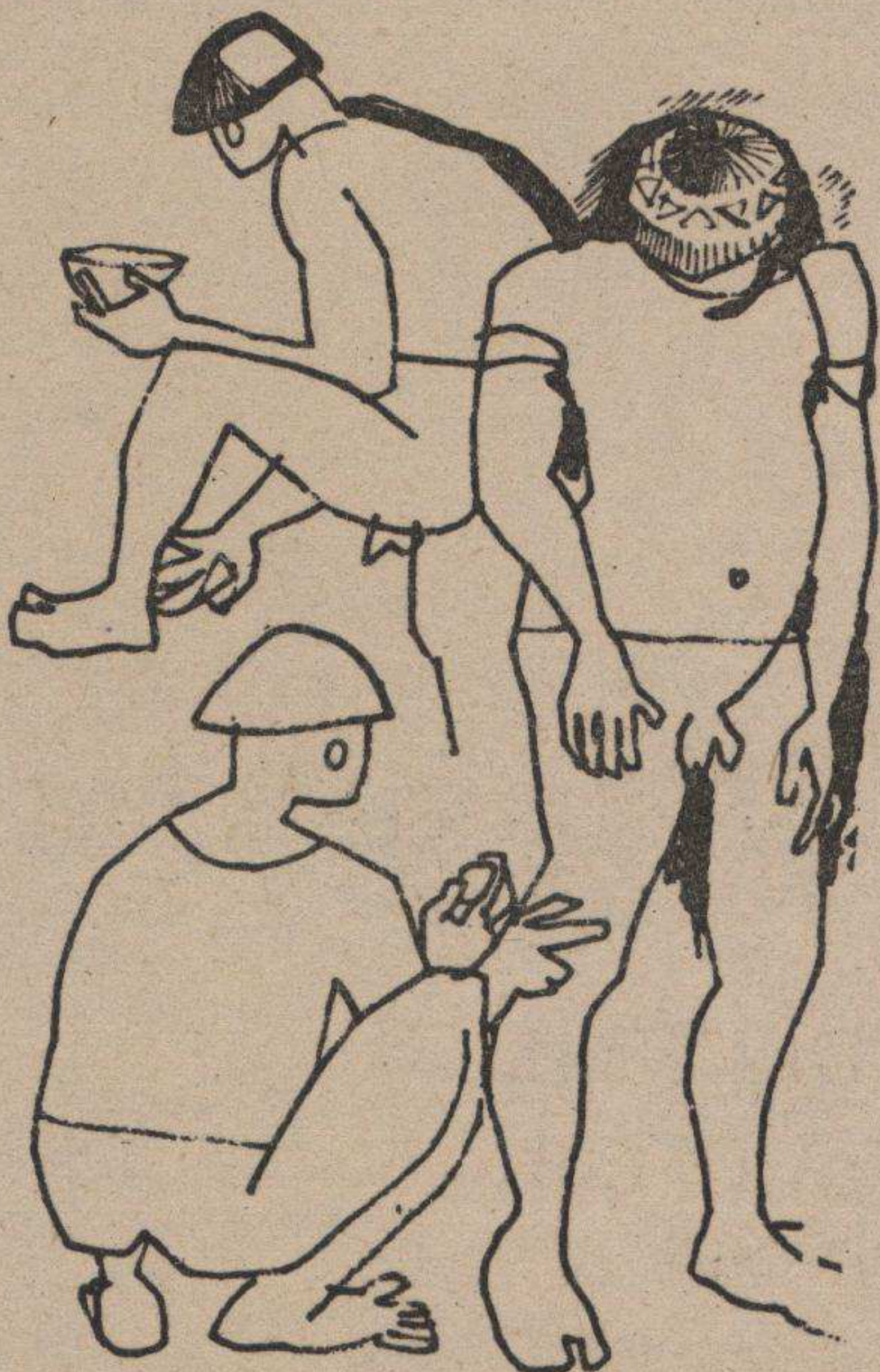
Darcy — A tradição da antropologia, portanto, não é nenhuma flor que se cheire. São os europeus que vinham aqui estudar os índios como bichos, num meio estranho. Vieram alguns com grandes qualidades, como cientistas, mas desinteressados pelo índio como destino. E considerando que era fatal o desaparecimento dos índios. Alguns até com postura racista, o que influenciou muito a **inteligência brasileira**. O Brasil viu o racismo como sendo a melhor teoria européia da época.



Edilson — Interessa dizer que Os Seretões, de Euclides da Cunha, um dos monumentos da nossa literatura no século XX, é também um monumento ao racismo.

Darcy — O que a Europa exportava para nós, para explicar o nosso atraso, era curioso. Primeiro: Trópico não dá civilização. Segundo: com um povo misturado, com tanta presença de negro e índio, não dava mesmo, diziam eles. Essa explicação européia escondia o fato real: que o nosso atraso se devia à exploração colonial e à exploração classista. Mas isso convinha também à classe média brasileira. A teoria racista trazida pelos europeus desviava a atenção para o clima, para a raça, para a tradição, para a colonização portuguesa, etc. O SPI portanto, começa sem conhecer a palavra indigenista. Havia uma ação de proteção ao índio, que era uma ação do tipo positivista. É que entra em choque com outra ideologia protecionista, que era a das missões religiosas. Até então toda a proteção aos índios se dava através das missões. Mas as missões eram da Igreja antiga, da Igreja pré-conciliar, que era a Igreja ocidentalizadora. A função dela era de uma intolerância total, de acabar com as heresias, destruir os feiticeiros indígenas, acabar com a falta de vergonha

“O primeiro antropólogo do País pediu intervenção do exército contra os índios”



“A idéia do Parque do Xingu era preservar um pedaço do Brasil de ontem para os brasileiros do ano 3.000”

das grandes malocas indígenas. Eles não compreendiam que dentro dessas malocas havia uma série de regras muito precisas de relações sexuais, de casamento.

Edilson — Nas primeiras décadas da descoberta da América discutia-se muito se o índio teria alma ou não, se o sangue derramado por Cristo os absolvera do pecado original, se podiam ser utilizados como mão-de-obra escrava ou não. A Igreja se envolveu calorosamente nessa discussão...

Darcy — Os missionários queriam acabar com as grandes casas indígenas e fazer pequenas casinhas para famílias unicelulares. E exerceram, apesar disso tudo, um papel positivo num determinado plano. Era melhor ter um missionário, que protegia almas, do que um fazendeiro, que matava. Mas o missionário no geral, era intolerante e opressor. Só com João XXIII é que a Igreja muda de atitude.

Edilson — A que altura se pode localizar o surgimento de uma antropologia interessada nos índios como destino?

Darcy — Cheguei a ter um nome internacional publicando artigos sobre mitologia, sobre parentesco, sobre arte indígena, coisas que interessavam à ciência internacional. Mas, aos poucos, fui sendo ganho pelos índios, comecei a me interessar por eles em termos de destino. E comecei a perceber que os problemas de aculturação e de integração eram mais importantes que as questões de mitologia, parentesco e arte. A antropologia brasileira não é nada do que posamos nos orgulhar. Posso dizer que eu fiz uma etnologia que, a certa altura voltou-se para o índio para ampará-lo. O Eduardo Galyão (etnólogo falecido recentemente), achava que a tarefa dele, como antropólogo, era organizar o Serviço de Proteção ao Índio.

Edilson — Isso deixa bem claro que a FUNAI, que está aí, oriunda do SPI, é uma vitória de uma corrente progressista, um legado de Rondon. Embora, por outro lado, seja também um braço da colonização.

Darcy — Nós, eu e o Galvão, retomávamos assim a postura de Nimuendaju. Esse Nimuendaju, um alemãozinho que deixou sua terra na primeira década do século — sem curso universitário mas com um conhecimento enorme — e veio para o Brasil, estudar e conviver com os índios Guarani, no Sul do Mato Grosso e em São Paulo. Se chamava Kurt e adotou o nome indígena de Nimuendaju, palavra heróica que os índios deram a ele e que significa construtor de casas, o que ampara, protege. Ele dedicou 50 anos aos índios e a obra de Nimuendaju sozinha é mais importante do que a obra de todos os etnólogos brasileiros juntos.

Edilson — Inclusive a sua e a de Galvão?

Darcy — Inclusive. E para vergonha do Brasil, a obra de Nimuendaju está publicada no mundo inteiro, menos aqui. O Museu Nacional recebeu há 30 anos todo o acervo da obra dele, com o compromisso de publicar. E nunca publicou um só volume. Publicam uma porção de bobagens, mas não publicam a obra de Kurt Nimuendaju, o homem que mudou o caráter da antropologia brasileira.

Nimuendaju é reconhecido como o autor da obra mais importante de toda a etnologia da América Latina. Isso desde a metade do século, quando morreu... Sentiu que ia morrer e retornou para os índios Ticuna. Ele é importante não só porque deu uma etnologia completa (com costumes, modo de ser, concepção de mundo) das tribos que estudou. É importante porque sua obra é fonte básica para se conhecer fases do desenvolvimento humano. No ano 3.000 essa obra ainda estará sendo republicada.

Edilson — E os antropólogos brasileiros no momento...

Darcy — É uma pena que a maior

parte dos antropólogos brasileiros tenha posto a perder totalmente essa etnologia que deveria ser deles. Em lugar de ir, como Nimuendaju, a uma tribo tentando entendê-la e ver o mundo com os olhos dos índios, dominar a compreensão do mundo deles e dar uma imagem deles, o que os antropólogos fazem é um trabalho de ilustração de teses estrangeiras, de qualquer Levy-Strauss, de qualquer teórico boboca, francês ou americano.

Edilson — Mais uma vez a tão batida dependência cultural, as cabeças colonizadas...

Darcy — Dos livros desses antropólogos não vai ficar nada. Porque é um exercício de aplicação local. De puxa-saquismo com respeito a teorias vindas de fora, teorias da moda, que amanhã não existirão mais. E o Museu Nacional e outras instituições estão paradas. Há décadas não refazem as exposições. O Museu Nacional tem agora dez vezes mais antropólogos do que já teve em qualquer tempo, mas as exposições continuam fechadas. O Museu do Índio, que eu organizei, foi transferido para uma casinha em Botafogo. A impressão que se tem é de que o País tem vergonha de suas populações originais.

Uma coisa muito bonita aconteceu recentemente: os antropólogos brasileiros tomaram posição diante da mais recente ameaça que os índios sofreram por parte do Governo e de um ministro genocida, que queriam decretar a emancipação do índio. Essa emancipação se traduzia na capacidade de dissolver tribos como se dissolve uma família. Os antropólogos tomaram posição. Alguns hesitaram muito, tiveram muitas dúvidas, tiveram muita vontade de apoiar o Governo, de apoiar a Ditadura, mas acabaram se manifestando em favor do índio.

Edilson — Vamos voltar ao núcleo da nossa conversa...

Darcy — Temos antropólogos que são inimigos dos índios, temos antropólogos que são indiferentes ao índio e temos antropólogos que estão interessados em aprender do índio. Tiram do índio tudo o que é necessário para fazer suas teses, doutorais, para fazer sua carreira universitária. Muitos nem chegam a entender, não prestam para nada, nem para a cultura brasileira nem para o índio. É o que eu chamo de **cavalo-de-santo**.

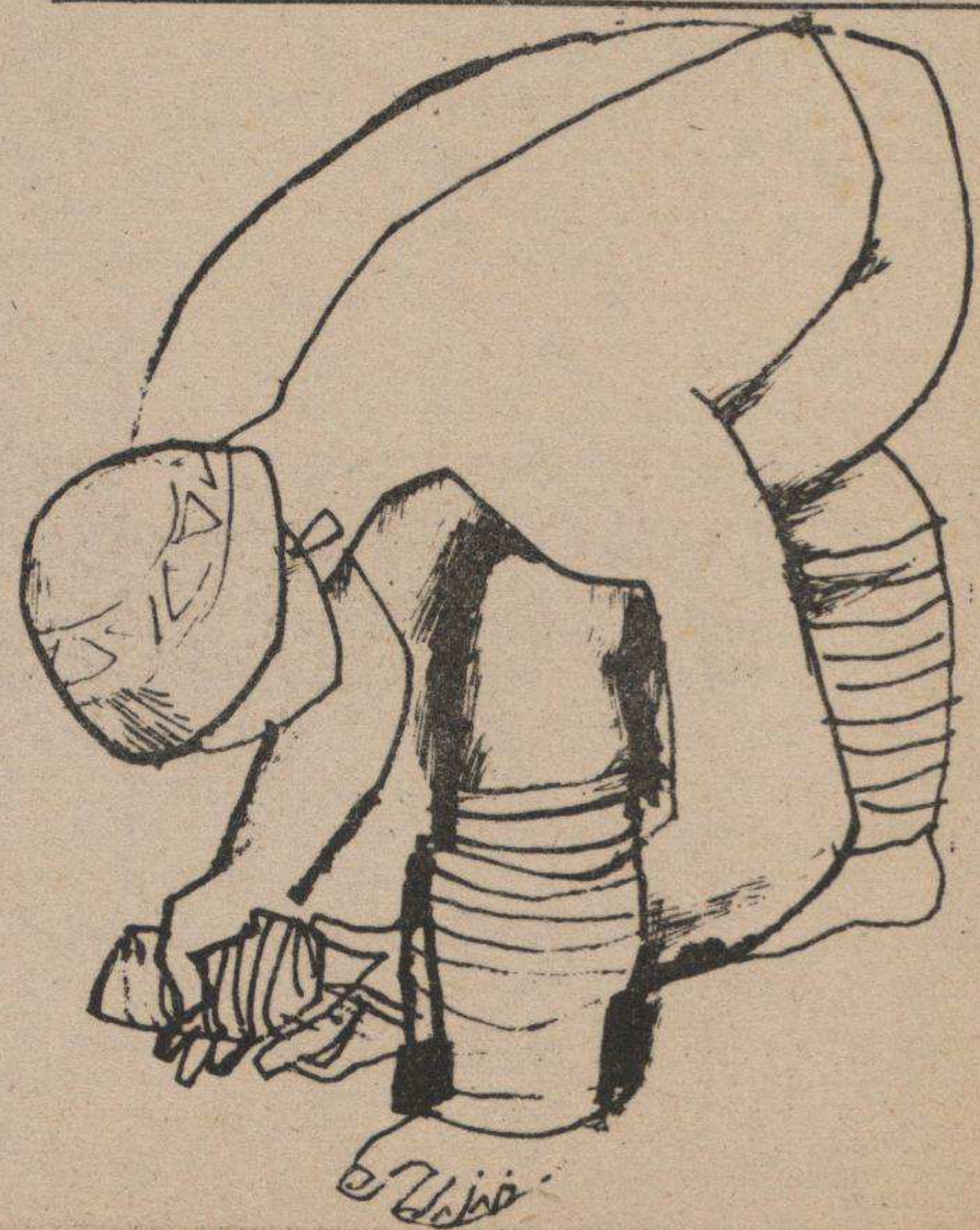
A estupidez de estudar os índios a frio, como cobaias, é tão grande que eu, quando percebi isso, mudei toda a minha atitude. O objetivismo cientificista é tão burro para com o índio que equivale a estudar a forma da família alemã, a moral alemã, em 1945, de baixo dos bombardeios da Segunda Guerra Mundial.

Edilson — O exemplo é exato, preciso. Vale como definição de uma certa antropologia diante da situação atual da população indígena brasileira.

Darcy — Os índios brasileiros estão vivendo como quem se encontra debaixo de um bombardeio, sob ameaça de toda a sorte. A maior parte deles vive fugindo de um lugar para o outro, sem segurança

(continua)

“Precisamos de cientistas que mereçam o nome e não sejam gigolôs de índio”



de teras, ofendidos, humilhados. Considerar que os costumes que se observam agora são os costumes tradicionais — sem se interessar por seu destino, pela condição de vivência, pela opressão que estão sofrendo — é também uma atitude anticientífica.

Edilson — A presença de um antropólogo — nessa fase delicada de confronto de povos primitivos com o mundo civilizado — no Parque do Xingu, à primeira vista, não foi muito feliz. Digo isso porque o índio do Xingu, hoje, está com salário. Seria ótimo se fossem todos, mas só uma minoria recebe salários que chegam a até Cr\$ 15 mil por mês, num lugar onde inexistia moeda. São os que aprenderam a falar tropegamente o Português. E se tornaram funcionários da Funai, chefe de postos. E não são os chefes clânicos. Como você sabe, o índio que tem uma liderança clânica, de grande linhagem, não quer nem ao menos ouvir falar da sociedade envolvente.

Então, em troca de falar a língua, que o resto da aldeia não fala, o índio passa a ter um salário para servir de elo entre os representantes da sociedade envolvente e os índios. Não me surpreende que esse elemento muitas vezes venha a ser manipulado. O salário por prestação de serviços administrativos lhe confere um certo poder.

Já vi um capitão (chefe clânico) pobre, com a esposa doente, procurar auxílio junto ao índio chefe de posto, sem linhagem de chefia, mas rico. Um índio que recebe um grande salário, com os filhos brincando com carrinhos de plástico movidos a pilha.

Darcy — Diante da política da Funai — que destina parte substancial de sua dotação para funcionários civilizados — nada mais justo que o índio também tenha seu salário. Muita gente fica assustada, com a idéia muito romântica de que o índio tem que ficar lá, preservado...

Edilson — O que não é o caso. Queramos ou não, a sociedade capitalista vai envolvê-los. O que eu discuto é o ritmo, a pressa desse processo. Para que não se repita aqui o que ocorre nos Es-

“Quem já viu uma tribo ainda não tocada pela civilização jamais esquecerá a beleza daquilo”



tados Unidos...

Darcy — Fui eu que redigi o projeto do Parque do Xingu, em 1952. Nesse ano se tratava de dar aos índios do Xingu a oportunidade de ter em tempo de algumas décadas para receberem os instrumentos da civilização sem serem destruídos. A idéia era preservar para os brasileiros do ano 3.000 um pedaço do Brasil de ontem. Foi esse argumento que utilizei junto ao presidente Getúlio Vargas.

Edilson - Uma área que seria preser-

vada do incêndio que tomou conta deste país, desde a chegada dos europeus.

Darcy — O Parque do Xingu não foi feito para os índios. O argumento que utilizei foi de que seria um pedaço da Natureza que permaneceria intocado. O Brasil todo se queima, cada queimadura destrói a microfauna, destrói a flora, destrói tudo. Depois fizemos um projeto para nove parques. No governo do Jânio Quadros esses parques seriam aprovados.

Edilson — Com a renúncia, todos eles foram abandonados. E daí pra frente o que se fez foi tentar decapitar o já existente, conforme aconteceu com o Xingu. Hoje o Parque do Xingu tem uma rodovia, antieconômica e ultrajante, cortando sua faixa mais rica, o norte da área.

Darcy — O Parque dos Yanomany seria o segundo a ser aprovado. Essa é uma das maiores tribos brasileiras, tem seis mil índios. E o que fez a Funai e esse Ministro do Interior que acaba de sair, o Rangel Reis? Em lugar de dar a área do parque para os 16 principais grupos Yanomany, ofereceu 16 áreas separadas. A intenção é evidente: dando 16 áreas separadas — ainda que no total a área seja a mesma — os índios vão se sentir isolados e aí entrarão os fazendeiros.

Edilson — A fazenda é equivalente à estrada. Se não for pior. Veja o caso do Parque do Xingu, do Aripuanã e mesmo do Araguaia. O Parque do Araguaia foi desativado. E o de Irapuanã está cercado de posseiros. Em torno do Xingu se criou um cinturão de fazendas.

Darcy — Nos próximos 25 anos, até o ano 2.000, os contatos dos índios do Xingu com a civilização vão se amiar. Então, eles têm que estar preparados para esses contatos. A única forma de prepará-los é ter funcionários adequados, com atitude indigenista, é ter cientista que mereça este nome e que não seja gigolô de índio, como dizia o Noel Nutels.

Edilson — E a participação dos índios na condução de seus destinos?

Darcy — Que o destino dos índios seja entregue a eles mesmo. É o caminho que o Cimi está fazendo: reunir chefes

indígenas para conversar uns com os outros, para tomarem consciência e assumirem suas comunidades. No dia em que isso ocorrer, ficará muito incômodo ser chefe da Funai. O índio vai querer prestação de contas. Atualmente o funcionário da Funai é um todo-poderoso, que decide que será vendida a floresta tal, ou será arrendada a terra tal. E que o dinheiro vai para Brasília. O Governo gasta muito dinheiro com a Funai, mas eu suspeito que a maior parte desse dinheiro é para pagar salários em Brasília.

Edilson — A presença de civilizados — sejam antropólogos, sertanistas, jornalistas, etnólogos — por mais bem intencionados que sejam, terminam por envolver os índios nas ambições, lutas e disputas nossas. É o que está ocorrendo atualmente, parece. Cada grupo garantindo ser o melhor para o índio. E apontando a facção adversária como inimiga do índio. Diante disso, o índio fica perplexo, atordoado, manipulável nas mãos de uns e de outros. Krumari, da aldeia Txucarãmãe, me disse mais ou menos o que você disse: “Civilizado não pode ajudar índio. Civilizado está perdido. Só índio pode compreender índio”.

Darcy — Quem já viu uma tribo não tocada pela civilização, não se esquecerá jamais da beleza daquilo. Todas as nossas utopias socialistas, o que são? São uma vontade, uma vocação, uma inspiração profunda, humana, de retornar a valores que perdemos há seis mil anos, quando as sociedades se estratificaram. Há seis mil anos ocorreu com a Humanidade um passo de progresso muito importante, mas terrível. As sociedades ficaram tão complexas que se dividiram em cidade e campo. Fundou-se o camponês e o cidadão, as classes sociais, o senhor e o escravo, surgiu a cultura erudita e a cultura vulgar.

Quando falamos em socialismo falamos em reincorporar a sociedade, em reintegrar, em acabar com as classes, em fazer outra vez uma sociedade igualitária, dentro da qual a condição humana pode voltar a ser aquela de alegria, de harmonia, de beleza que nós vemos nos índios.

Dica para você aumentar a restituição do seu Imposto de Renda:

aplique na Poupança.

Caderneta de Poupança

Quem poupa conquista o que a vida tem de melhor.



O CHILE, ENTRE DOIS SETEMBROS

DIALÉTICA DE UMA DERROTA (Chile 1970/1973), de Carlos Altamirano, Editora Brasiliense — 286 páginas

No dia 4 de setembro de 1970, os chilenos elegeram o candidato socialista Salvador Allende, para a presidência do país. Foi um dia de festa em Santiago. Foi um dia de festa popular em que "nem um vidro foi quebrado em Santiago".

Também em setembro, dia 11 do ano de 1973, subia ao poder uma Junta Militar, chefiada pelo general Augusto Pinochet, em meio a Milhares de prisões e assassinatos de líderes e militantes populares, entre eles o próprio presidente constitucional, Salvador Allende.

Entre esses dois setembros, o Chile viveu uma experiência inusitada na vida dos povos latino-americanos no caminho do socialismo. Buscou a "via chilena", pacífica e igualitária que deveria levar ao socialismo sem a quebra do quadro institucional mas que ao cabo de três anos desembocou numa tragédia. Quarenta mil pessoas foram mortas "quando o setembro foi da burguesia", como diz Carlos Altamirano, nas observações iniciais de seu livro.

Como foi possível a derrocada fulminante de um sistema político secularmente estável, exemplar na América Latina? As forças populares não dispunham de um sistema defensivo que garantisse a continuidade do processo de transformações? Justificava-se a confiança na postura apolítica e no papel neutro

das Forças Armadas? Quais as insuficiências políticas mais acentuadas? Quais os erros cometidos? Quais as que restavam ao movimento popular?

São perguntas lançadas sobre o passado do Chile, cujas respostas são urgentes para o seu presente e, certamente, para toda a América Latina. Daí a importância do livro de Altamirano, que como Secretário Geral do Partido Socialista chileno, viveu com toda a intensidade esse tumultuado período da história do seu país.

É um livro rico — como rica foi a própria experiência chilena — em que a grandeza de uma autocrítica profunda e honesta transforma a derrota em fonte de ensinamentos e não em refúgio para o descompromisso com o presente e o futuro. É uma análise, desbastada dos sectarismos doutrinários.

O autor parte dos fatos e das experiências vividas pelos líderes, militantes, o povo em geral, para examinar com extrema lucidez e atualidade as diferentes questões com que inevitavelmente se defrontam os movimentos populares, em nosso continente. Desde as questões de ordem tática e estratégica — como a da Unidade Popular, por exemplo, para o acesso ao poder, até as referentes à via para o socialismo e ao papel classista inequívoco das Forças Armadas numa sociedade capitalista, subjugada a um imperialismo feroz, entre outros.

Certamente, serão intensas as discussões em torno das teses de Altamirano em toda a América Latina. Mas também é certo que elas proporcionarão valiosas lições para todos os que se empenham na libertação dos seus povos.

DILAN CAMARGO

Nota da Redação: Na nossa edição anterior saiu apenas o título desta matéria, cujo corpo foi, por equívoco, trocado por outro texto. Perdão, leitor.

PRIMEIRO O PÃO, DEPOIS A MANTEIGA

GREVE NA FÁBRICA, de Robert Linhart, tradução de Miguel Arraes, Paz e Terra, 147 páginas, Cr\$ 110.

O mal-estar da cultura (Freud) se expressa, no caso dos pequenos-burgueses e, principalmente, dos intelectuais, por uma nostalgia do primitivo, do rude do autêntico, à qual se soma a vergonha de ter pão (ou pior, bolo) quando tantos passam fome, de vestir bem quando tantos andam esfarrapados, de andar de carro quando tantos caminham a pé; de ter casa, empregada, discos, livros. Dessa *weltschmerz*, pode se originar a revolta sem propósito, a rebeldia sem causa, ou então a consciência revolucionária que animou um Marx, por exemplo. Mas há outros caminhos. Um deles: tornar-se operário.

Está aí uma experiência pela qual não se passa incólume, um empreendimento que não é para muitos. Não admira que os que o tentaram escrevam depois relatando sua odisséia, como o faz Robert Linhart neste interessante livro, que teve em Miguel Arraes um tradutor — por óbvias razões — inspirado.

Robert Linhart foi trabalhar na Citroën, como antes (em 1934) Simone Weil o fizera na Renault. De suas observações na fábrica, a escritora francesa fez um diário e uma série de textos, que compõem o volume *La Condition Ouvrière* (Paris, Gallimard, 1951). Lamentavelmente não há tradução brasileira deste livro — aliás, pelo que me consta, de nenhum livro de Simone Weil — o que nos priva de conhecer o pensamento absolutamente original dessa mulher de trágica e agitada existência, uma judia que foi anarquista, que lutou na Espanha e morreu católica e mística.

Vejam a coincidência: Linhart e Simone Weil empregam-se numa fábrica de automóveis; no Brasil, são os operários da indústria automobilística os mais inquietos, os mais conscientes. Coincidência? Não. Há uma série de condições nesse tipo de fábrica que propicia uma evolução de *classe em si* a *classe para si*. São grandes concentrações de operários, em grandes cidades, com melhores salários. E fabricando automóvel: o símbolo da mobilidade viária e da ascensão social contrasta, nesta sua potencialidade de movimento, com a impotência e a imobilidade dos operários na linha de montagem.

Essas são as duas coisas que de início chamam a atenção de Linhart: a brutalidade do trabalho físico (brutalidade para um intelectual, claro) e a desumanidade representada pela linha de montagem, não por acaso desenvolvida e aperfeiçoada pelo nazi Henry Ford. Este trabalho em migalhas, como o chama Georges Friedman, se reflete no diário de Simone Weil, na monotonia dos números que enchem páginas e páginas do livro e que representam o número de peças por ela produzidas.

Linhart constata também a discriminação racial a serviço da exploração. As piores tarefas, os menores salários são atribuídos aos trabalhadores migrantes, a vergonha da Europa ocidental.

Para Simone Weil a experiência do trabalho na fábrica é devastadora. Há no trabalho braçal, diz ela, um irredutível elemento de servidão que mesmo uma perfeita igualdade social não apagará. O que é devido, explica (remetendo-nos ao suor do teu rosto) ao fato de que ele é governado pela necessidade... Ora, na natureza humana não há outra fonte de energia que o desejo.

Temos aí presente não só o conceito freudiano de prazer-desprazer, do qual decorre a idéia (desenvolvida por Marcuse) de que civilização é frustração, como também a discutida "natureza humana", da qual Marx desconfiava: "Não vejo o homem, diz ele, vejo operários, burgueses, intelectuais".

Simplista? Pode ser: Mas operativo, também: é a questão da práxis, de transformar o mundo, não apenas estudá-lo.

No caso da fábrica, isto significa luta por melhores salários e melhores condições de trabalho. É a greve. Robert Linhart descreve então um movimento grevista na Citroën, uma guerra em que cada vitória, cada derrota, não são mais que episódios transitórios, nunca definitivos.

Seu livro, bem escrito, é bem mais superficial que o de Simone Weil. As questões fundamentais relacionadas com o trabalho físico — quem vai limpar as privadas quando chegar o socialismo? — não são respondidas. Talvez porque não seja ainda o momento de respondê-las. Afinal, os operários ainda estão lutando pelo pão. A manteiga virá depois.

MOACYR SCLiar

REGISTRO

DOSSIÊ HERZOG, de Fernando Pacheco Jordão. O autor procura reunir toda a documentação disponível sobre os acontecimentos ligados à morte do jornalista Vladimir Herzog, no dia 25 de outubro de 1975, no DOI-CODI do II Exército. Global Editora

A LIBERTAÇÃO DA MULHER. Os autores: Samora Machel, Alexandra Kollontai, J. Posadas, P. Lafargue, Vito Kapo, Soon Ching-Ling e Mai thi Tu. Mostra ao leitor brasileiro as diversas formas revolucionárias de libertação da mulher adotadas em alguns países, como Moçambique, Albânia, União Soviética, China e Vietnã. Editora Global, Cr\$ 90,00

O CORONEL DOS CORONÉIS, de Maurício Segall. A Civilização Brasileira traz em forma de livro essa peça premiada no Concurso Nacional de Dramaturgia do SNT, em 1977. Suas 125 páginas revivem o lendário Delmiro Gouveia, empresário nacionalista, vítima da voracidade de uma multinacional.

A PSIQUIATRIA COMO DISCURSO POLÍTICO, de Antonio Serra, e **OS CARREIRISTAS DA INDISCIPLINA,** de Cristina Rauter Pereira. Dois trabalhos que procuram mostrar aspectos de uma temática cada vez mais importante: a presença política da psiquiatria nas sociedades contemporâneas. Editora Achiamé/Socii, 65 páginas

OS VIVENTES, de Carlos Nejar. De novo o poeta está na praça, com seus versos mexendo com as pessoas. Editora Nova Fronteira

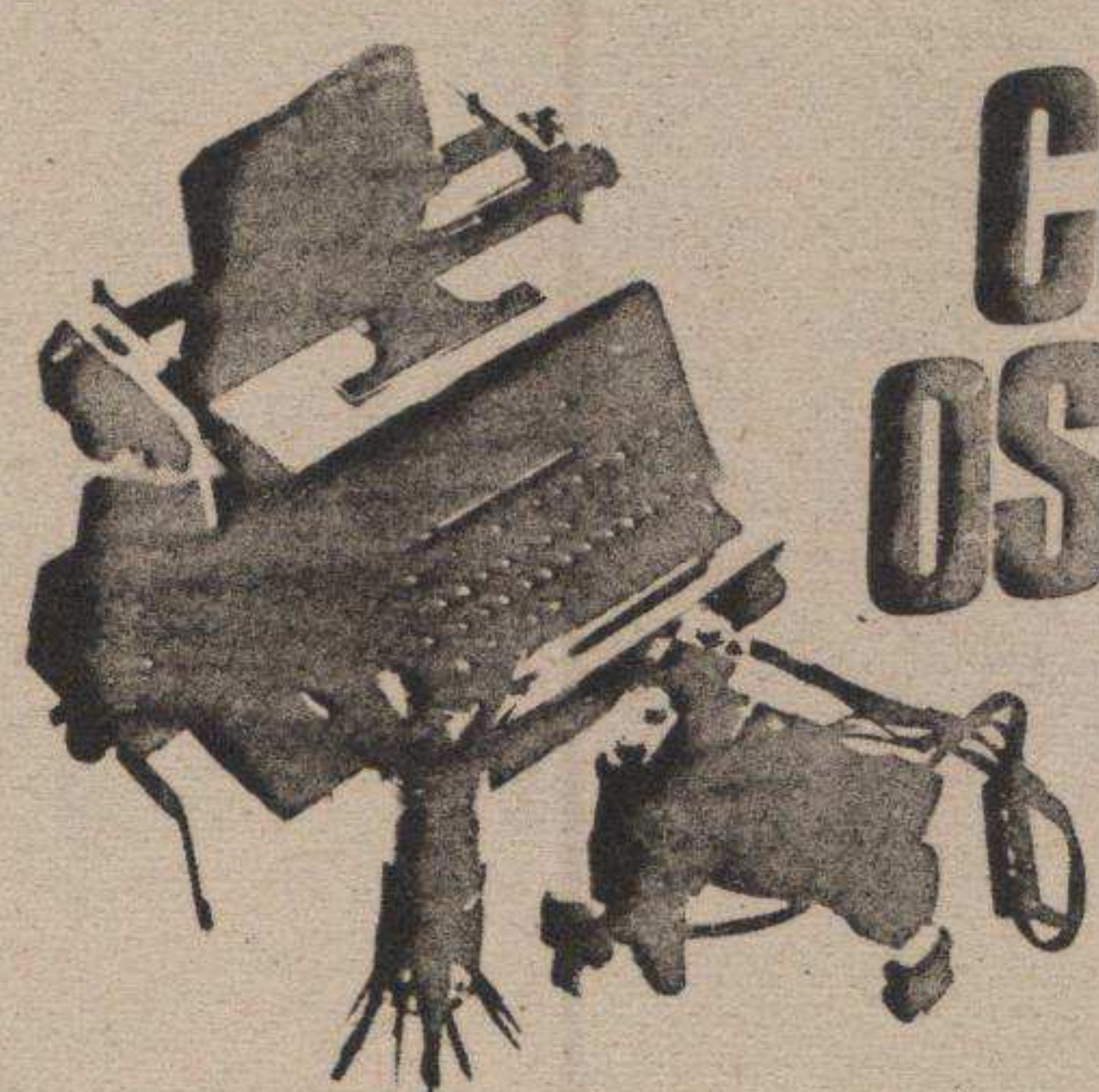
PEQUENA E MÉDIA EMPRESA NO BRASIL, de Henrique Rattner, José Carlos Durand, Leôncio M. Rodrigues e Sérgio Miceli. Na capa deste volume, a sombra de uma corda se projeta sobre um gráfico, com curvas descendentes. Os autores analisam a situação difícil destas empresas no Brasil entre 1963 e 1976 e as saídas encontradas para enfrentar a pressão das multinacionais. Editora Símbolo, 260 páginas.

ELEMENTOS PARA UMA TEORIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO. Finalmente o público brasileiro tem a oportunidade da tradução dessa obra do sociólogo alemão Hans Magnus Enzensberger. Ele conceitua a comunicação de massa como uma *indústria da consciência* e analisa seu poder de manipulação. Editora Tempo Brasileiro

CORDEL E A IDEOLOGIA DA PUNIÇÃO, de Antônio Fausto Neto. Neste trabalho publicado pela Vozes, a literatura de cordel, é considerada enquanto um discurso procedente das classes subalternas, atravessado pela ideologia dominante.

A PESQUISA CIENTÍFICA E SEUS CONDICIONAMENTOS SOCIAIS, de Regina de Moraes Morel. Editora Achiamé/Socii. A segunda parte desse trabalho é dedicada à uma análise da política científica no Brasil, encarando-a como parte de uma política global de intervenção do Estado.

AS LIÇÕES DE OUTUBRO, de Leon Trotsky. O líder da revolução socialista na União Soviética afirma que escreveu esse livro tendo em vista a inexistência de uma única obra que forneça um quadro geral da revolução de outubro. Global Editora, Cr\$ 80,00



COMPRE OS SERVIÇOS DA COOJORNAL

Compre os serviços da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

A Coojornal é a maior equipe de profissionais-jornalistas de todos os setores de Imprensa. Além disso, tem um dos melhores núcleos industriais do estado para a produção gráfica e jornalística.

Conte com a Coojornal em:

Serviços fotográficos
Departamento fotográfico, com laboratório próprio e fotografos com formação jornalística e publicitária.
Arquivo a cores e P&B e serviço de audiovisuais.

Serviços industriais

Nosso núcleo industrial está operando com modernos equipamentos de fotocomposição e fotolitagem, uma completa unidade preparada para atender a necessidade de fotolitos P&B e seleção de cores.
Produção e impressão off-set de material jornalístico, em qualquer tiragem, formato e padrões gráficos.

Serviços gráficos e visuais

Arte, lay-outs, produção de capas de livros, logotipos, folhetos, prospectos, cartazes, programação visual, malas-diretas, etc..

Serviços editoriais
Planejamento, execução e produção de jornais, revistas e boletins de empresas e entidades de classe.
Edição de revistas, livros, jornais, anais, relatórios e quaisquer outras publicações, especializadas ou não.

Consulte hoje mesmo a Coojornal sobre preços, prazos e condições.

coojORNAL®

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.
Rua Comendador Coruja, 372
Fones: 33.5970 e 33.5099 — Telex (051) 6005
90000 — Porto Alegre — RS

POPULISMO E A LUTA DAS MASSAS

O POPULISMO NA POLÍTICA BRASILEIRA, de Francisco Weffort, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

O GOVERNO JOÃO GOULART — AS LUTAS SOCIAIS NO BRASIL 1961-1964, de Moniz Bandeira, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.

BRIZOLA E O TRABALHISMO, de Moniz Bandeira, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.

A análise acadêmica do populismo brasileiro vê o movimento de massas de cima dando receitas sociológicas e filosóficas para o comportamento das massas, que são encaradas como dirigíveis *in extremis*. Assim como as vanguardas políticas que surgiram após 1964 pretendiam dirigir as massas através de seu exemplo prático, impondo uma política na qual os trabalhadores viam muito mais a angústia dos intelectuais de classe média do que a abertura de um caminho para a sua luta cotidiana.

Dizer que o populismo na ideologia reflete a intromissão do pensamento burguês no movimento dos trabalhadores é fincar pé no óbvio. O que importa é saber em que direção se inclinam os trabalhadores (não como objeto de análise, mas como sujeitos de um processo), onde encontram brechas para se expressar de forma autônoma e segundo os seus próprios interesses. Isso, o academicismo, do qual o livro do professor Weffort é típico representante, não se propõe a fazer. O populismo na política brasileira é tomado em bloco, sem contradições, sem o dinamismo que conduziu às grandes lutas do passado, cujas conquistas as massas não esquecem até hoje, através de um conhecimento não escolar da história da qual eles foram os próprios protagonistas.

O outro lado da história, porém, começou a ser resgatado. Alguns intelectuais de esquerda no Brasil começam a se despir dos preconceitos e a escrever sobre um momento do processo, do qual as classes médias parecem se envergonhar, num estranho complexo de culpa. Talvez porque naquele tempo o mundo começava a mudar e o antipopulismo servia de palavra de ordem para as imensas mobilizações da mesma classe média que hoje recusa o sistema autoritário, mas que, não obstante, constituiu a base social necessária para a derrubada do governo trabalhista de 1964.

No lado oposto ao de Francisco Weffort, expressão do academicismo paulista, os dois livros recentes do professor Moniz Bandeira, em boa hora, revelam a outra face do populismo, aquela que as vanguardas e os acadêmicos pretendem deixar de lado, obscurecendo a forma pela qual as massa se expressaram num momento dado da história. A verdadeira análise política e social é aquela que, sob o ângulo da história, foi realizada magistralmente por Marx em *18 Brumário de Luis Bonaparte* e em *A Guerra Civil na França*; por Engels em *A Guerra Camponesa na Alemanha*; por Rosa Luxemburgo em *Greve, Partido e Sindicatos* e em *A Revolução Russa*; por Lenin em *Inumeráveis folhetos*; por Trotsky em *Revolução e Contra-Revolução na Alemanha*; por Gramsci em *Ordine Nuovo* e na *Questão Meridional* para citar apenas algumas das várias obras em que a relação da luta dos trabalhadores com a política, surge não como um objeto de análise de laboratório, mas como uma relação viva e dinâmica na qual é a realidade que forma o nível teórico e ideológico, e não o inverso. O encontro das massas com a ciência não é mecânico e imediato. As mediações muitas vezes exercem um papel determinante entre o movimento de luta real e a consciência, principalmente num país como o Brasil, onde o pensamento de esquerda esteve sempre segregado às classes médias intelectualizadas, apesar de significativas e imensas mobilizações de trabalhadores desde a segunda década deste século.

O livro de Moniz Bandeira sobre o Governo João Goulart, retoma o período

decisivo da IV República brasileira, aquele período tenso, agitado e dramático que vai de 1961 a 31 de março de 1964. O Governo de Jango surgiu, é verdade, como uma tábua de salvação para a crise enfrentada pelo capitalismo brasileiro, mas nenhum Governo consegue expressar os interesses de uma única classe social. No caso de Jango, entretanto, a situação se torna bem mais complexa. Seu programa era feito sob medida para a burguesia brasileira, do qual a expressão máxima era o famoso *Plano Trienal* idealizado por Celso Furtado. Acontece que Jango tomou posse no bojo de um amplo movimento de massas, liderado pelo então governador gaúcho Leonel Brizola. Jango representava, assim uma tênue aliança entre os interesses da classe da burguesia industrial e os dos trabalhadores. Estes, porém, por seus próprios meios, impunham soluções que transbordavam os limites estreitos que os programas e as metas governamentais procuravam impor. Por outro lado, os grandes proprietários rurais e os centros mundiais do capitalismo, descartavam a possibilidade de compor com o programa janguista, atraindo para seu lado as parcelas mais significativas da burguesia brasileira.

Em pouco tempo, amplos setores da classe média passavam à oposição direitista, formando a base social que possibilitaria o golpe contra o Governo trabalhista, que nesta altura tinha como trincheiras apenas os trabalhadores urbanos ainda dispersos, embora o nível de organicidade tenha crescido de 1961 a 1964, e o incipiente movimento camponês. Marx afirma que "assim como não se pode julgar um indivíduo pela idéia que ele faz de si próprio, também não se pode julgar as épocas históricas por suas ideologias". O mesmo vale para os Governos. O Governo de Jango era burguês em termos programáticos, mas em termos de base social o seu conteúdo já naquela altura era bem outro. Significava o último reduto dos trabalhadores, diante da investida reacionária. E foram os trabalhadores que ficaram a seu lado até o fim. A realidade viva empurra para a frente o Governo que surgira da conciliação de classes, sem se preocupar com a forma *populista* assumida nas lutas concretas.

Assim, o livro de Moniz Bandeira sobre o período João Goulart constitui um relato quase jornalístico da gênese e do ocaso do Governo trabalhista, que surgiu de um movimento de massas em defesa da legalidade democrática em 1961 e sucumbiu precisamente através de uma coalizão de classes, que precisava se rearticular para criar uma estrutura política que desse novo impulso à acumulação capitalista.

A segunda obra de Moniz Bandeira completa a primeira, mas relativamente tem mais importância. Brizola. Este é o assunto. A história enfoca através da ação de um indivíduo que nela exerceu e está decidido ainda a exercer um papel preponderante, papel este que pode ser exaltado por seus partidários, ou criticado por seus adversários, mas que jamais pode ser negado. Junto com o exame da vida e da personalidade de Brizola, surge o papel do Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, que se organiza a nível nacional e provoca vivas e importantes discussões na frente oposicionista atual. Moniz coloca neste seu segundo livro citado, uma das questões mais relevantes para a luta dos trabalhadores, hoje em dia no Brasil de 1979: a questão do partido de massas e o papel fundamental a que ele está destinado a representar nos tempos de democracia que se aproximam.

O problema da história retoma então o seu sentido vivo e militante. Os acontecimentos não são analisados com a luta fria e deformante do intelectual de laboratório, mas os fatos surgem diante do leitor com a mobilidade própria da vida. Moniz Bandeira, além disso, desmistifica alguns chavões em voga atualmente na esquerda, como, por exemplo, o já falado *populismo* e a social-democracia. Para ele, em realidade, o PTB preencheu na prática o papel exercido pelos partidos socialistas, sem que isso significasse que tenha igualmente cumprido ideologicamente a função da social-democracia que, pelo menos, nos países europeus, tem sido a de gerir os negócios capitalistas. O fenômeno social-democrata supõe outra realidade, inclusive uma classe operária desenvolvida tanto em termos



organizativos como em termos ideológicos (no sentido cultural). Ora, no Brasil, o caso é bem outro. E é o próprio Brizola, em uma entrevista inserida como apêndice do livro, quem desmistifica este conceito dogmático, pelo menos da forma como está sendo usado no debate ideológico que ora se trava dentro do pensamento de esquerda no Brasil.

Moniz Bandeira ficou longe de esgotar ambos os assuntos, os casos Jango e Brizola. Nem era esse o seu propósito.

Ainda falta muito a dizer sobre isso, mas os caminhos foram abertos. As várias edições atingidas pelo livro sobre Jango, atestam o interesse despertado por este resgate histórico. Trata-se de seguir os rumos na picada aberta pelo professor Moniz Bandeira, procurando preencher as lacunas evidenciadas no trabalho, dentro da perspectiva de que a história escrita para ser verdadeira deve refletir o próprio movimento dos fatos. Então, as lições para o futuro serão aproveitadas, ao contrário dos que pretendem se erguer em doutores do mundo concreto, como receitas definitivas e absolutas, como se fosse a realidade obrigada a se adequar a seus conceitos. É de se esperar que outras obras venham aprofundar questões que apenas foram tocadas, como as relações entre o PTB e as massas, a questão das alianças no pólo dominado e no pólo dominante, a socialização do trabalho e seu conteúdo de classe popular, as contradições do Governo Jango e a desercão em 1963/64 de um significativo setor da classe média das lutas populares, o que possibilitou concretamente a derrubada do Governo. Então, as lutas de hoje ficarão mais claras, com as massas assumindo teoricamente e praticamente um espaço que até há pouco estava ocupado pelos intelectuais pedantes de uma classe média deserdada e bastarda.

Luis Pilla Vares

Os dez dias que abalaram o mundo, a origem do capital, a nova mulher e outros assuntos reunidos numa coleção revolucionária.

COLEÇÃO BASES, da GLOBAL EDITORA E DISTRIBUIDORA. Textos relevantes, acessíveis ao grande público, nos mais diversos domínios, necessários à sua formação cultural básica.

A1 JOHN REED "DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO" 2ª ed.

O mais vivo relato jamais publicado dos dramáticos acontecimentos que tiveram lugar na Rússia em 1917. Cr\$ 90,00.

A2 MAIAKÓVSKI "POÉTICA — COMO FAZER VERSOS"

Trata-se da mais importante obra teórica de Maiaikovski. Cr\$ 55,00.

A3 KARL MARX "A ORIGEM DO CAPITAL: A ACUMULAÇÃO 'PRIMITIVA'"

Mostra objetivamente de que modo teve início o processo de acumulação do capital. Cr\$ 50,00.

A4 MARTA HARNECKER "O CAPITAL — CONCEITOS FUNDAMENTAIS"

A autora assinala com grande precisão a validade teórica atual de "O Capital" e propõe um rigoroso plano de leitura destinado àqueles que se iniciam no seu estudo. Cr\$ 80,00.

MANUAL DE ECONOMIA POLÍTICA LAPIDOS E OS TROVITIANOV

A5 TURGOT "REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS RIQUEZAS. KARL MARX

"TEORIA DA MAIS VALIA: OS FISIOCRATAS" Cr\$ 70,00.

A LIBERTAÇÃO DA MULHER — Machel, Kollontai, Posadas, Lafargue, Kapo e outros

Vários estudos sobre a situação da mulher em nossa sociedade. Um documento de conscientização tanto para o homem quanto para a mulher. Cr\$ 90,00

AS LIÇÕES DE OUTUBRO — Trotsky

Trotsky, neste livro, analisa a revolução russa, estraingdo dela algumas conclusões marcantes. Cr\$ 80,00

A6 ALEXANDRA KOLLONTAI

"A NOVA MULHER E A MORAL SEXUAL" Alexandra, porta-voz de uma visão ideológica de classe. Cr\$ 60,00.

A7 LÉON TROTSKI "COMO FIZEMOS A REVOLUÇÃO"

Os métodos, a organização e a estratégia utilizados na Revolução de Outubro. Cr\$ 50,00

A8 WILHELM REICH "PSICOPATOLOGIA E SOCIOLOGIA DA VIDA SEXUAL" Cr\$ 140,00.

A9 LENIN

"AS TRES FONTES E AS TRES PARTES CONSTITUTIVAS DO MARXISMO" Cr\$ 50,00.

A10 STALIN "MATERIALISMO DIALÉTICO E MATERIALISMO HISTÓRICO" Cr\$ 40,00.

A 11 — V.I. LENIN

"COMO ILUDIR O POVO"

Um vigoroso discurso, no qual o autor procura desmistificar os *slogans* de liberdade e igualdade. Cr\$ 50,00

A 13 — F. ENGELS

"DO SOCIALISMO UTOPICO AO SOCIALISMO CIENTIFICO"

Uma linha definida desde o socialismo como teoria até sua aplicação prática na sociedade. Cr\$ 55,00.

DIFERENÇA ENTRE AS FILOSOFIAS DA NATUREZA EM DEMOCRITO E EPICURO — Marx

Neste ensaio, um Marx ainda jovem tenta estabelecer diferenças entre dois antigos pensadores à luz de seus ideais de liberdade. Cr\$ 70,00

Faça já seu pedido. Peça ainda hoje pelo Reembolso Postal. Preencha o cupom abaixo.

Queiram enviar-me os livros abaixo assinalados com um X:

A1... A2... A3... A4... A5... A6... A7... A8... A9... A10... A11... A13
 NOME:
 RUA: BAIRRO:
 CIDADE: CEP: ESTADO:

Global Editora e Distribuidora Ltda.
 Rua Comendador Coruja, 372
 90.000 — Porto Alegre — RS

ASSINATURA

* Não cobramos despesas de remessa.



LUIS FERNANDO VERÍSSIMO

NOVELÃO

Vou mandar para a Tupi, só para dar inveja na Globo, a sinopse de uma novela de TV que estou escrevendo. Tudo se passa numa pequena cidade do interior. Época: atual. A cidade é dominada há 15 anos por um coronel autoritário e mau, o Coronel Durão. Começa a novela quando uma notícia se espalha pela cidade:

— O Coronel Durão está amolecendo!

A população cerca a casa do Durão. Todos querem espiar pelas janelas e brigam pelos melhores lugares. É verdade! O Coronel Durão, que nunca se curvou na vida, está curvado na sua cadeira de ferro e afagando seu cachorro policial, Pega e Arrebenta. A população mal pode acreditar no que vê. O cachorro também olha para o coronel com desconfiança.

Naquela noite a filha do coronel, Maria Nacional, arrisca uma palavra:

— Papai...

Curiosamente, o coronel não arranca o revólver do coldre, como costumava fazer sempre que alguém da família lhe dirigia a palavra sem marcar audiência. Diz:

— O quê?

— Papai, é o Leonel...

Abre-se uma clareira de espanto na família. Essa menina, falar logo no Leonel! Por muito menos o coronel já mandou matar e esfolar. Mas o coronel diz apenas:

— O que que tem?

— Ele tem me escrito e...

— Eu sei.

O senhor sabe?

— Você esquece que eu sou dono de tudo nesta cidade, até da estação de trem e do Correio.

— Então o senhor já sabe que...

— Que ele quer voltar. Sei.

— Então o...

Nisto, são interrompidos por uma gritaria na porta. Alguém está querendo entrar para falar com o Coronel e os capangas do Coronel tentam dissuadi-lo.

— Deixem entrar — diz o Coronel.

Os capangas erguem o visitante do chão, limpam suas feridas e colocam um laudo médico no seu bolso atestando de que não há indícios de maus tratos. O rapaz se aproxima.

— Quem é você? — pergunta o Coronel.

— Luiz Inácio.

— Nunca ouvi falar.

— Me chamam de Lula.

— Hmm. Lula. Você é o que tem causado encrencas lá na fábrica...

— Eu mesmo. Ouvi dizer que o coronel estava amolecendo e resolvi vir tirar a prova.

Pega e Arrebenta rosna ameaçadoramente, mas o Coronel o silencia.



— Quietos. Vamos conversar, seu Lula. mas primeiro deixa eu resolver um assunto com minha filha. Você estava dizendo, Maria Nacional?

Mas Maria Nacional tem os olhos fixos em Lula. Sente uma coisa no peito que não pode identificar. O pai insiste:

— Maria Nacional. Você queria me falar sobre o Leonel.

— Quem?

• • •

Outra cena. Maria Nacional e Lula encontram-se numa quermesse. Conversam.

— Tens namorado? — quer saber o Lula.

— Tinha. Mas papai o expulsou da cidade.

— O tal de Leonel?

— É.

— Você ainda o ama?

— Me compra algodão doce?

— Não tenho dinheiro. Sou um proletário. E não mude de assunto. Você o ama?

— Sim. Não. Não sei. Faz tanto tempo. Nem sei mais como ele é...

— Tome um algodão doce.

— Mas você disse que não tinha dinheiro.

— Você é quem está pagando.

• • •

O Coronel Durão tem um sonho. Uma usina atômica para a cidade. Aproveitando o seu amolecimento, alguns membros graduados da comunidade tentam argumentar.

— Coronel, há coisas mais importantes...

— Não há nada mais importante. Nossa cidade precisa de energia.

— Quem sabe a gente experimenta a eletricidade, antes.

— Bobagem! Vamos diretamente do lampião a querosene para a

energia nuclear. Queimaremos etapas! Teremos uma usina atômica.

— Um hospital seria preferível, Coronel.

— Ridículo! Onde já se viu um hospital atômico?

Na saída todos concordam que o cérebro do Coronel também está amolecendo.

• • •

Maria Nacional e Lula encontram-se na saída da igreja. Lula pega o braço de Maria Nacional.

— Como é, quando é que ele volta?

— Quem?

— Você sabe quem.

— O que é que te interessa?

— Vocês continuam se correspondendo? Como são as cartas dele? Hein? Hein?

— Só posso dizer que ele é mais delicado do que você.

— Eu sei. Um maldito social democrata.

— Você está me machucando!

— Sou rude demais para você, é isso? Um braçal. Um reles braçal.

— Largue o meu braço. Olha que eu grito.

— Está bem. Desculpe.

— Só porque é proletário...

— Eu já pedi desculpa. Não sei palavras bonitas, como o Leonel...

— Bobinho.

— Você ainda o ama? Responda.

— Não sei. Estou confusa. Você é atraente, mas me assusta um pouco. A gente também gosta de uma conversa bonita. Sabe como é. Um pouco de ideologia.

— Vamos ali no matinho que eu te mostro a minha ideologia.

— Seu... seu...

— Braçal. Eu sei. Só porque eu sou braçal.

• • •

Leonel ameaça voltar mesmo sem permissão do Coronel Durão. Toda a cidade se prepara para o encontro de Leonel e o Coronel. Pega e Arrebenta não pode ouvir falar em Leonel que começa a morder tudo à sua volta. O Coronel continua amolecendo. Agora é o pescoço. Ele já pode acompanhar rock com a cabeça e assistir jogo de tênis. Maria Nacional e Lula se namoram, mas a volta próxima de Leonel lança uma sombra de incertezas sobre seu amor. Conseguirá Leonel descer na estação. O Coronel conseguirá controlar o cachorro Pega e Arrebenta? O que fará Maria Nacional, tendo que escolher, finalmente, entre Leonel, agora grisalho e moderado, e o impetuoso Lula? E a usina atômica?

Esta é a sinopse do primeiro capítulo. No segundo...